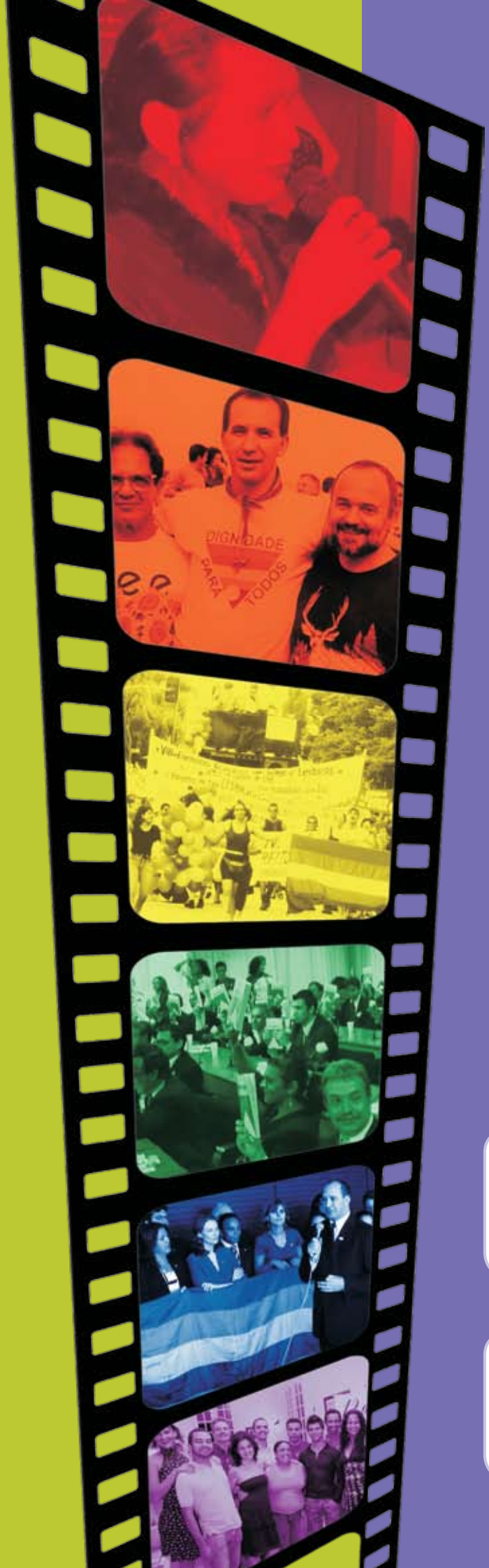


Uma história de Dignidade...

Grupo Dignidade - contribuindo para a construção da cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT)

Realização

GRUPODIGNIDADE

APPAD
associação paranaense da parada da diversidade

Financiamento

MINISTÉRIO DA CULTURA

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

SUMÁRIO

• SUMÁRIO 02
• FICHA TÉCNICA 03
• AGRADECIMENTOS 04
• APRESENTAÇÃO 06
• ARTIGO: A nave Dignidade 07

PARTE I - HISTÓRICO 09
1.1. A REVOLTA DE STONEWALL 10
1.2. NOS PRIMÓRDIOS DAS CIVILIZAÇÕES 12
1.3. UM NOME FUNDAMENTAL 14
1.4. OS LGBT NO PARANÁ 16

PARTE II – O GRUPO 18
2.1. DIGNIDADE A TODOS E TODAS 19
2.2. A BANDEIRA DA EMANCIPAÇÃO HOMOSSEXUAL 22
2.3. EDIÇÃO ESPECIAL: FOLHA DE PARREIRA 24

PARTE III – AS AÇÕES 28
3.1. ENQUANTO ISSO... 29
3.2. DO COLCHÃO AO CONJUNTO: A PRIMEIRA SEDE 32
3.3. ARRASTANDO PARA A VIDA 34
3.4. MUITO ALÉM DAS QUATRO PAREDES 38
3.5. DIGNIDADE PARA OS JOVENS 40
3.6. OS GRANDES DIÁLOGOS SOCIAIS 43
3.7. OUTRAS FORMAS DE INTERAÇÃO COM A COMUNIDADE 47
3.8. UM POR TODOS E TODOS POR UM: A FORMAÇÃO DAS ALIANÇAS 50
3.9. MARCELA, UM NOME COM DIGNIDADE 53

PARTE IV – HOMOFOBIA 56
4.1. É MAIS FÁCIL QUEBRAR UM ÁTOMO DO QUE O PRECONCEITO 57
4.2. E MAIS UMA BANDEIRA GANHA DESTAQUE 59
4.3. FRENTES DE ATENDIMENTO, FORMAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO 61
4.4. MOSTRE A LÍNGUA PARA A HOMOFOBIA 64
4.5. A IMPORTÂNCIA DA DENÚNCIA 66
4.6. 17 DE MAIO 67

PARTE V: ADVOCACY 68
5.1. A GÊNESE DA CONSCIÊNCIA POLÍTICA 70
5.2. RELEMBRANDO OS PASSOS 71
5.3. ARTICULAÇÃO DO MOVIMENTO: 73
5.4. PROJETO DE LEI: UNIÃO CIVIL OU CASAMENTO 76
5.5. BRASIL SEM HOMOFOBIA 78
5.6. DIREITOS HUMANOS E ADVOCACY 81

PARTE VI : O RECONHECIMENTO 84
6.1. TRABALHOS E CONQUISTAS 85
6.2. O OLHAR DO PODER PÚBLICO 87
• ENTREVISTA: Como se acendem os vaga-lumes 91
6.3. PRIMEIRA CONFERÊNCIA NACIONAL LGBT 92
6.4. PLANOS PARA O FUTURO 94

FICHA TÉCNICA

Uma história de Dignidade...

Grupo Dignidade - contribuindo para a construção da cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT)

Esse livro é uma publicação do Projeto **Livro: Grupo Dignidade 15 anos**, executado pela Associação Paranaense da Parada da Diversidade, por meio de convênio Nº 120/2007 FNC, celebrado com o Ministério da Cultura. O projeto foi desenvolvido em parceria com a área de cultura *Dignidade Cultural Celso Filho* e *Centro de Documentação Prof. Doutor Luiz Mott* do Grupo Dignidade pela Cidadania de Gays, Lésbicas e trans.

Realização
Associação Paranaense da Parada da Diversidade (APPAD)

Diretoria da APPAD
Márcio Marins – Coordenador Geral
Kelly Vasconcellos – Vice Coordenadora
Samantha Wolcan – Secretaria Geral
Rafaelly Wiest - Coordenadora de Finanças

Diretoria do Grupo Dignidade
Enéias Pereira – Diretor Presidente
Carla do Amaral – Diretora de Gestão e Informação
David Harrad – Diretor Administrativo

Equipe do Grupo Dignidade
Ana Carolina Ribeiro, Caprice Jacewicz, Carolina Fileno, Christiane Spode, David Harrad, Enéias Pereira, Georgette Bigfield Fonseca de Moraes, Gerson Pinheiro dos Santos, Juliana Moraes, Karlesy Stamm, Márcio Marins e Toni Reis.

Projeto "Livro: Grupo Dignidade 15 anos"
Coordenador do projeto: Toni Reis

Financiamento
Ministério da Cultura
Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural
Convênio nº 120/2007 – Fundo Nacional de Cultura
Emenda Parlamentar – Deputado Federal Dr. Rosinha (PT/PR)

Produção

Ciranda – Central de Notícias dos Direitos da Infância e Adolescência

Coordenação de Produção: Lilian Romão (pesquisa, entrevistas, redação, edição)

Jornalista: Marina Lang (pesquisa, planejamento, entrevistas, redação)

Apoio: Ednúbia Ghisi; Giana Andonini; Karine Carvalho; Maria José Machado dos Santos

Diagramação: Sintática Comunicação - Leandro Lauer

Jornalistas Convidados: Vania Mara Welte (entrevistas, redação, revisão); Felipe Lessa (entrevista, redação); Lizely Borges (revisão); Paola Carriel (entrevistas, redação); José Carlos Fernandes (artigo).
Entrevistas conjuntas: Projeto Olho Vivo

Parcerias do Grupo
UNESCO / UNODC / UNAIDS
Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República
Ministério da Saúde – Programa Nacional de DST e Aids
Ministério da Saúde – Programa Nacional de Hepatites Virais
Ministério da Cultura – Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural
Universidade Federal do Paraná
Governo do Estado do Paraná – Programa Estadual de DST/Aids
Prefeitura Municipal de Curitiba - Programa Municipal de DST/Aids; Fundação Cultural de Curitiba; Fundação de Ação Social
DKT do Brasil
ABGLT - Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais
ANTRA - Artucilação Nacional de Travestis e Transexuais
Frente Parlamentar Pela Cidadania LGBT – Congresso Nacional

Afiliações
ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais
ABL – Articulação Brasileira de Lésbicas
ASICAL – Associação para a Saúde Integral e Cidadania na América Latina e no Caribe
GALE – Global Alliance for LGBT Education
ILGA – International Lesbian and Gay Association

Tiragem: 3.000 exemplares
Impressão: Graciosa Artes Gráficas e Programação Visual Ltda.

ATENÇÃO! A VENDA DESTE LIVRO É PROIBIDA

Sugestões, críticas e correções podem ser enviadas para dignidade@grupodignidade.org.br e serão corrigidas em uma segunda edição.

Uma história de dignidade. - Curitiba : Grupo Dignidade, 2008.
100p. ; 21 x 30cm.

Inclui bibliografia.

1. Grupo Dignidade – História. 2. Homossexuais - Brasil. 3. Direitos dos homossexuais – Brasil. 4. Direitos humanos – Brasil. I. Grupo Dignidade.

CDD (22ª ed.)
306.76

AGRADECIMENTOS

Agradecimento Especial
Deputado Federal Dr. Rosinha e toda a equipe do seu mandato.
Diretoria da Associação Paranaense da Parada da Diversidade (APPAD), Biênio 2006/2008, que possibilitou a realização desta publicação: Nick Oliveira, Marlee Palugan, Carla do Amaral e Igo Martini.

Agradecimentos
Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura.
Sergio Mamberti, Ricardo Lima e toda a sua equipe.

A todas(os) as (os) entrevistadas (os)
Ana Carolina Ribeiro
Ângelo Vanhoni
Allan Johan
Araci Asinelli da Luz
Caprice Jacewicz
Carla do Amaral
Carmem Costa
Caroline Zatorre Fileno
Christiane Spode
David Harrad
Deputado Estadual Tadeu Veneri
Deputada Federal Cida Diogo
Deputado Federal Dr. Rosinha
Enéias Pereira
Francisco Carlos dos Santos (Chico)
Gerson dos Santos
Georgete Bigfield Fonseca de Moraes
Igo Martini
Ivair Augusto Alves dos Santos
Julian Rodrigues
Juliana Moraes
Karlesy Stamm
Léo Mendes
Luiz Mott
Márcio Marins
Maria Goretti David Lopes
Mariângela Simão
Mariana Thomaz
Michele Caputo Neto
Nick Oliveira
Nizan Pereira
Senadora Fátima Cleide
Simone Valêncio
Rafael Greca
Rafaelly Wiest
Toni Reis
Yone Lindgren
Valderes Hallu
Vânia Galliciano
Vereadora Julieta Reis
Vereadora Professora Josete

Jornalistas colaboradores especiais
José Carlos Fernandes
Paola Carriel
Vania Mara Welte

Homenagens póstumas
Adamor Guedes
Adauto Belarmino Alves
Betty (Paranaguá)
Celso Filho
Cláudio Orlando dos Santos (Clô)
Gisele (Gagá) Vardan
Gilda
Janaína Dutra
João Antonio Mascarenhas
Marcos Bedibo
Maria Conceição Müller dos Reis
Naja Keer
Raimundo Pereira

Dedicatória:
Marcela Prado

*"Quando você trabalha com uma luta específica e se torna uma liderança você pode ser taxado como um chato. Não era o caso da Marcela. Ela chegava e era ouvida, sugeria, participava efetivamente dos processos, e dentro do **Grupo Dignidade**, ela parecia uma mãe de muita gente. Adotava muitos filhos, muitas amigas, muita gente. Sempre muito discreta. Dizem que todo mundo é substituível, é passível de substituição. Não acho que seja o caso da Marcela; ela era imprescindível. Porque ela era ativa, afetiva, e fazia tudo com muito amor. É digno o que se está construindo com o nome dela, o Transgrupo Marcela Prado. Ela deixou exemplo e lições que devem ser aprendidas por qualquer pessoa que deseja trabalhar com o ser humano e defender os direitos humanos."*

Doutor Rosinha, Deputado Federal (PT-PR)

APRESENTAÇÃO

Contar uma trajetória...

Com 15 anos, os seres humanos começam a transição para a vida adulta. Acabaram de viver os áureos anos da infância e atravessaram o ritual de passagem da adolescência para o mundo adulto. Mas esta não é a trajetória do ***Grupo Dignidade***. Ou não são as fases naturais vividas por esta organização que, após 15 anos de existência, tornou-se um marco da "luta", hoje chamada "defesa", pelos Direitos Humanos no Paraná e no Brasil.

Os depoimentos que compõem esta publicação foram dados ao longo de cinco meses e ilustram, nas palavras dos fundadores, da equipe, dos parceiros, dos aliados, dos amigos, 15 anos de intenso trabalho. Simbolizam o significado da palavra ***Grupo***, que nunca foi retirada da identidade principal do ***Dignidade***.

Muito além de valorização da história, o livro representa mais um momento de construção e sistematização de saberes para a sociedade brasileira. É mais um processo de sensibilização, de formação e de investimento direcionado a uma Nação que sonha em um dia ter, na prática e no dia-a-dia, ***Dignidade***.

Conquistar isso não está apenas nas mãos de lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis e transexuais. Mas hoje, qualquer avanço neste sentido tem a interferência direta desse movimento, conhecido atualmente como LGBT.

O objetivo desta obra é relatar essa trajetória de conquistas dos Direitos Humanos da comunidade LGBT. E, por meio da experiência do ***Grupo Dignidade***, multiplicar idéias, construir novos ideais, traçar parâmetros capazes de auxiliar a sociedade brasileira na conquista de sua cidadania plena. É direcionado a todas(os) as(os) heterossexuais, homossexuais, negras(os), índias(os), brancas(os), ricas(os) e pobres, enfim, a todas(os) as(os) cidadãs e cidadãos, sem qualquer distinção.

Todo este discurso quer comemorar conquistas possíveis e realizáveis por meio de muita garra, dedicação, angústias, dores e felicidades. A principal dessas conquistas é a capacidade de manter, ao longo de toda essa luta coletiva, o mesmo ideal.

Queremos agradecer a todas as pessoas que participaram da construção deste sonho. Às(os) entrevistadas(os), às pessoas que se dispuseram a escrever, à equipe, às(os) parceiras(os), às(os) amigas(os) que fazem parte desse trajeto.

E a você, além de boa leitura, desejamos ***Dignidade***.

Informações importantes

*Ao longo desse livro está distribuída a **História da Homossexualidade no Brasil: Cronologia dos Principais Destaques**, de Luiz Mott, com conteúdo editado por Allan Johan (21/05/2005), e do volume **Direitos Humanos e a Contribuição à Cidadania Homossexual**, do Movimento D'ELLAS.*

*Esse livro segue a recomendação da **ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais)** e as determinações da **I Conferência Nacional LGBT** e adota a sigla LGBT ao referir-se ao movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Esta mudança pretende garantir maior visibilidade ao segmento de lésbicas no ativismo brasileiro e segue tendências internacionais que priorizam as lésbicas para combater os vários séculos de patriarcalismo e dominação masculina. Vale lembrar que os demais segmentos (G, B, T e T) são igualmente importantes na luta contra a homofobia e outras formas de discriminação.*

ARTIGO:

A nave Dignidade

Não lembro a data, mas não esqueço o fato. Uma conhecida me contou indignada um episódio passado num curso de formação para professores do ensino médio e fundamental. Lá pelas tantas, os participantes foram convocados para uma dinâmica de grupo: tinham de listar quem convidariam para entrar numa nave, rumo ao espaço, a salvo de uma hecatombe nuclear. Ah! O número de passageiros era limitado, evitando que os mestres tivessem um acesso de bom-mocismo e superassem em generosidade do Patriarca Noé.

Minha conhecida caiu na equipe do Toni Reis – que não era ainda o fundador do ***Dignidade***, mas estava perto de chegar lá. E, por linhas tortas, disse que não levaria um homossexual na nave platinada onde, fosse a brincadeira de verdade, seria dado início a uma nova civilização. Suas razões, disse-me a astronauta acidental, eram de ordem prática: havia poucas vagas e ela tinha se esmerado na escolha de índios e negros, com os quais conviveria em sua nova vida nas estrelas. "Sou uma boa pessoa, pô! Mas que diferença um *gay* faria lá em cima?", perguntava.

Até onde sei, nem os cientistas da Nasa conseguiriam pôr termo à discussão que nasceu naquela inocente dinâmica de grupo. A professora de quem falo não arredou o pé de suas convicções. Nem Toni se curvou ao argumento de que o Novo Mundo projetado naquela tarde preguiçosa precisava de cientistas e de engenheiros, mas não de homossexuais. Adorei a história. Dinâmicas são perfeitas para matar o tempo. Mas aquela equivaleu à verdadeira virada de século. Para mim – mesmo sem o nome que tem hoje – o ***Dignidade*** começou a existir naquele dia.

No dia-a-dia dentro de um jornal, não tardei a ver Toni Reis dando a cara a bater em uma polêmica seguida da outra. Virou um personagem com o qual os repórteres viviam atentos. Felizmente, logo descobrimos que ele era mais uma versão revista e atualizada e revista de *Bala Zequinha*. Toni tinha deixado a sala de aula para fazer a diferença, e iria à praça pública sempre que precisasse. Não à toa, tornou-se impossível, na década de 90, atuar na imprensa e não trombar com ele em alguma pauta. A minha, chegou às avessas. Aos fatos.

A *Rua XV* era talhada de *punks* e nada melhor do que uma boa matéria de comportamento para mostrar que aqueles rapazes e moças de preto não mordiam. Contatos feitos, mandei-me para o local da entrevista – um apartamento de quarto-e-sala na Travessa Tobias de Macedo, no ponto mais quente da Praça Tiradentes. Para quem trabalhava no caderno de cultura e curtia *la dolce vita* entrando e saindo de teatros, museus e ateliês, subir aquela escadinha granitada foi um choque de realidade.

Os *punks*, quem diria, eram agregados do ***Dignidade*** e usavam um canto da ONG para se reunir. Foi a descoberta da América – a organização mais badalada da cidade era uma nave espacial na qual cabiam não só os *gays*, mas outras tantas variações para o tema. No dia da reportagem, inclusive, enquanto ouvia a gurizada, cheia de *piercing* falar do *Manifesto Anarquista* e que tais, não podia deixar de prestar atenção na conversa dos travestis e transexuais num ambiente ao lado. Estavam sem maquiagem, com a barba por fazer, roupas comuns e discutiam a violência policial contra quem trabalhava na noite. Acho que nunca tinha visto tanto assunto para uma matéria em tão poucos metros quadrados. Restou jurar que ia voltar. Mas nem precisava.

Um dos grandes méritos do ***Dignidade*** – e das outras organizações que foram surgindo na sua esteira – foi tirar Curitiba da zona de conforto, na qual pareciam circular as mesmas fontes e os mesmos temas de sempre. Em vez de adotar o discurso ressentido a cada olhar atravessado – e devem ter sido muitos -, Reis e sua turma puxaram conversa, convencendo, no cansaço, de que não estavam ocupados dos direitos dos homossexuais, o que já não é pouco, mas de direitos humanos. Em miúdos, viraram os melhores parceiros para tratar

de umas tantas verdades inconvenientes. Não deu outra – o ***Dignidade*** virou uma *grife* – uma *grife* social, mas ainda assim uma *grife*. Arrisca até a dona Mariazinha do Xaxim saber do que se trata.

Claro – provavelmente os últimos 15 anos não foram nenhum mar de rosas. Em meio às recordações que todo jornalista curitibano tem sobre o ***Dignidade***, lembro uma que traduz, e muito bem, a pedreira que deve ter sido para o grupo vencer a resistência da cidade. E as caras e bocas dos que acharam episódios como o enlace de Toni Reis e David Ian Harrad o final dos tempos.

No início dos anos 2000, sugeri a um grupo de alunos de Jornalismo fazer uma daquelas famosas inserções – um par de horas passados num único lugar, experiência que atrai de repórteres ainda em fraldas a veteranos cansados de guerra. Passaríamos um dia no ***Dignidade***. No fundo, a intenção era repetir a dose da "nave espacial" vista na Tobias de Macedo, anos antes, em companhia de *punks* e *trans*. Por pouco não viramos uma *Challenger* em frangalhos.

As moças da turma pareciam animadas *teen liders*. Mas, entre grande parte dos rapazes, a proposta veio seguida de risinhos encabulados, de "vai você, vai você" e de "hê, pare!" para finalmente resultar no "não é preconceito, mas não queremos ir..." A pauta do ***Dignidade*** só não caiu graças às mulheres que dizem sim. O episódio, felizmente, envelheceu como um retrato. Há fatos melhores a recordar. Dia desses, três universitários me mostraram orgulhosos o resultado de uma reportagem com Carla do Amaral e Samantha Wolkan, líderes do **Transgrupo Marcela Prado**, outro filhote de Reis. Quem diria! Para mim, a mudança de mentalidade só confirma o que já se sabia nas redações: o ***Grupo Dignidade*** civilizou Curitiba.

Claro – não se trata de ver a vida em cor-de-rosa. Para escrever esse texto, tive acesso a uma parte do acervo de matérias de jornal e de revistas colecionados pela turma da ONG. Uma seleção desses textos bem poderia chegar às redações e faculdades de Jornalismo – como exemplos do holocausto que a imprensa pode promover em mal traçadas linhas. O preconceito velado da mídia ainda sobrevive, apesar da freqüência com que os meios de comunicação exploram relevantes temas como a homofobia, a violência, a educação sexual e aids, entre outros assuntos pautados por grupos como o ***Dignidade***.

Ora são publicados estudos científicos capazes de provar que o cérebro dos homossexuais é diferente ou que o mapa genético desse grupo é *sui generis*; ora ganham destaque informações pouco confiáveis sobre terapias de recuperação dos *gays*. Sem falar nas últimas do Vaticano. Nesses casos, quase sempre a abordagem é passiva, uma prova de que a nave espacial está cheia de gente – mas ainda não está pronta para partir. Vida longa ao ***Dignidade***.

José Carlos Fernandes é jornalista da Gazeta do Povo e professor no curso de Jornalismo na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR).

PARTE I

HISTÓRICO

1.1
A Revolta de Stonewall

Nova York, 1969 – Até a noite de 28 de junho, lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) eram, sistematicamente, acuadas e sofriam todo tipo de preconceitos, agressões e represálias por parte da polícia norte-americana local. Mas nesta data, essas pessoas se revoltaram e, munidas de coragem, deram um basta àquela triste realidade de opressão. Por três dias e por três noites pessoas LGBT e aliadas resistiram ao cerco policial e a data ficou conhecida como a *Revolta de Stonewall*. Surgiu o *Gay Pride* e a *resistência* conseguiu a atenção de muitos países, em especial dos Estados Unidos, para os seus problemas. Essas pessoas buscavam apenas o respeito próprio e social, além do reconhecimento de que tinham e têm direitos civis iguais.

Relatar a trajetória do ***Grupo Dignidade*** significa reunir vários elementos do processo histórico de conquista por direitos humanos no país e no mundo. A ***Declaração Universal dos Direitos Humanos*** baniu, oficialmente, o direito de eliminar um ser humano por sua cor, credo ou religião, condição social, etnia ou sexo.

Após 60 anos de sua existência, o mundo ainda depara-se diariamente com o incontável número de assassinatos gerados pelos mais diversos tipos de intolerância e luta pelo poder. É essa a realidade que, desde os anos 60, fez surgir no país os mais diversos e diferenciados movimentos sociais que lutam pelo único e básico direito de ser humano.

1500
Ao desembarcar no Brasil, os portugueses encontram muitos índios e índias praticantes do "abominável pecado de sodomia" (homossexualidade).

1532
Nas Cartas Régias de doação das capitanias hereditárias, o Rei determina a pena de morte aos sodomitas sem ter de consultar à Metrópole.

A partir dos anos 70, essa perspectiva se acentua no movimento homossexual brasileiro. O volume de homicídios, o relato constante de situações de preconceito e discriminação nos *guetos*, na família, no trabalho, nas ruas e ainda, a epidemia da Aids crescendo com uma explicação distorcida como "doença dos *gays*", fez com que um grande leque de ações políticas e públicas começasse a surgir para mudar a percepção social.

Em números, é possível identificar com maior precisão o que isso significa. O Brasil é, hoje, o país em que mais se mata gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais. Apenas em 2007, foram assassinados 122 homossexuais. Um número 30% mais alto do que em 2006. O México, segundo colocado neste triste *ranking* de violência, registrou 35 mortes no mesmo período (dados apresentados pelo **Grupo Gay da Bahia**).

Mas, no Brasil, o Movimento *gay* só cresceu na década de 80 com o surgimento da "SIDA" - Síndrome de Imunodeficiência Adquirida -, atualmente conhecida como Aids. Nessa década, muitas vidas, inteligências e talentos foram ceifados pelo que se chamou no início de "peste *gay*". Esses valores e vidas foram perdidos por causa do forte preconceito que obrigava os homossexuais a não se exporem e, assim, a não procurar auxílio médico. "Mas, não somos ingênuos ao ponto de não reconhecermos que, até os dias de hoje, a Aids é um fantasma que assusta a humanidade", reconhece o jornalista Allan Johan.

Allan vê o outro lado também. Caso os *gays* e os homossexuais não tivessem tido a coragem de se expor, de assumirem a sua orientação sexual, a epidemia poderia ser catastrófica. E sem dúvida o movimento LGBT brasileiro não seria reconhecido atualmente como um dos principais expoentes políticos da atualidade.

Sexo, orientação, identidade ...

Na ***Declaração Universal dos Direitos Humanos***, a palavra "sexo" representa homem/mulher, macho/fêmea e está mais relacionada à questão do papel da mulher e ao movimento feminista. Inclusive, a ***Constituição Brasileira*** baseou-se no ***Artigo II da Declaração***, mantendo a palavra sexo e omitindo "orientação sexual". Ainda hoje as pessoas não entendem essa diferença.

Orientação sexual: Refere-se à capacidade de cada pessoa de ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas.

Identidade de gênero: É uma profundamente sentida experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos e outros) e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos.

Definições contidas nos Princípios de Yogyakarta: princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero.

1547
Estêvão Redondo, jovem criado em Lisboa é o primeiro homossexual degredado para o Brasil (Pernambuco).

1557
Nean de Lery refere-se à presença entre o povo Tupinambá, de índios "tibira", praticantes do pecado de sodomia, *Viagem à Terra do Brasil*.

1.2.

NOS PRIMÓRDIOS DAS CIVILIZAÇÕES

A homossexualidade é uma orientação sexual existente desde os primórdios das civilizações humanas. Se, em outros tempos e momentos, era uma prática considerada comum aos padrões morais de determinadas culturas, em outros, por sua vez, se trata de um ato caracterizado como imoral ou pecaminoso. Em alguns países, inclusive, o ato homossexual foi, ou ainda é, crime que pode levar à prisão ou até à pena de morte.

No Brasil, o primeiro registro de homossexualidade que se possui acontece durante o próprio *Descobrimento*. Segundo a pesquisa ***História da Homossexualidade no Brasil: Cronologia dos Principais Destaques***, do professor doutor Luiz Mott, do **Grupo Gay da Bahia**, um dos grandes "descobrimentos" do Brasil foi o fato dos portugueses encontrarem muitos indígenas praticantes do "abominável pecado de sodomia". A consciência das pessoas LGBT de possuir direitos tanto quanto deveres, entretanto, alvoreceu apenas no final do Século XX e teve maior visibilidade apenas a partir dos anos 90.

E a história do ativismo brasileiro de lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis e transexuais possui uma amplitude muito maior do que a luta pelos direitos civis. Ainda hoje, homossexuais lutam pelo direito à vida, ao respeito, à dignidade.

Diferente de outros, a luta do movimento LGBT ainda não é pela defesa de seus direitos, como acontece com o movimento negro, da criança, ou em defesa do meio ambiente. Eles precisam conquistar os direitos que qualquer cidadão brasileiro possui e a eles são negados devido a sua orientação sexual ou identidade de gênero.

O termo homossexual...

"... foi criado por um médico húngaro, Karoly Maria Kertbeny, ao saber que em 1869, o Código Penal da Prússia estabeleceu como crime o sexo praticado entre os homens. O médico, insatisfeito com a nova lei, enviou uma carta ao Ministro da Justiça argumentando que a homossexualidade era uma propensão inata, uma tendência com a qual parte dos seres nascia. A partir de então, passou-se a designar como homossexuais as pessoas do mesmo sexo (homens e mulheres) que sentiam atração entre si".
Direitos Humanos e Contribuição à Cidadania Homossexual, Movimento D'Ellas.

1575
André Thevet refere-se a presença de "berdaches" (índios travestidos) entre os Tupinambá, Singularités de la France Antarctique.

1576
"Há índias entre o povo Tupinambá que se comunicam como marido e mulher", Pero M. Gandavo, Tratado da Terra do Brasil.

Os 37 direitos civis que o Brasil nega aos homossexuais são:

01) Não podem casar;
02) Não têm reconhecida a união estável;
03) Não adotam sobrenome do parceiro;
04) Não podem somar renda para aprovar financiamento;
05) Não podem somar renda para alugar imóveis;
06) Não inscrevem parceira(o) como dependente no serviço público;
07) Não podem incluir parceiras(os) como dependentes no plano de saúde;
08) Não participam de programas do Estado vinculados à família;
09) Não inscrevem parceiras(os) como dependentes da previdência;
10) Não podem acompanhar a(o) parceira(o) servidor público transferido;
11) Não têm impenhorabilidade do imóvel em que o casal reside;
12) Não têm garantia de pensão alimentícia em caso de separação;
13) Não têm garantia à metade dos bens em caso de separação;
14) Não podem assumir a guarda da(o) filha(o) do cônjuge;
15) Não adotam filho em conjunto;
16) Não podem adotar a(o) filha(o) do parceira(o);
17) Não têm licença-maternidade para nascimento de filha(o) da parceira;
18) Não têm licença maternidade / paternidade se a(o) parceira(o) adota um filha(o);
19) Não recebem abono-família;
20) Não têm licença-luto, para faltar ao trabalho na morte da(o) parceira(o);
21) Não recebem auxílio-funeral;
22) Não podem ser inventariantes da(o) parceira(o) falecida(o);
23) Não têm direito à herança;
24) Não têm garantia a permanência no lar quando a(o) parceira(o) morre;
25) Não têm usufruto dos bens da(o) parceira(o);
26) Não podem alegar dano moral se a(o) parceira(o) for vítima de um crime;
27) Não têm direito à visita íntima na prisão;
28) Não acompanham a parceira no parto;
29) Não podem autorizar cirurgia de risco;
30) Não podem ser curadores da(o) parceira(o) declarado judicialmente incapaz;
31) Não podem declarar parceira(o) como dependente do Imposto de Renda (IR);
32) Não fazem declaração conjunta do IR;
33) Não abatem do IR gastos médicos e educacionais da(o) parceira(o);
34) Não podem deduzir no IR o imposto pago em nome da(o) parceira(o);
35) Não dividem no IR os rendimentos recebidos em comum pelas(os) parceiras(os);
36) Não são reconhecidas(os) como entidade familiar, mas sim como sócios(as);
37) Não têm suas ações legais julgadas pelas varas de família.

Revista Super Interessante, Edição 202 - Julho de 2004, de Sergio Gwercman.

1580
Isabel Antônia, natural do Porto, é a primeira lésbica a ser degredada para o Brasil (Bahia), processada pelo Bispo de Salvador.

1580
Fernão Luiz, professor mulato, morador na Bahia, matou seu jovem parceiro e sua família para não ser denunciado à Inquisição: é a primeira reação conhecida de um sodomita (homossexual) do Brasil para escapar da ameaça da Inquisição.

1.3.

UM NOME FUNDAMENTAL...

... para compreender esse processo é o de João Antônio Mascarenhas. O primeiro ato político, ainda de acordo com a pesquisa ***História da Homossexualidade no Brasil: Cronologia dos Principais Destaques***, data de 1977, quando o advogado gaúcho, então residindo na cidade do Rio de Janeiro, convida o editor da publicação ***Gay Sunshine***, de San Francisco (EUA), para conferências no Brasil.

A ação é considerada a primeira em prol da fundação daquilo que, inicialmente, se convencionou como **Movimento Homossexual Brasileiro** – nome que seria adotado durante alguns anos, até a decisão de movimentos de todas as partes do país em padronizar a sigla LGBT (lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis e transexuais).

Mascarenhas ainda funda, em plena Ditadura Militar, juntamente a outros homossexuais, o ***Jornal Lampião***, um registro histórico da luta contra o preconceito e pelos direitos civis LGBT. A publicação durou de 1978 até 1981.

1586
Gaspar Roiz, feitor e soldado da Bahia, suborna um padre para queimar o sumário de culpas que o acusava de sodomia (homossexualidade). É a segunda reação conhecida de um sodomita contra a repressão inquisitorial.

1587
"Os Tupinambá são muito afeiçoados ao pecado nefando", Gabriel Soares de Souza, Tratado Descritivo do Brasil, (Bahia).

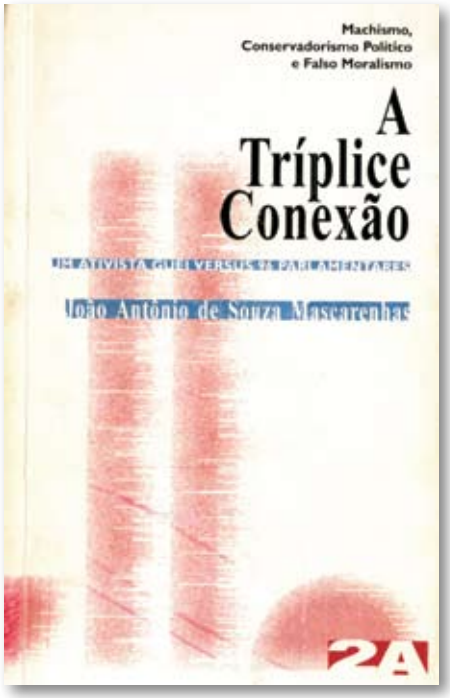
Em 1985, Mascarenhas ressurge no contexto político brasileiro, colaborando com uma das principais vitórias do **Movimento Homossexual Brasileiro**, quando o Conselho Federal de Medicina retira "homossexualismo" da classificação de doenças. Volta à cena durante a elaboração da ***Constituição Federal***, quando torna-se o primeiro homossexual a ser convidado para falar à Assembléia Nacional Constituinte, a fim de debater a inclusão do termo "orientação sexual" no Artigo 3º, inciso IV, que estabelecia "o bem de todos, sem preconceitos contra quaisquer formas de discriminação".

"A cada vez que o assunto entrava em pauta", narra o jornalista Roldão Arruda, em seu livro ***Dias de Ira – Uma história verídica de assassinatos autorizados***, "a temperatura da Assembléia subia e os debates descambavam para insultos pessoais. Os constituintes contrários à petição dos homossexuais costumavam insinuar que seus defensores tentavam legislar em causa própria. A fúria provinha especialmente de deputados ligados às igrejas evangélicas".

No dia 28 de janeiro de 1988, o termo foi rejeitado pelos representantes da Constituinte. Dos 559 políticos que exerciam mandato no *Congresso Nacional*, 429 (ou seja, mais de três quartos) se opuseram à proposta de inclusão, no texto constitucional, de proibição de discriminação por orientação sexual.

O ativista gaúcho talvez não tenha conseguido um avanço ante o *Poder Legislativo*, mas construiu em sua trajetória um caminho pelo qual seguiram movimentos sociais LGBT de todas as regiões do Brasil. O surgimento de grupos pioneiros na defesa dos direitos humanos LGBT, como o extinto **Somos** (1978), de São Paulo, seu próprio grupo carioca **Triângulo Rosa** e o **Grupo Gay da Bahia** (1980) – que, atualmente, é o mais antigo grupo homossexual em atividade na América Latina – comprovam essa idéia.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:
IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
Constituição Brasileira, 1988



1591
Padre Frutuoso Álvares, primeiro homossexual a passar pela Inquisição no Brasil (Bahia).

1591
Francisco Manicongo, escravo africano, primeiro travesti do Brasil, Salvador (Bahia).

1.4

OS LGBT NO PARANÁ

Os números da votação da Constituinte confirmam que a atmosfera era pesarosa para os LGBT. Em Curitiba, o panorama de repressão não era diferente. Graças ao perfil conservador notório da cidade apenas dois *gays* – o figurinista Nei Sousa e o cabelereiro Feliciano – eram assumidos na cidade no ano de 1974. Nesse momento surge um polêmico divisor de águas. O *Celsu's Bar* foi o primeiro local que agregava homossexuais em Curitiba, cujo proprietário, o ator e bailarino Celso Filho, tinha voltado recentemente de uma temporada no exterior.

Homossexual assumido e com idéias arejadas e libertárias em relação à vida e à sexualidade, o pioneiro da ampliação do espaço para lésbicas, *gays*, bissexuais e travestis confirmou, em uma entrevista, de setembro de 1994, ao jornal ***Folha de Parreira***, que "o intuito não era exatamente abrir um bar *gay*, porque Curitiba era muito repressiva na época. Não existia um local de encontro de *gays*, as pessoas se escondiam". Essa falta de referência foi um fator natural para que nascesse, naquele espaço, um *gueto* com interesses afins.

Logo, as batidas e perseguições policiais tornaram-se constantes, mas também um meio de publicidade às avessas, tanto para o meio LGBT quanto para os negócios do bar. "Cada vez que os jornais noticiavam, o bar enchia mais", contou Celso Filho, "e o delegado de costumes me chamava e dizia: Celso, você está subvertendo a ordem, e eu respondia que o bar é público e freqüenta quem quiser", contou ao jornal.

Outros empreendimentos foram abertos pelo artis-

1592
Felipa de Souza, a primeira lésbica a ser açoitada publicamente pela Inquisição no Brasil (Bahia).

1613
Índio Tibira Tupinambá, do Maranhão, é executado como bucha de canhão pelos capuchinhos franceses (São Luís, Maranhão). Primeiro homossexual condenado à morte no Brasil.

ta, e também sofreram repressão ao longo dos anos. Um dos fundadores do ***Grupo Dignidade***, Toni Reis, recorda: "hoje temos vários locais, mas ele foi o primeiro. A polícia revistava de maneira muito desrespeitosa e as pessoas se escondiam. Tinha um bar localizado na República Argentina e, para se esconder da polícia, os *gays* subiam em árvores. O desrespeito era muito grande".

Durante a década de 1980, Celso, inclusive, chegou a ser preso – aos 70 anos, enquanto mantinha a casa noturna *Clube 2* – sob alegação de que ele não podia fazer *shows* sem autorização. "Fazer *shows* sem permissão, no máximo, provocaria o fechamento da boate. Mas a perseguição foi tanta que, além de ter passado um final de semana na cadeia, havia uma ordem de transferência para o Presídio do Ahú, para que eu respondesse um processo na prisão. Isso tudo foi uma injustiça, pois eu sempre tive uma vida muito limpa, nunca fiz nada contra a lei", lamenta.

Esse acontecimento culminou no afastamento de Celso Filho dos negócios durante os anos 90. O artista chegou a ganhar um reconhecimento oficial do município pelos serviços prestados. "Se hoje há um espaço para os LGBT na comunidade, se hoje há uma organização reconhecida, tudo isso é um grande avanço. E foi Celso quem começou", enfatiza Toni. O reconhecimento é recíproco: naquela mesma entrevista de 1994, Celso comenta que "o ***Dignidade*** veio na hora certa, com a sua bandeira de luta".

CURITIBA

Em pleno centro da cidade, um conflito envolvendo travestis tev

A GUERRA DO TERCEIRO SEXO

Curitiba, considerada uma das mais tradicionais cidades do Brasil, está vivendo, há algum tempo, os transtornos de uma inusitada guerra entre os travestis e os não assumidos, uma das subdivisões do contestado e discutido mundo gay. Esta guerra atingiu seu ponto alto, quando uma verdadeira pancadaria exigiu a intervenção da polícia, em pleno centro da cidade. Os travestis acusam os tais não assumidos e avisam: "Vai haver troca. E com juros".

O que eram os "Guetos"

Era a designação dada, antigamente, aos locais freqüentados preferencialmente por homossexuais. Nos dias de hoje já não é mais utilizado, devido ao caráter do movimento de conquista da dignidade em qualquer espaço público. Tem a mesma simbologia dos guetos do movimento negro, ou dos judeus durante o Nazismo. Os guetos não representavam lutas políticas, apenas reuniões e locais de encontro e convivência com iguais.

Celso Filho e pai

*"Ele foi um grande batalhador que colaborou muito com a causa. Trazia muita alegria e manteve um lugar seguro onde a comunidade LGBT de Curitiba podia se encontrar. No primeiro exemplar do Jornal **Folha de Parreira** tem uma matéria sobre ele. Nesse período inicial do **Grupo Dignidade** ele sempre estava por perto. Inclusive a aproximação e preocupação que o **Dignidade** tem na área cultural nós devemos ao Celso Filho."*

David Harrad, um dos fundadores do Grupo Dignidade.

1621
No Vocabulário da Língua Brasílica, dos Jesuítas, aparece pela primeira vez referência a "Çacoaimbeguira: entre os Tupinambá, mulher macho que se casa com outras mulheres".

1678
Moleque escravo de um Capitão de Sergipe é açoitado até a morte porque era sodomita. Segundo gay executado no Brasil.

PARTE II
O GRUPO

*"Toni Reis costuma dizer que foi vendo uma entrevista na televisão do Presidente do **Grupo Gay da Bahia** que tomou conhecimento da existência de um movimento homossexual no Brasil, inspirando-o a fundar um grupo no Paraná. Depois de trocarmos muitos telefonemas e algumas cartas, em janeiro de 1991, Toni e seu companheiro David Harrad desembarcaram em Recife, diretamente da Inglaterra, para o **V Encontro Brasileiro de Homossexuais Organizados (EBHO)**, brindando-nos com a redação das Atas deste Encontro, que foram por eles distribuídas aos grupos LGTB do Brasil e principais do Exterior. Esta foi a primeira de uma série de importantes publicações fundamentais para o registro da história do **Movimento Homossexual Brasileiro** realizadas pelo casal anglo-brasileiro. Lembro-me que nesta ocasião discutimos o nome do grupo que planejavam fundar em Curitiba, definindo que, de fato, **Dignidade** seria a melhor tradução de pride ou proud, em lugar de orgulho. Quatro anos depois (1995), já bem estruturado, o **Dignidade** convoca todos os grupos homossexuais então existentes, fundando-se a então **Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis**. O lançamento do livro **Historia de um Casal Gay** (1996), com prefácio de Marta Suplicy, foi outro momento muito especial na vida destes dois militantes imprescindíveis na história da homossexualidade no Brasil. Há uns cinco anos passados, passeava eu em Paris, quando de repente, vi cartazes com a foto do casal gay mais fotografado do Brasil – capa de uma revista francesa que tratava do casamento homo-afetivo no mundo. Vida longa ao **Dignidade**, que graças à garra e inteligência de Toni, David e demais militantes, tornou-se o grupo homossexual mais solidamente estruturado da América Latina."*

Luiz Mott, decano do Movimento Homossexual Brasileiro e fundador do Grupo Gay da Bahia.

2.1

DIGNIDADE A TODOS E TODAS

O quê? Cidadania Homossexual
Quando? Curitiba, 14 de março de 1992.
Onde? Rua Cruz Machado, ap. 3.
Nome? Na época: GEEP - Grupo de Entendidos e Entendidas do Paraná.
Hoje? Grupo Dignidade, pela Cidadania LGBT

Eis que chegam da Inglaterra para permanecerem definitivamente no Brasil, David e Toni. Em meio a suas próprias confusões, debates, dúvidas, conflitos e construção de uma relação embasada no respeito e amor, mas que não seguia o padrão social homem e mulher, surge a proposta de se reunirem a outros homossexuais e, juntos, encontrarem soluções aos seus impasses.

Tudo acontecia informalmente, como um grupo de amigos mesmo. Só que agora já com o Chico, a Vânia, o ..., a ..., e assim por diante. Na sala do apartamento, tendo como símbolo os colchões nos quais não cabiam todos os participantes, reuniam-se alguns ainda temerosos homossexuais. Na primeira ata constava: "... nas primeiras reuniões deverão participar apenas pessoas assumidamente homossexuais...". E o objetivo? Sem se saber ao certo, algo indicava que a realidade vivenciada diariamente por aquele "grupo" traria respostas para mais pessoas que se sentiam e pensavam da mesma forma.

Ainda durante a "clandestinidade", surge o GEEP - Grupo de Entendidos e Entendidas do Paraná. Ninguém imaginava, naquela época, que nunca deixariam de ser um "grupo". E que, após 15 anos, essas reuniões seriam relatadas em um livro para contar a trajetória de um dos símbolos, entre os mais importantes, da construção da cidadania LGBT no Brasil.

1821
Extinção da Inquisição e fim da pena de morte contra os sodomitas.

1826
Morre a Imperatriz Leopoldina, que trocou diversas cartas de amor com sua ex-dama de companhia, Maria Graham.

Nas palavras dos participantes...

*“Na verdade eu comecei a participar do **Grupo** como a maioria das pessoas na época, por curiosidade. Isso foi em 1992, quando as reuniões aconteciam ainda na casa do Toni. Quando eu cheguei, logo em seguida preparamos um seminário. Foi falado sobre Sexualidade e Religião. E foram levantadas algumas questões importantes e pertinentes. Como eu tinha um passado religioso, fiquei muito envolvida com aquele tema e como iria contribuir com o meu crescimento pessoal e intelectual.”*

Vânia Galliciano é uma das fundadoras do Grupo. Foi vice-presidente, coordenadora e educadora do Dignidade ao longo dos anos.

*“Eu me aproximei do **Grupo** em 92. Naquele ano aconteceram vários assassinatos de homossexuais e dentre eles o do meu amigo. Foi o primeiro grupo aqui no Paraná a trabalhar a questão dos direitos humanos dos gays e lésbicas. Até hoje o lema do **Dignidade** é esse.”*

Francisco Carlos dos Santos, o Chico, fundador do Dignidade e personagem fundamental na trajetória do Grupo.

1830
Código Penal do Império Brasileiro exclui o crime de sodomia.

1859
Publicação do livro O Bom Crioulo, de Adolfo Caminha, o primeiro romance das Américas a tratar de forma realista do homoerotismo.

*“O Toni já tinha participado do **III Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO)**, em 1989. No mesmo ano, também participou da **XIª Conferência Mundial da International Lesbian and Gay Association (ILGA)** em Viena. O **V EBHO** aconteceu em Recife, em Janeiro de 1991 e nós participamos. Esse foi o início do envolvimento com o movimento brasileiro. Fizemos o relatório dos resultados desse encontro, e divulgamos para os grupos no Brasil e também no exterior. Eu não tinha histórico de militância na juventude. No **Grupo**, sempre contribui mais na parte burocrática e administrativa, de prestar apoio na elaboração de projetos, gerar recursos.”*

David Harrad, um dos idealizadores e fundadores do Grupo Dignidade. É uma das principais personalidades do movimento LGBT ao lado de seu parceiro, Toni Reis.

GERAL

Gays criam grupo de luta em Curitiba

O movimento quer garantir os direitos dos homossexuais e batalhar contra o preconceito

Índice de homossexuais é alto

“Comecei aos cinco anos...”

*“Quando o **Dignidade** surgiu, as pessoas não entendiam o que seria. Existiam duas linhas nos encontros. A primeira para debater e trocar os sentimentos, as angústias pessoais, falar sobre auto-estima, homofobia internalizada. Era muito ajuda mútua. E nós trabalhamos isso até hoje nas reuniões de sábado.*

*Mas havia também a preocupação com a mobilização social. Ninguém assumia. E esse era o momento de mostrar que nós existíamos. Para formalizar o **Grupo**, tivemos que emprestar CPF (Cadastro de Pessoa Física) e Carteira de Identidade, pois precisávamos de sete pessoas. Nós tínhamos somente três.”*

Toni Reis, militante e fundador do Grupo Dignidade, reconhecido nacionalmente tanto pela ação no Grupo como no movimento LGBT.

1869
O médico húngaro Karoly Kertbeny cria o termo “homossexual” em resposta à criminalização do sexo praticado entre homens pelo Código Penal da Prússia.

1894
O termo lésbica é publicado no Brasil pela primeira vez em Atentados ao Pudor, Viveiros Castro.

2.2

A BANDEIRA DA EMANCIPAÇÃO HOMOSSEXUAL

Recém-chegados da Europa, Toni Reis e David Harrad estabeleceram-se em Curitiba no final de 1991. Já tendo participado de alguns encontros do **Movimento LGBT Brasileiro**, e trazendo informações do exterior, viram a necessidade e a possibilidade de reunir pessoas para iniciar alguma ação no Paraná.

Os **Encontros Brasileiros** acenderam muitas dúvidas e questionamentos. "Era uma época em que havia muitas pesquisas que buscavam a 'causa' da homossexualidade. Então começamos a discutir isso", rememora o então professor Toni Reis. Pessoas cuja sexualidade não se enquadrava nos padrões sociais estabelecidos começaram a se reunir nos sábados à noite. Eram homossexuais de todas as classes sociais, que vinham pelos mais variados motivos: dúvidas sobre a Aids, preconceito e discriminação, rejeição social ou familiar, solidão, curiosidade, dúvidas sobre a sua sexualidade, medo, preconceito internalizado, violência e morte, entre vários outros questionamentos ainda sem resposta.

O começo informal data do dia 14 de março de 1992.

1906
O termo homossexual é publicado no Brasil pela primeira vez em Pires de Almeida, Homossexualismo, a libertinagem no Rio de Janeiro.

1910
João do Rio, gay assumido, é eleito imortal da Academia Brasileira de Letras.

Os encontros, desde o início, procuraram suprir tanto as necessidades dos participantes, mas também já agregar ações correlacionadas às lutas do **Movimento**. Os encaminhamentos sempre tinham correlação aos fatos e dúvidas apresentadas durante os debates. E as soluções eram uma soma de esforços: cartas para o **Movimento** nacional e internacional e para a imprensa, estudos, leituras, debates e seminários sobre temáticas polêmicas.
Ainda nos primeiros encontros, Toni conta que: "mapeamos possíveis parceiros e fomos procurar o **Grupo Pela Vidda**, que trabalha com pessoas com HIV/Aids". A idéia era encontrar um local mais apropriado para fazer as reuniões, mas eles entendiam que deveria ser um subgrupo, para discutir as questões relativas à homossexualidade. Além disso, ao fazerem a proposta, a resposta foi: "O que os vizinhos da entidade e voluntárias iriam pensar vendo os *gays* se beijando?". Toni e David não souberam responder à pergunta, mas, devido a ela, tiveram a certeza de que esse seria um impulso para que o ***Dignidade*** surgisse de forma independente.

O nome foi definido no dia 16 de maio de 1992. As sugestões arroladas foram as mais inusitadas (e estranhas) possíveis: "Berdaches", "Filia", "Tertúlia", "Urano", "Erastós", "Atitude" e, por fim, "***Dignidade***". A idéia era a de que o nome estivesse associado à concepção de *Gay Pride*, ou, em tradução direta, *Orgulho Gay*. "Pensamos que Orgulho poderia soar muito pejorativo, ou até mesmo ufanista em relação ao ***Grupo***. Então optamos por ***Dignidade***, pelo simples fato de que orgulho nós já temos, o que queremos é a dignidade como cidadãos", conta David Harrad.

Optar pelo nome ***Dignidade*** apenas não garantiria sua conquista. Pouco tempo depois e mesmo antes de existir formalmente, o ***Grupo*** foi vítima da primeira ação homofóbica direta. O ano eleitoral de 1992 decidiria o próximo prefeito do município. E um panfleto relacionando o grupo a um dos candidatos, de forma preconceituosa, foi distribuído.

Esse foi o primeiro momento em que o grupo necessitou reivindicar publicamente sua inocência e responder a uma "chacota" preconceituosa. A partir dessa difamação, o ***Dignidade*** foi tomar providências legais. A primeira delas foi abrir um Boletim de Ocorrência, a fim de processar os difamadores. "O delegado nos disse que era improcedente, porque não tínhamos razão social, ou seja, não existíamos oficialmente", relembra Toni. Então, no dia 13 de agosto de 1992, registra-se, oficialmente, o ***Grupo Dignidade*** – *Pela Conscientização e Emancipação Homossexual*. Seu primeiro estatuto contemplava os seguintes objetivos:

- Conscientizar os homossexuais de sua importância enquanto ser humano e seu papel na sociedade;
- Combater toda a manifestação opressão, violência física e moral, preconceito e discriminação de todas as formas, seja de heterossexuais para com homossexuais ou de outra forma qualquer;
- Protestar contra qualquer propaganda preconceituosa bem como qualquer arbitrariedade de autoridade pública contra os homossexuais;
- Promover a conscientização da sociedade sobre a condição homossexual, visando ao fim da discriminação aos homossexuais;
- Promover a organização dos grupos homossexuais do Brasil em uma Confederação.

O texto do atual estatuto já não é o mesmo. Mas o ideal permanece.

*"No início, o **Dignidade** tinha essa questão de trabalhar voltado para os direitos humanos. Antigamente você andava na rua, era taxado de veado, de um monte de outras coisas e abaixava a cabeça. Até 1993, no CID (Código Internacional de Doenças da Organização Mundial de Saúde), a homossexualidade queria dizer doença, um transtorno mental, no qual a pessoa era passível, inclusive, de ser aposentada por causa disso. Com o **Grupo**, começou-se a dar visibilidade à questão dos homossexuais. E nós mostramos que somos seres humanos comuns."*

Francisco Carlos dos Santos, falando sobre o significado da bandeira da emancipação LGBT no início do Grupo.

1914
Publicação do livro O Menino Gouveia, primeiro conto homoerótico brasileiro.

1932
Prisão de 195 homossexuais pela Polícia Civil do Rio de Janeiro para serem objeto de estudo do Dr. Leonídio Ribeiro, do Instituto de Identificação.

2.3

EDIÇÃO ESPECIAL: FOLHA DE PARREIRA

FOLHA de PARREIRA

DIGNIDADE

GRUPO DE CONSCIENTIZAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HOMOSSEXUAL

1º GRUPO HOMOSSEXUAL PARANAENSE A SER REGISTRADO EM CARTÓRIO

O grupo DIGNIDADE já tem existência legal. O estatuto, aprovado na Assembléia Geral de 18 de julho passado, foi registrado no Cartório do 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, no último dia 13 de agosto.

Isso significa um passo importante no movimento homossexual no nosso Estado.

A discussão prévia sobre o estatuto foi ampla e aberta. O principal fruto desse processo foi o debate sobre as finalidades fundamentais e específicas do nosso grupo.

Fazemos aqui uma síntese do capítulo sobre finalidades do nosso estatuto:

Constituem finalidades específicas do grupo Dignidade:

a). Promover conscientização e respeito da liberdade de orientação sexual, sobretudo o respeito do direito à liberdade de orientação homossexual.

b). Contribuir para a coleta e organização de informações e produção de conhecimentos sobre a sexualidade humana, especificamente sobre a homossexualidade.

c). Combater qualquer manifestação de discriminação por orientação homossexual.

d). Promover intercâmbio com outras organizações afins, nacionais e internacionais, bem como entidades de defesa de outros grupos minoritários.

e). Auxiliar na formação de outros grupos de conscientização e emancipação homossexual no Brasil.

f) Discutir e levar à comunidade homossexual informações relacionadas, principalmente, às doenças sexualmente transmissíveis, dando prioridade à AIDS.

h). Participar, apoiar e divulgar trabalhos artísticos, literários, cívicos e esportivos de homossexuais.

ASSUMIR É ESSENCIAL PARA A CONQUISTA DOS DIREITOS

“Queríamos comemorar o dia 28 de junho e comunicar o que era discutido entre quatro paredes. Também estavam acontecendo nas comunidades casos de HIV/Aids, e nós tínhamos que fazer a nossa parte na divulgação, prevenção e cidadania. Decidimos que isso seria em forma de jornal. O nome é inspirado na Bíblia. Quando Deus expulsou Eva e Adão do Paraíso porque ‘comeram a maçã’, deu uma folha de parreira para tampar a sexualidade. Como era a primeira repressão ao ato sexual, o informativo era para ser a representação da libertação e revolução.
Fomos até o Sinttel (Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Paraná) e eles se prontificaram a imprimir se levássemos o papel. Daí, também não tínhamos dinheiro para o papel sulfite. Éramos todos duros. Mal havia dinheiro para viver, quanto mais para militar.”

***Toni e David, sobre a criação do informativo** Folha de Parreira.*

1932
Suicida-se Santos Dumont, inventor do avião e o brasileiro mais conhecido internacionalmente, reputado e referido em diversos livros como homossexual..

1942
Entre 50 e 80 mil homossexuais permanecem presos nos campos de concentração da Alemanha nazista, estando os gays estigmatizados com um triângulo rosa nos uniformes de trabalho e as mulheres lésbicas com um triângulo negro.

*“Foi engraçado. Eu era diretora da Secretaria Municipal de Saúde. O Toni e o David foram até lá um dia buscar apoio para rodar o jornal deles, o **Folha de Parreira**. Foi aí o meu primeiro contato com um movimento social organizado de um grupo gay. E eles chegaram lá e pediram duas caixas de papel sulfite A4, eu ainda achei estranho e perguntei: só isso?.”*

Mariângela Simão, hoje diretora do Programa Nacional DST/Aids do Governo Federal. Na época, diretora da Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba.

“Na verdade era um jornalzinho papel A4 dobrado em três partes. Quem fazia era uma jornalista que assinava e a digitação era por conta do David. Era gostoso, a gente ficava dobrando os jornais depois das reuniões, sentados no chão na casa do Toni.”

Vânia Galliciano era encarregada pelo envio do jornal.

Rua Barão do Rio Branco 5m
80010-902 Curitiba Pr

Câmara Municipal de Curitiba
Gabinete da 2ª Secretaria

Of.nº 47/92 Palácio Rio Branco, 23 de junho de 1992

Ao
Grupo de Homossexuais:

Dignidade vocês deveriam ter procurando libertar-se da prática, que sob a expressão de opção sexual vocês realizam. Vocês podem usar os rótulos mais bonitos, as expressões mais simpáticas, todavia a podridão do disvirtuamento sexual continuará a mesma. Será que Deus foi injusto com vocês ou o diabo está rindo da desgraça que está provocando ao induzi-los e alimentá-los com a ilusão de que não existe nenhum mal e não haverá nenhuma condenação?
Se vocês querem dignidade mudem os hábitos sexuais, peçam a graça de Deus para ajudá-los.
Estou profundamente preocupado com o estado de consciência de vocês. Se vocês acreditam na Bíblia Sagrada, salvem-se, enquanto é tempo.
Rom. 1.24-32 - "Por isso Deus entregou tais homens à imundícia, pelas concupiscências de seus próprios corações, para desonrarem os seus corpos entre si; pois eles mudaram a verdade de Deus em mentira, adorando e servindo a criatura, em lugar do Criador, o qual é bendito eternamente. Por causa disso os entregou Deus a paixões infames; porque até suas mulheres mudaram o modo natural de suas relações mais íntimas, por outro contrário à natureza; semelhantemente, os homens também, deixando o contacto natural da mulher, se inflamaram mutuamente em sua sensualidade, cometendo torpeza, homens com homens, e recebendo em si mesmos a merecida punição do seu erro. E, por haverem desprezado o conhecimento de Deus, o próprio Deus os entregou a uma disposição mental reprovável, para praticarem coisas inconvenientes. Insensatos, pérfidos, sem afeição natural e sem misericórdia. Ora, conhecendo eles a sentença de Deus, de que são passíveis de morte os que tais coisas praticam, não somente as fazem, mas também aprovam os que assim procedem."

Atenciosamente

*“Foi nesse jornal que deixamos de ser um grupo que se reunia às escondidas. O primeiro, foi produzido em um domingo, digitado e montado. Aí, distribuímos o informativo nos ‘guetos’, casas noturnas, para mobilizar as pessoas. E para dar visibilidade, nós mandamos para todos os vereadores, deputados estaduais, meios de comunicação. Foi a partir disso que surgiu o **Grupo** mesmo. A repercussão do primeiro número já foi impactante. Recebemos ligações em nossos telefones particulares e secretária eletrônica, como ameaças e gozações. Recebemos uma resposta de um vereador evangélico fundamentalista, dizendo que não devíamos nos organizar, mas sim ir pra igreja rezar para deixar de ser homossexual.”*

***Toni, David, Mariângela e Vânia contando sobre o surgimento do informativo** Folha de Parreira.*

1945
Morre Mário de Andrade, destacado escritor e crítico de arte, apelidado “miss São Paulo”.

Isso era interessante, pois o ***Dignidade*** mal se legitimara como organização social e já possuía um meio de comunicação com cinco mil exemplares, com o objetivo de agregar e disseminar as informações para toda a comunidade LGBT. O ***Folha de Parreira*** apresentava, desde a sua primeira edição, a idéia de sensibilização e emancipação de *gays* e lésbicas e, posteriormente, travestis e transexuais, na sociedade.

Representa a primeira ação direcionada à mobilização e sensibilização social. Em junho de 1992, saem os primeiros cinco mil exemplares. Em julho de 1993, os membros do ***Grupo Dignidade*** elaboram o primeiro boletim em inglês com a intenção de distribuí-lo em organizações pelo mundo, narrando os últimos fatos acontecidos no Brasil, como a Reforma Constitucional.

Os boletins em inglês logo trouxeram resultados. Dois fundos internacionais, o *Fund for Lesbian and Gay Liberation (OUT)* e o *Funding Exchange* resolvem apoiar o ***Grupo Dignidade*** e, assim, destinar verba para a ampliação e produção do ***Folha de Parreira***. A partir de setembro de 1994, o pequeno boletim torna-se um jornal formato tablóide, com oito páginas e tiragem de 10 mil exemplares, com ampliação da distribuição nacional. O resultado foi imediato: cartas de todas as regiões do país chegaram, geralmente tecendo elogios à publicação.

A publicação prosseguiu, mensalmente, até dezembro de 1996. A partir de 1997, virou anual – mas com um *design* mais arrojado e moderno. Em 2001, de volta ao formato tablóide e com uma alteração de nome para ***Frisson***, o jornal ainda articulava movimentos em prol da cidadania LGBT. O informativo ainda existe e a grande diferença é que, nos últimos anos, outras publicações voltadas a esse público já circulavam em território nacional, sem medo de censura ou repressão.

E o ***Folha de Parreira*** foi o primeiro de muitas outras ações relacionadas à sensibilização social por meio da comunicação. Essas atividades sempre foram priorizadas ao longo dos anos. Isso também garantia mais um diferencial à estratégia de atuação do grupo e o tornava um grande articulador do movimento.

*"Na qualidade de decano do Movimento Homossexual Brasileiro, isto é, o mais antigo militante gay em atividade ininterrupta desde 1980, quero parabenizar o **Dignidade** por esta grande vitória: a publicação de seis páginas toda ela consagrada à defesa da causa homossexual. Parabéns, que tenham longa vida e que cumpram o objetivo de nosso Movimento Homossexual Brasileiro: a cidadania de gays e lésbicas."*

Carta de Luiz Mott, do Grupo Gay da Bahia

1951

Cassandra Rios publica seu primeiro romance com temática lésbica. A autora seria alvo de censura na época da ditadura, tendo 36 livros censurados e retirados de circulação. Entre os anos 60 e início dos 70, circularam no Rio de Janeiro mais de 15 títulos: Snob, La Femme, Subúrbio à noite, Gente Gay, Aliança de Ativistas Homossexuais, Eros, La Saison, O Centauro, o Vic, O Grupo, Darling, Gay Press Magazine, 20 de Abril, O Centro e o Galo. Em Niterói, surgem Os Felinos, Opinião, O Mito e Le Sophistique.

Folha de Parreira Jornal

Derrubando preconceitos e conquistando novos espaços.

Grupo Dignidade - Conscientização e Emancipação Homossexual - Filiado à ILGA e ASBRAGEL
Ano III - Número 17 - Setembro/94 - R$ 1,00

1959
Primeiro jornal gay do Brasil, Snobe, Rio de Janeiro.

1971
Primeira operação transexual no Brasil, realizada pelo Dr.Roberto Farina.

PARTE III
AS AÇÕES

“Desde 14 de março de 1992, nunca deixou de acontecer uma única reunião. Não há luta sem meta e rotina. E essas reuniões eram ‘regadas’ com pipocas e nos últimos 15 minutos o cálice da celebração, com caipirinha. Não tinha espaço para todos. As pessoas sentavam no colchão, banquinhos ou no chão mesmo, em círculo. Teve um encontro que estávamos em 20 pessoas em uma sala que cabiam 10. Uma pessoa falou brincando ‘estamos aqui como se fôssemos presos em uma cela super-lotada do Canrandiru, mas felizes, buscando a liberdade!”

Toni e David, ao relembrarem as primeiras reuniões na sala do apartamento e os passos iniciais do Grupo Dignidade

3.1

ENQUANTO ISSO...

A formalização aconteceu paralelamente às reuniões e às primeiras ações efetivas do ***Grupo Dignidade***. Assim, ao mesmo tempo em que o ***Grupo*** ia atrás de informações referentes à sua legalização, não esqueciam das pessoas que necessitavam abundantemente da troca de informações, da luta e convivência mútua.

Os debates tinham temas como: "estar ou ser homossexual, isso é questão de opção?", "causas da discriminação", "contrariedade das idéias", "homossexualidade e família", "homossexualidade e religião", e eram enriquecidos com estudos conjuntos de documentos como a "Carta da Catalunha" e "Aspectos jurídicos legales de la homosexualidad".

Mesmo variando as temáticas, algo sempre comentado nos encontros era a ação negativa e constante da mídia. Está descrito na segunda ata: "... comentou-se que é muito comum na imprensa em geral colocar rótulos e fazer discriminações contra os homossexuais e que isso é somente sensacionalismo", sobre uma reportagem publicada no jornal *Gazeta do Povo.*

Nessa época, o ***Grupo*** dá início à produção e envio de cartas aos órgãos de imprensa, autoridades, outros grupos nacionais e internacionais. As respostas eram as mais variadas, desde manifestações de apoio, até de repúdio absoluto, passando pela procura para esclarecimentos, ofensas e ameaças.

> *"Quando compramos a secretária eletrônica, existiam muitas mensagens homofóbicas: ameaças de assassinato, espancamento, gozação. Era mais um indicador para nos organizarmos."*
>
> ***Toni Reis explica como o Grupo tinha que lidar na época com as constantes ameaças.***

1974
Associação Americana de Psiquiatria (AAP) deixou de considerar a homossexualidade uma doença.

1977
João Antônio Mascarenhas, advogado gaúcho, residente no Rio de Janeiro, convida Winston Leiland, editor do Gay Sunshine, de S.Francisco, para conferências no Brasil: é o primeiro ato político de fundação do Movimento Homossexual Brasileiro.

O primeiro direito à resposta foi concedido pelo ***Jornal Comunicação***, da Universidade Federal do Paraná (UFPR): "foi cerca de uma hora de entrevistas. Demos ênfase aos objetivos do ***Grupo*** e tivemos a garantia de que não sairia o nome de ninguém que não quisesse ser identificado", lembram Toni e David, dizendo do respeito em manter a identidade das pessoas que ainda tinham medo de aparecer.

Mas o ***Dignidade*** também começava a ser solicitado pelos outros grupos em ações de mobilização política, como para a Reforma Constitucional, que aconteceria em 1993. "Foi nessa época que definimos que era necessário estabelecer regras para o recebimento de apoio. Precisávamos aceitar ajuda, mas nunca em troca de apoio político ou de espécie alguma". As palavras de Toni representam uma preocupação que, anos depois, transformara-se em uma das características mais marcantes do ***Grupo Dignidade***: a capacidade de dialogar com o poder público, sem perder a capacidade de interferir e cobrar políticas públicas.

*"A relação do **Dignidade** com o governo é de respeito mútuo e de ética. O foco é o mesmo, reduzir a homofobia para reduzir a vulnerabilidade. As diferenças estão nos papéis e nas responsabilidades. Esta parceria ensinou que se pode e deve trabalhar com educação entre pares. Foi um aprendizado mútuo. O **Dignidade** foi um dos primeiros ligados à questão com um sistema de controle social. É uma entidade muito pró-ativa e organizada."*

Mariângela Simão é Diretora do Programa Nacional de DST/Aids e explica sobre a construção da relação entre o Dignidade e as instâncias governamentais.

Algumas outras ações desenvolvidas ainda em 1992, primeiro ano de atuação ***Grupo Dignidade***, foram:

Junho:

• É publicada a primeira reportagem sobre o ***Grupo*** no jornal ***O Estado do Paraná***;
• Para o dia **28 de junho – Dia do Orgulho Gay**, é preparada a primeira edição do informativo ***Folha de Parreira*** e enviadas "cartas" para vereadores, deputados estaduais e federais e senadores;
• Proposta política (reivindicações) do grupo a ser enviada a todos os candidatos à prefeitura de Curitiba, porém enfatizando o caráter suprapartidário do grupo.

Agosto:

• No Dia 13 de Agosto, oficializa-se a constituição jurídica do ***Grupo Dignidade***;
• Em 30 de agosto, o ***Grupo*** recebe a visita de Luiz Mott, um dos símbolos nacionais do **Movimento LGBT Brasileiro** e organizam palestras na Universidade Federal do Paraná sobre a temática da homossexualidade e no Sindicato dos Professores.

Setembro:

• São traçadas novas estratégias de intervenção: o ***Grupo*** passaria a ser aberto a qualquer pessoa, independente de sua orientação sexual;
• O informativo ***Folha de Parreira*** passa a ser enviado aos psicólogos;
• Contato e resposta do ILGA Twinning Project;
• Carta de João Antônio Mascarenhas, coordenador do projeto **Orientação Sexual**, para participação do ***Grupo*** na reforma constitucional de 1993.

1978
João Antônio Mascarenhas e outros homossexuais fundam o Jornal Lampião, primeiro periódico destinado ao tema da homossexualidade, que durou até 1981.

1978
Fundação do primeiro grupo homossexual brasileiro: Somos (São Paulo). A primeira aparição pública aconteceu em fevereiro de 1979, na Universidade de São Paulo – USP.

Outubro:

O assassinato de um homossexual incentiva algumas ações específicas de combate à homofobia como:

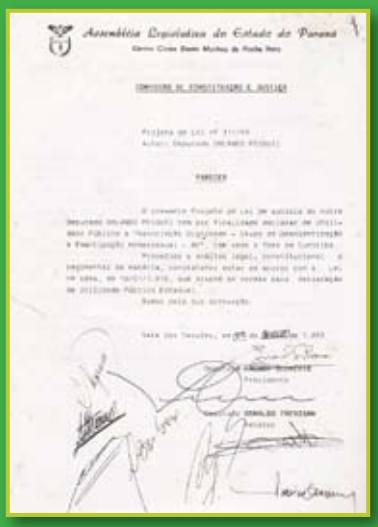
- Publicação especial do ***Folha de Parreira***;
- Carta ao Secretário de Segurança Pública do Estado;
- Contato com a Ordem dos Advogados do Brasil e a Delegacia de Homicídios;
- Em novembro é veiculado um programa televisivo sobre violência contra homossexuais e são organizados os últimos preparativos para a mobilização do **Dia 1º de Dezembro**, em parceria com o **Grupo pela Vidda**, governo municipal e estadual.

Em 1993 ...

Em 23 de Setembro, o governador Roberto Requião assina decreto sancionando lei nº. 10.459, tornando o ***Grupo Dignidade*** **Utilidade Pública do Estado do Paraná.**

Em 17 de Dezembro é conquistada a **Utilidade Pública Municipal**, por meio da lei 8346/93, do então vereador Ângelo Vanhoni (PT).

A **Utilidade Pública Federal** seria conquistada apenas em 1997. Ainda assim, foi o primeiro grupo do Brasil, de defesa dos direitos LGBT, a conquistar o título em nível nacional.



O ***Grupo*** estava definitivamente em ação e com muitas idéias na cabeça... Mas o ano de 1992 se encerrou com a participação em um programa de TV que representaria um dos passos mais importantes da história do ***Dignidade***.

1979
Fundação do Grupo de Atuação e Afirmação Gay, Baixada Fluminense, RJ.

1979
I Encontro de Homossexuais Militantes, em Dezembro, no Rio de Janeiro. Nove grupos: Somos/RJ, Auê, Somos/SP, Libertos Guarulhos/SP, Grupo de Atuação e Afirmação Gay/Caxias/RS, Somos/Sorocaba/SP, Grupo Lésbico-Feminista, Beijo Livre Brasília/DF, Terceiro Ato/BH.

3.2

DO COLCHÃO AO CONJUNTO: A PRIMEIRA SEDE

O dia **1º. de Dezembro de 1992** é uma data antológica para o combate da epidemia da Aids em Curitiba. Neste ano, a cidade contabilizava 182 casos registrados oficialmente, e 131 óbitos registrados em decorrência da presença do vírus HIV, com um índice de letalidade de 72% (Secretaria Municipal de Saúde, 1997). Os dados alarmantes jogaram os holofotes para o *Dia Mundial de Combate à Aids*, tradicionalmente lembrado em todas as partes do planeta e pela primeira vez lembrado oficialmente em Curitiba.

Além dessa realidade estatística, cabe a lembrança de que, à época, o segmento LGBT e as populações prostituídas eram vistos como "grupo de risco", ou seja, o suposto vetor principal de infecção. A imprensa, então, chamou o recém-fundado ***Grupo Dignidade***, representado por Toni Reis, e o então secretário de Saúde do Estado, Dr. Nizan Pereira, para um debate televisivo, com a finalidade de discutir o refreamento da epidemia em Curitiba e no Paraná.

"A Rede Independência de Comunicação tinha um programa chamado QI na TV. Devido ao Dia Mundial de Luta contra Aids, em 1992, pela primeira vez a emissora fez um programa para tratar do assunto, que naquela época era tida como uma doença dos homossexuais. Um dos convidados era o Toni Reis. No programa, o Toni tirou uma camisinha do bolso e disse: 'O senhor está desafiado a divulgar a camisinha'. Acho que foi a primeira vez que alguém mostrou a camisinha na TV."

Doutor Nizan Pereira, ex-Secretário Estadual de Saúde e personalidade emblemática na história do Grupo Dignidade pela postura e parceria em ações de combate à Aids, que inspiraram iniciativas em todo o país.

1980
Fundação do Grupo Gay da Bahia (Salvador), hoje o mais antigo grupo homossexual em funcionamento na América Latina.

1980
Primeira passeata com participação de homossexuais em São Paulo.

O debate foi caloroso, nas palavras daqueles que participaram. Dali, o desafio feito ao secretário voltou na mesma intensidade ao ***Grupo Dignidade***. "Eu não posso mandar um funcionário público a uma casa de prostituição. Vocês têm que fazer esse intermédio, a partir de uma parceria conosco", observou o Dr. Nizan.

Toni aceitou o desafio ao vivo. "Fui um pouco impulsivo, houve críticas internas, inclusive algumas pessoas saíram do ***Grupo***. Mas vejo que foi a decisão certa", explica.

E foi mesmo: nasceu, dessa aceitação instintiva, o projeto **Arrastão da Vida**, cujas atividades se centralizaram na distribuição maciça de camisinhas às prostitutas de Curitiba. Em setembro de 1993, quando o projeto estava plenamente implementado, o *Ministério da Saúde* aprova outro projeto de prevenção, agora voltado ao público homossexual, e denominado **Arca de Noé**. O convênio com a *Secretaria de Estado da Saúde* também incorporou outro avanço: a primeira sede do ***Grupo***, localizada na travessa Tobias de Macedo, 53.

*"As parcerias entre o governo e a sociedade civil passam por relações pessoais e também por interesses mútuos. O encontro das políticas públicas de prevenção com o **Grupo Dignidade** e com o movimento LGBT foi muito positivo. A sociedade ganhou muito. Passou a pensar de forma mais consciente e mais natural sobre a sexualidade e o preservativo. Com isso, quebrou muito mais barreiras do que a prevenção. Esse papel a sociedade deve ao Movimento LGBT."*

Doutor Nizan Pereira explica sobre a importância da construção das parcerias.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, vulnerabilidade é a maior possibilidade de exposição ou infecção pelo HIV e de sofrer conseqüências desnecessárias pela doença. A realidade do risco de infecção por via bi/homossexual é 11 vezes maior do que entre a categoria heterossexual e até 2004, um total cumulativo de 70.630 casos de Aids foi notificado no Brasil na categoria bi e homossexual, representando 19,5% do total de casos, segundo dados do Programa Nacional de DST/Aids.

"A vulnerabilidade ao HIV e às suas conseqüências são reforçadas por violações dos direitos à vida, à liberdade, à informação, à educação, à saúde e ao direito à igualdade (não-discriminação), que têm impacto direto no poder de negociação destas comunidades e na redução de seu acesso aos serviços de saúde.

A diminuição da vulnerabilidade está relacionada ao aumento da cidadania ativa, aquela que institui o cidadão como portador de direitos e deveres, mas essencialmente participante da esfera pública e criador de novos direitos para abrir espaços de participação".

Resoluções do I Congresso da ABGLT, 2005.

1980

I EBHO: Encontro Brasileiro de Homossexuais, em Abril, São Paulo. Oito grupos: Somos/SP, Somos/Sorocaba/SP, Libertos, GALF, Eros/SP, Somos/RJ, Auê/RJ, Beijo Livre.

3.3

ARRASTANDO PARA A VIDA

O **Programa Arrastão da Vida** foi o primeiro grande diálogo do ***Grupo Dignidade*** com as populações socialmente excluídas e tidas, no início dos anos 90, como um dos principais focos de infecção pelo vírus HIV. O objetivo era disponibilizar preservativos em locais de prostituição em Curitiba.

Metodologia simples, com grande poder educativo e enriquecido pela multidisciplinariedade da equipe e proximidade que tinham do público beneficiário do projeto. Todos pensavam os procedimentos, construíam as ações e direcionavam as intervenções.

De uma estrutura que inicialmente se deslocava aos pontos de prostituição da cidade, o **programa** desenvolveu outras estratégias para ampliar seu foco e modelo de atuação. No segundo ano, o **Arrastão** já conseguia agregar os grupos em atividades na própria sede.

A primeira fase do projeto envolvia um "arrastão", no sentido literal da palavra: "eram nas quintas-feiras: à tarde, a gente ia para a Praça Tiradentes, Carlos Gomes e Generoso Marques, e à noite, para a Ouvidor Pardinho. Quando o **Arrastão da Vida** cresceu, a gente fazia as intervenções com um veículo disponibilizado pela prefeitura e ficava até de madrugada trabalhando com o pessoal", relembra Chico.

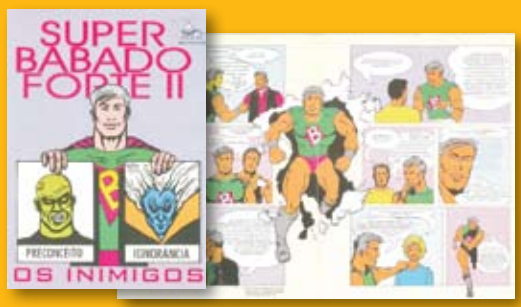
Além disso, a meta de aproveitar o potencial multiplicador de cada intervenção provocava, constantemente, o efeito em cadeia de cada uma das ações. Foi nesse momento que outros protagonistas de movimentos sociais surgiram e criaram novas iniciativas. É o caso dos grupos **Liberdade** (de atuação para a cidadania de prostitutas) e **Esperança** (ação com travestis).

O ano de 1993, início do projeto, totalizou 622 pessoas semanalmente (386 prostitutas, 117 travestis e 199 homens que fazem sexo com homens).

1980

Em Dezembro, no Rio de Janeiro, acontece a prévia do II EBHO: Encontro Brasileiro de Homossexuais. Participam 15 grupos: Somos/RJ, Auê, Bando de Cá/Niterói, Somos/SP, Outra Coisa/SP, Eros/SP, Convergência Socialista/SP, GALF, Terra Maria, Alegria-Alegria, Grupo de Opção e Liberdade Sexual/Santo André, GGB, Grupo de Atuação Homossexual de Pernambuco (GATHO).

O segundo grande projeto de ação direta foi direcionado a homossexuais que não atuavam como profissionais do sexo. Aprovado em setembro de 1993 pelo *Ministério da Saúde*, mas financiado apenas a partir de janeiro de 1994, o projeto **Arca de Noé** consistia em intervenções em locais freqüentados pelo público homossexual – bares, cinemas, casas noturnas, saunas e demais espaços de lazer. O mês de maio daquele ano marca o início de oficinas de sexo seguro aos sábados, com distribuição de três camisinhas por participante. É em fevereiro de 1995, entretanto, que o protagonista-mor do **Arca de Noé** entra em cena: o **Super Babado-Forte**, o primeiro super-herói *gay* soropositivo.



Caracterizado desse personagem, o ator e diretor teatral Rogério Stockschneider fazia ações, que consistiam em distribuição de panfletos com histórias em quadrinhos e camisinhas, em determinados pontos da cidade. O sucesso do projeto foi tanto que, até 1995, haviam sido distribuídas cerca de 50 mil camisinhas. Com o advento da *internet*, em 1999 o projeto abriga um site na rede, e também produz, trimestralmente, os *Seminários de Formação para a Cidadania*.

O **Arca de Noé** também era um projeto que acontecia por meio de voluntários que percorriam os bares e casas noturnas. Mas, com o objetivo de aproximar as pessoas do convívio no ***Dignidade***, eram distribuídos Vales-Camisinha, que depois eram trocados na sede do grupo.

Esses dois projetos tiveram grande impacto na ação do ***Grupo Dignidade***, principalmente porque naquela época lutar pela cidadania LGBT passava obrigatoriamente pela temática da Aids. Era natural, o HIV vitimava muito mais *gays* do que os constantes assassinatos causados pela homofobia e preconceito. Essa realidade colaborou para que o ***Dignidade*** incluísse o acesso à saúde e a prevenção à Aids e DST em seus objetivos prioritários. E esses dois projetos foram replicados em muitos outros estados em todo o território nacional. Essas ações iniciaram parcerias duradouras com as *Secretarias Municipal e Estadual da Saúde* e com o Programa Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde. Contudo, é importante enfatizar que no primeiro momento, o ***Grupo*** realizou atividades de prevenção com *gays*, travestis, mulheres e homens profissionais do sexo, estudantes em escolas públicas, bem como sensibilização de profissionais de saúde. Aos poucos, cada setor se organizou e iniciou seus próprios trabalhos nesta área. Atualmente, o ***Grupo Dignidade*** se concentra principalmente na prevenção com *gays* e homens profissionais do sexo, a partir de uma visão ampla da promoção da cidadania LGBT como um fator essencial para a diminuição da vulnerabilidade à infecção.

"Hoje sou conhecida em Curitiba como a mulher da camisinha, a mulher da Aids. O nosso diferencial foi sempre tratar as pessoas como iguais. Não ser melhor do que ninguém. Nós somos iguais. Sem diferença."

Carmem Costa, foi beneficiária das atividades do programa Arrastão da Vida, tornou-se educadora e, junto a outras prostitutas, fundou o Grupo Liberdade.

*"Teve uma época em que a gente chamava as meninas para dentro do **Grupo**, era na sexta-feira. Para não irem só para pegar o preservativo, a gente sempre fazia uma intervenção educativa sobre HIV/Aids e oferecíamos lanche. Chegaram a ir, durante essa época, 200 a 300 pessoas, a cada sexta-feira. A gente deixou de ir para a rua e trouxe o pessoal para a instituição."*

Francisco Carlos dos Santos, (Chico) foi um dos coordenadores/educadores do programa.

1980
Gilberto Freyre, célebre sociólogo pernambucano, é o brasileiro mais ilustre a assumir já ter mantido relações homoeróticas.

1980
Morre no Rio de Janeiro, Pascoal Carlos Magno, teatrólogo e embaixador, fundador do Teatro do Estudante do Brasil. Homossexual assumido e discriminado pelo Itamaraty no tempo da Ditadura.

*“O **Dignidade** acompanhou o desenrolar da epidemia, e apóia a secretaria devido ao acúmulo de conhecimento para a capacitação das pessoas, e sem deixar de trabalhar os seus pares. Mas eles têm uma fala muito clara e muita facilidade de se comunicar com os vários profissionais de qualquer segmento. E isso é um diferencial do **Grupo**. Não adianta você ter conhecimento e não conseguir transmitir.”*

Mariana Thomaz, Coordenadora Municipal de DST/Aids de Curitiba

Dignidade lança nova campanha anti-Aids

Projeto pretende sensibilizar as pessoas com depoimentos sobre o impacto da doença nas famílias

Outras ações importantes de mobilização, prevenção e atendimento desenvolvidas pelo ***Dignidade*** ao longo dos anos foram:

• Desde seu surgimento, em 1992, compõe o grupo organizador da **Vigília Internacional em Solidariedade às Vítimas da Aids**, que acontece no terceiro domingo de maio e o **Dia Mundial de Combate à Aids**, em 1º de dezembro. Foi no ano da criação do ***Grupo*** que aconteceu a primeira mobilização em Curitiba.

• Desde 1993, o ***Grupo*** desenvolve ações de prevenção à Aids no Carnaval. “Fazíamos abordagens de carnaval e sempre foi um ícone. Todo carnaval é elaborado um projeto com as ONG/Aids e o município com trabalho voluntário de prevenção. Temos um bloco de carnaval e o samba enredo enfoca a prevenção e DST”, explica Gerson dos Santos, promotor de saúde da equipe do ***Dignidade***.

• Em 1996, o ***Grupo*** encabeça a campanha **Mídia Solidária contra a Aids**, com cartazes, panfletos, spots de rádio e TV.

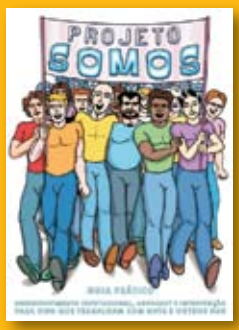
• O ***Grupo*** também integra, desde 1997 a **ASICAL – Associação para a Saúde Integral e Cidadania na América Latina e Caribe**, uma rede regional de grupos e organizações, criada em dezembro de 1997, em Lima, Peru. Sua missão é promover e desenvolver estratégias e ações de prevenção, atenção e apoio em HIV/Aids e direitos humanos com *gays* e outros homens que fazem sexo com outros homens, para melhoria da qualidade de vida.

• **Cartilha Gay Prevenido**: o primeiro material específico para esclarecimentos das dúvidas sobre DST e Aids e de combate à violência e homofobia no Paraná, lançada em 1999.

• **Casa Vida**: projeto implementado em 1999. Fazia intervenções nas casas de prostituição de Curitiba. Foi realizado em parceria com o **Grupo Liberdade** e representou a continuidade do **Arrastão da Vida**.

1981
Primeira celebração do Dia do Orgulho Gay no Brasil (28/06), iniciativa do Grupo Gay da Bahia, em Salvador.

1981
Início da campanha contra o Código 302.0, da Organização Mundial da Saúde (OMS), que rotulava a homossexualidade como desvio e transtorno sexual (16 mil assinaturas).



• **Projeto Somos**, iniciado em 1999, com o objetivo de fortalecer grupos e lideranças *gays* e *trans* no enfrentamento da epidemia da Aids, por meio do desenvolvimento organizacional, *advocacy* e interação com a comunidade. O ***Grupo Dignidade*** foi um dos Centros de Capacitação e Assessoria distribuídos nas cinco regiões do país. Foi idealizado pela ASICAL, realizado em parceria entre a **Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT)** e o **Programa Nacional de DST e Aids** do Ministério da Saúde do Brasil, e executado por organizações afiliadas e parceiras da ABGLT.

• **Projeto Apolo**, desenvolvido com o objetivo de fazer a prevenção da Aids e outras doenças sexualmente transmissíveis com os garotos de programa de Curitiba, ainda com abordagens em locais específicos e reuniões na sede do ***Grupo Dignidade***. Aconteceu de 2000 a 2005.

• O ***Grupo Dignidade***, em 2004, passou a integrar o **Centro Internacional de Cooperação Técnica em HIV/Aids (CICT)**. É uma ação para fortalecer a troca de informações e tecnologias de prevenção e promoção dos direitos humanos em todo o mundo. Tem a função de mobilizar forças que trabalham prevenção como forma também de criar e expandir conhecimento.

• o ***Grupo Dignidade*** realiza o projeto TÁ AQUI CAMISINHA desde 2004, que objetiva facilitar o acesso à camisinha, promovendo seu uso correto e consciente. Esta iniciativa colabora na realização e manutenção de ações sociais e culturais e é realizada em parceria com a DKT do Brasil.

• **ENONG**: Os Encontros Nacionais de ONG/Aids - ocorrem desde 1989 e representam oportunidades de debate, ativismo e análise da situação do país em relação ao combate à epidemia da Aids. Na edição ocorrida Curitiba (2005), reuniu mais de 500 organizações de todos os estados do Brasil, entre estas o ***Grupo Dignidade***, que foi a principal instituição organizadora do evento. Os debates ao longo destes anos de ENONG tiveram muitas conquistas, como a regulamentação da Lei Nº 9.313 do Senado Federal, de 13 de novembro de 1996, que dispõe sobre a obrigatoriedade de distribuição gratuita de medicamentos pela rede pública de saúde aos portadores do HIV e doentes de Aids.

*"O **Grupo Dignidade** sempre teve a preocupação em trabalhar com a prevenção com uma abordagem capaz de mostrar o cuidado que as próprias pessoas têm que ter consigo e com o próximo. Não é só distribuir, tem incentivar o auto-cuidado, elevar a auto-estima."*

Enéias Pereira foi multiplicador e é o atual presidente do Grupo Dignidade.

*"O **Grupo** trouxe a questão da vivência mesmo, com um trabalho além da Aids. A homofobia agrega a vulnerabilidade ao HIV. A homofobia traz como conseqüências: a exclusão, a baixa auto-estima e causa assim a vulnerabilidade. O **Dignidade** trouxe para a agenda da Aids o foco de tratar os diferentes."*

Mariângela Simão, correlacionando a homofobia como algo nocivo ao combate à Aids.

"Eu já trabalho na saúde há 23 anos. Naquela época a Aids estava saindo de surto para epidemia e ainda era muito voltada para a questão dos gays. Em 93 começamos a trabalhar com as populações mais vulneráveis."

Francisco Carlos dos Santos (Chico), atualmente é Coordenador Estadual de DST/Aids.

1981
CONAR determina a retirada do ar propaganda homofóbica na TV de Salvador.

1981 - abril
Olinda: I EGHON: Encontro de Grupos Homossexuais do Nordeste. Cinco grupos: GATHO, Nós Também/PB, Dialogay, GGB, Adé Dudu/BA.

3.4

MUITO ALÉM DAS QUATRO PAREDES

A preocupação inicial dos integrantes em ter meios de propagar para a sociedade o que era discutido na sala do apartamento número três já tinha novas proporções. Definitivamente, as ações tinham saído das quatro paredes.

E o ***Grupo*** especializou em um formato de diálogo com os mais diferentes segmentos e públicos. Atualmente, é capaz de organizar um grande número de pessoas, independente de sexo, orientação sexual, identidade de gênero, etnia, credo, convicções filosóficas, condição social, idade, profissão e que têm em comum o interesse em conhecer, defender ou promover a liberdade de orientação sexual e identidade de gênero de lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis e transexuais.

Como foi detalhado, no início de suas atividades, o ***Dignidade*** necessitava direcionar grande parte de sua força-tarefa à prevenção do mal mais nocivo à comunidade LGBT no início dos anos 90: a Aids. E, ao longo dos anos, fortaleceu também:

a. o atendimento para o público LGBT na área de cidadania e direitos humanos (combate à homofobia, formação cidadã, auxílio na conquista de direitos, convivência, interferência em políticas públicas, formação de lideranças e de outras organizações representativas);
b. e a sensibilização social para o tema sexualidade e para a livre orientação sexual (com palestras, atividades, ações nas escolas, atendimento ao público).

Levando em consideração esses dois tópicos, a carência de informações contextualizadas tanto para a sociedade, como para a própria comunidade LGBT era, e ainda é, muito grande. E reduzir o preconceito está diretamente relacionado ao nível de percepção, de esclarecimento social, de produção e multiplicação de conhecimentos que consegue estabelecer em cada uma dessas áreas.

1982
Primeiro folheto de prevenção da Aids produzido por um grupo gay (GGB).

1982
Aprovadas moções de apoio aos homossexuais pela SBPC, ABA, Anpocs, ABEP.

O ***Grupo*** se propôs a debater direitos humanos, sexualidade e orientação sexual de maneira mais profissional e aberta, disponibilizando informações e produzindo materiais capazes de auxiliar na multiplicação e construção de conhecimentos para toda a sociedade. A cada ano, o ***Dignidade*** interfere na construção da cidadania e garantia dos direitos de:

... *gays*;
... lésbicas;
... travestis e transexuais;
... prostitutas;
... agentes de direitos humanos;
... grupos organizados de defesa e construção de direitos;
... jovens e ... escolas;
... pessoas que vivem com Aids.

E totaliza mais de 15 mil participantes diretos de suas atividades.

*"A gente ia para a XV quase todo sábado. Mas era eu, o David, o Toni e a Vânia Galliciano. Éramos poucos que colocávamos a cara para bater mesmo. Depois foi aglutinando mais gente. Com o advento da Aids e a organização do 1º de Dezembro, começamos a trabalhar mais envolvidos e com mais pessoas. Como todo começo é uma coisa meio árdua e que cansa, de vez em quando a gente pensa 'o que eu tô fazendo aqui, papel do quê?' Mas graças a Deus, a gente teve a ousadia naquela época de colocar a nossa cara a tapa fazendo com que mudasse o conceito sobre o que é ser homossexual. Lembro uma vez que estávamos na Rua XV, eu, o David, o Jessé e a Vânia, colhendo assinatura para a união civil. Era **28 de junho**. Dois seguravam a faixa e o outro pegava as assinaturas. Eu acho que tudo isso valeu a pena. Hoje, o pessoal tem mais liberdade."*

Francisco Carlos dos Santos (Chico), relembrando das ações e dificuldades iniciais da atuação.

*O **Grupo Dignidade*** tem a missão de "atuar na defesa e promoção da livre orientação sexual e dos direitos humanos de lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis e transexuais", conquistando, para esses segmentos, o direito a:

• Serem tratados como cidadãos comuns, sem privilégios, apenas com direitos e deveres iguais.
• Não serem tratados como criminosos pelo mero fato de serem homossexuais.
• Não serem tratados como doentes. A homossexualidade não é doença, nem desvio de comportamento. Isto é ratificado pela Organização Mundial de Saúde (OMS).
• Apuração dos 2802 assassinatos de homossexuais cometidos nos últimos anos, 90% dos quais não foram solucionados, contribuindo com a redução da impunidade e da violência.
• A aprovação de leis que coíbam a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, equiparando atos homofóbicos ao crime de racismo.
• Legalização da operação de mudança de sexo para transexuais.
• União Civil entre Pessoas do Mesmo Sexo, que garante aos casais homossexuais os mesmos direitos que os já existentes para casais heterossexuais, por meio da aprovação do Projeto de Lei 1151/95.
• Uma educação sexual que contemple as várias orientações sexuais, com a finalidade de diminuir a ignorância, o preconceito e a discriminação em relação ao diferente e que contemple todas as escolas por meio de um programa de formação.

Mas as áreas de atuação eram muito amplas e diversificadas. Então, além das atividades diretas de atendimento na área dos direitos humanos, foram criadas outras ferramentas de interação com a comunidade e de sensibilização social.

1982 - abril
São Paulo: I EPGHO: Encontro Paulista de Grupos Homossexuais. Quatro grupos participaram: Alegria-Alegria, GALF, Outra Coisa, Somos.

1983
Primeira Organização Não Governamental Gay, o Grupo Gay da Bahia, a ser registrada como sociedade civil depois de batalha jurídica contra o cartório que resistia registrar um grupo homossexual sem autorização da Policia Federal.

3.5

DIGNIDADE PARA OS JOVENS

“Encontramos no cotidiano vivido nas escolas públicas do nosso país a nossa maior dificuldade. Alguns municípios, a exemplo de São Paulo e Porto Alegre, ampliaram a visibilidade temática das homossexualidades por meio da capacitação de professores/as. Entretanto, ainda se configura nas escolas brasileiras a invisibilidade dos sujeitos homossexuais que cotidianamente as ocupam... Portanto, a educação escolar, dada a sua importância na formação da sociedade brasileira, deve ocupar nossas agendas de lutas nos anos que se sucedem.”

Resoluções do I Congresso da ABGLT, 2005.

Ensinando a Viver foi o nome dado ao primeiro **projeto** voltado para educação sexual de jovens estudantes e educadores de escolas públicas e gratuitas de Curitiba e Região Metropolitana. O objetivo, formulado com base nas palavras da sexóloga Marta Suplicy, “era de criar condições para a discussão de pontos-de-vista diversos, desenvolver a capacidade de criticar e pensar na(o) estudante, erradicar preconceitos, mostrar a sexualidade como algo natural e incentivar nas(os) jovens o respeito pelo corpo e pelos sentimentos”.

Mesmo sendo uma ação para a área de educação, o **projeto** foi aprovado pelo *Ministério da Saúde*, em maio de 1994. A metodologia envolvia oficinas práticas com os dois públicos, fortalecendo a formação de multiplicadores das informações, além de criar ambientes escolares capazes de implementar atividades relacionadas à educação sexual.

“Era um projeto maravilhoso, com oficinas de formação e os estudantes se tornaram multiplicadores dentro da própria escola.”

Vânia Galliciano foi educadora do Projeto Ensinando a Viver

1983
Rosely Roth, líder do Grupo de Atuação Lésbico - Feminista (SP), é a primeira lésbica a se assumir na televisão brasileira.

1984
A Câmara Municipal de Salvador comemora pela primeira vez no Brasil o Dia do Orgulho Gay.

Ao longo dos dois anos de sua execução, o **Ensinando a Viver** atingiu 28 escolas municipais, 649 alunos, 259 professores, e 23 funcionários. O **projeto** registrou um aumento de 15% do conhecimento acerca de Aids e DST pelas(os) jovens. Cerca de 14 escolas formaram comissões internas de Aids com alunas(os) e professoras(es), que prosseguiram o trabalho por conta própria. Mas o **projeto** também tinha muita resistência no ambiente escolar, principalmente por parte de educadoras(es) que não viam com bons olhos a educação sexual. O **Ensinando a Viver**, anos mais tarde, foi incorporado a uma articulação nacional, no **Programa Federal Saúde e Prevenção nas Escolas.**

Outra ação direcionada ao público juvenil, que aconteceu de 1994 a 1996, só que agora aos meninos e meninas que viviam nas ruas, foi o projeto **Cavalo Massa**. A abordagem acontecia durante a noite, no local onde ficavam. Eram conversas e trocas de informações, além da disponibilização do preservativo. O projeto também desenvolvia cursos específicos para formar pessoas e educadores especializados no trato com esse tipo de população de rua.

Com o tempo, o ***Grupo*** passou a desenvolver atividades também em sua sede, fortalecendo a criação de grupos de jovens interessados em esclarecer suas dúvidas sobre sexualidade. "As atividades feitas com os pais, por exemplo, foi um trabalho fantástico. Quando os meninos começam a descobrir a homossexualidade, saem de casa, vão viver em pensão no Centro da Cidade, em situações precárias, porque não podem compartilhar sua sexualidade dentro de casa, conversar isso com suas famílias, com seus pais. Essa foi uma atividade que começou no ***Grupo Dignidade*** e se espalhou por todos os outros grupos", explica Chico, que acompanhou o desenvolvimento dessas ações.

O **I Encontro da Família Gay de Curitiba** aconteceu em maio de 1998, com participantes de todo o Brasil e uma grande repercussão na mídia. O evento discutiu o conceito de família, promoção da auto-estima e integração na sociedade das chamadas "famílias alternativas", compostas por mães solteiras e casais LGBT, entre outros. Contou com diversas oficinas com sociólogos, biólogos, sexólogos e terapeutas. Ao final, foi elaborada a *Carta de Curitiba*, encaminhada aos Conselhos Regionais de Medicina e Psicologia, bem como à Igreja. Participou desse evento José Antônio Trasferetti, de Campinas, interior de São Paulo, o único padre católico do Brasil que apóia as reivindicações do movimento LGBT. Em entrevista para o jornal ***Tribuna do Ceará***, em 16/02/98, sobre o evento que aconteceria na capital paranaense, Trasferetti disse: "Trabalho na periferia, numa região de prostituição de mulheres, travestis e homossexuais. Tenho visto como eles são excluídos de maneira cruel pelas suas famílias, pela sociedade e até por comunidades católicas que pregam a fraternidade. Trabalho para quebrar preconceitos, reaproximando-os das famílias, da comunidade, da Igreja. Digo aos católicos que os homossexuais são filhos de Deus e devem ser respeitados".

"Notamos que os adolescentes têm certo receio, mesmo dentro das escolas, de tratar abertamente de certos assuntos considerados tabus, como a sexualidade, as DST, a Aids e as drogas. Com esse projeto, queremos que as pessoas tratem desses assuntos. E para atingir esse objetivo envolvemos as escolas, as unidades de saúde e a comunidade (por meio das APMs, grêmios estudantis e associação de moradores). O projeto foi inovador porque envolveu não apenas os estudantes, como também profissionais da saúde das Unidades mais próximas, funcionários dos colégios, bem como os pais e mães de alunos."

Toni Reis, em entrevista ao Jornal Gazeta do Povo, 28/03/1998

*"Foi uma situação bacana. Na época nos tínhamos muitos adolescentes freqüentando o **Grupo**. Nesse projeto participavam os pais, as mães, vinham os parentes de gays e lésbicas conversar, fazer reunião. A intenção era que os pais se relacionassem bem com seus filhos. Quando o Cazuza morreu, a mãe dele declarou que se as mães dessem mais aberturas para os seus filhos de viverem sua sexualidade dentro de casa, isso não aconteceria. A intenção era melhorar a convivência entre as famílias e as pessoas, independente de orientação sexual."*

Vânia Galliciano foi educadora durante muitos anos e integrou todas as primeiras atividades diretas de formação para a sexualidade com as(os) jovens.

1984 - janeiro
Salvador: II EBHO: Encontro Brasileiro de Homossexuais. Participaram cinco grupos: GGB, Dialogay, GATHO, GLH, Adé Dudu.

1985
Conselho Federal de Medicina retira "homossexualismo" da classificação de doenças, uma das principais vitórias do Movimento Homossexual Brasileiro.

Atualmente o ***Grupo Dignidade*** possui o **Grupo de Jovens do Dignidade**, um espaço aberto e de convivência para os jovens *gays*, lésbicas e *trans*. O objetivo é auxiliar o debate sobre suas dúvidas, anseios, angústias e sonhos, além de fortalecer a cidadania e a participação juvenil no movimento.

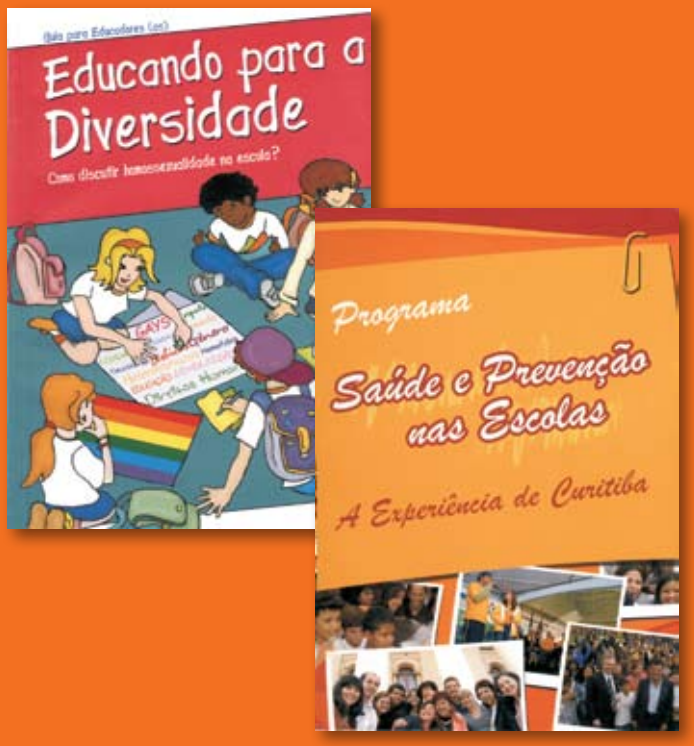
E as formações...

... também são ações importantes e estratégicas na trajetória do ***Grupo Dignidade***. É uma proposta metodológica para atingir diferentes públicos.

As formações aconteciam nas mais diferenciadas áreas: prevenção, sexualidade, DST/Aids, movimento LGBT, *advocacy*, formação de lideranças, e diversas outras temáticas que direta ou indiretamente faziam parte da ação do grupo. Situações importantes ocorreram como:

• a reunião, em 1994, com 11 seminaristas dominicanos e 45 irmãs da Divina Providência sobre o trabalho com homossexuais e prevenção à Aids junto aos trabalhadores do sexo em Curitiba.

• em 1996, quando o ***Dignidade*** ministra oito cursos de sensibilização sobre pessoas vivendo com HIV para 210 profissionais de saúde de todos os Núcleos Regionais e seus respectivos Postos de Saúde.



Atualmente...

... além de realizar capacitações periódicas específicas nas áreas de prevenção das DST/HIV/Aids, e na promoção e defesa (*advocacy*) dos direitos humanos, o ***Grupo Dignidade*** também é parceiro do **Centro Paranaense da Cidadania (CEPAC)**, uma ONG voltada para a promoção da educação e da saúde. O ***Grupo Dignidade*** colabora na sensibilização de profissionais de saúde e de educação para o trabalho de educação sexual nas escolas.

1986
Grupo Triângulo Rosa, do Rio de Janeiro, Grupo Gay da Bahia e Libertos, de São Paulo, iniciam campanha junto à Assembléia Nacional Constituinte pela inclusão da proibição de discriminação por orientação sexual na Constituição.

1986
Publicação do livro Devassos no Paraíso, de João Silvério Trevisan, obra pioneira e a mais completa sobre a homossexualidade masculina no Brasil.

3.6

OS GRANDES DIÁLOGOS SOCIAIS

Allan Johan foi voluntário na coordenação de projetos no ***Grupo Dignidade*** de 2001 até 2005. Atuou como coordenador do **Projeto Laços de Comunidade** e acompanhou inúmeras atividades de interação e mobilização social. De acordo com o jornalista, muitos eventos do ***Grupo*** conseguiram visibilidade aos seus próprios problemas, mas há dificuldade em transformar esses resultados em conquistas concretas.

No entanto, ninguém pode negar que o ***Grupo Dignidade*** luta para mudar esta realidade. Desde sua fundação, a enorme preocupação em criar novos espaços de diálogo social fez com que o ***Grupo*** trouxesse e organizasse em Curitiba diversos eventos de grande impacto social e para o movimento em âmbito nacional.

Entre os mais importantes, está o **I Encontro de Gays e Lésbicas que trabalham com Aids**, e o **VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas**, de 26 a 31 de janeiro de 1995. De acordo com as informações do jornal ***O Estado do Paraná***, "Curitiba se transforma em um fórum nacional de debates sobre a Aids e Direitos Humanos de homossexuais". Participaram 44 entidades LGBT, 40 ONGs que trabalham com a prevenção da Aids, representantes governamentais do *Ministério da Saúde*, *Comissão de Combate à Aids*, *Secretarias Estadual e Municipal de Saúde* e ainda quinze líderes internacionais da **ILGA (International Lesbian and Gay Association)** e da **Gay Men's Health Crisis**, a maior organização norte-americana dessa área. Desse evento, surgem dois marcos do movimento homossexual brasileiro: a criação da **ABGLT (Associação**

1987
Grupo Gay da Bahia é a primeira Ong/gay a ser declarada de Utilidade Pública Municipal.

1987
Publicação do livro O Lesbianismo no Brasil, de Luiz Mott, obra pioneira sobre a homossexualidade feminina.

Brasileira de *Gays*, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais) e uma das primeiras manifestações de rua do movimento LGBT do Brasil. Os participantes desse encontro saíram, no dia 31 de janeiro, em passeata pelas ruas da capital paranaense.

Esse evento é que traz para o cenário curitibano o maior evento da atualidade no movimento LGBT e de todos os grupos sociais em todo o mundo. "As paradas do Orgulho LGBT no Brasil são a expressão viva de um movimento que se faz protagonista na luta política recente da história de abertura democrática no Brasil, se colocando na contemporaneidade como o maior movimento de visibilidade de massas, escrevendo em capítulo importante na história da humanidade".
Resoluções do I Congresso da ABGLT, 2005.

PARADAS DA DIVERSIDADE

O principal evento de diálogo do movimento LGBT com a sociedade é a celebração ao dia da *Revolta de Stonewall*, ocorrida no dia 28 de junho. Neblina e frio marcaram a **Primeira Parada Gay de Curitiba** no ano de 1997, uma manifestação pequena, com cerca de 200 pessoas, na rua Marechal Deodoro, centro de Curitiba, organizada por algumas instituições locais, entre elas o ***Dignidade***. Partindo da antiga sede da Universidade Federal do Paraná, o movimento seguiu até a Boca Maldita, célebre local de encontros, na Rua XV de Novembro. Igo Martini foi um dos organizadores de **paradas** no Paraná. Ele relembra que "aconteciam sempre aos sábados à tarde. As pessoas reclamavam muito, se sentiam expostas. Lembro que Maitê Schneider dizia que se sentia como um animal numa jaula, como se estivesse chegando um circo, em uma cidade em que todas as pessoas paravam para observar".

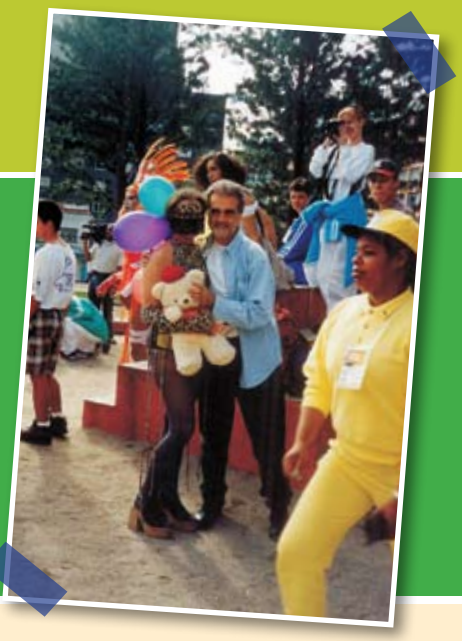
"Foi um marco nos encontros nacionais. Ele foi o maior encontro que aconteceu no Brasil até então, com um número muito grande de participantes. Pra mim, foi o melhor ***Encontro Nacional de Lésbicas e Gays*** *realizado até hoje."*

Vânia Galliciano, na época, integrante do Grupo Dignidade e uma das organizadoras dos eventos.

"Organização, ousadia, e visibilidade são os três conceitos que resumem a atual postura adotada pelos grupos homossexuais brasileiros. A discriminação existe e obriga muita gente a esconder sua orientação sexual. Por isso nós, que participamos de grupos organizados, temos que ousar um pouco, expondo nosso trabalho sem hipocrisia. Com isso fica mais fácil enfrentar o preconceito e lutar em nome de todos os homossexuais e minorias."

Toni Reis, em entrevista cedida ao jornal O Estado do Paraná, 26/05/95.

Em 1999, junto com a **Parada de Curitiba**, foi organizada a **I Olimpíada Gay Games.** Eram jogos elaborados de maneira bem humorada para a comunidade LGBT. Foram realizadas gincana, futebol das lésbicas, vôlei dos *gays* e das *drags* e tinham vários esportes criados especialmente para o evento. "Eu participei de corrida de salto e arremesso de bolsas", conta Gerson dos Santos. "E eu participei da corrida do ovo na colher e arremesso de *boomerang*. Veio o Jorge Lafond e foi divulgado até no *Fantástico*, pelo Maurício Krubrusly", lembra com bom humor Georgete Bigfield Fonseca de Moraes. A segunda edição aconteceu em 1º e 2 de julho de 2000.



1987
João Antônio Mascarenhas é o primeiro homossexual brasileiro a ser convidado a falar no Congresso Nacional, para debater com os Constituintes a inclusão da orientação sexual na Constituição.

1988
O Grupo Gay da Bahia passa a integrar Comissão Nacional de Aids do Ministério da Saúde.

A partir daí, apenas o ano de 2000 Curitiba não teve uma **Parada da Diversidade**. De 2001 a 2004, a manifestação foi organizada pelo **Instituto Paranaense 28 de Junho**. Em 2004, formou-se a **Associação Paranaense da Parada da Diversidade**, congregando algumas organizações paranaenses envolvidas com a causa LGBT e a realização da **Parada**.

A infeliz ocorrência dos ataques dos *skinheads* no mesmo ano fez com que as estratégias da **Parada da Diversidade de 2006** fossem alteradas. Era necessário um caráter mais político, reivindicatório, além de comemorativo. Foi então transferida para o Centro Cívico. E novamente as críticas surgiram. Mas, para os organizadores, a mudança significava, além do fator político, maior segurança.

O trajeto estabelecia a saída da Praça 19 de Dezembro, em direção, pela Cândido de Abreu, ao Centro Cívico, onde está a representação máxima dos Três Poderes de Curitiba e do Paraná – *Legislativo, Executivo e Judiciário*. "Tínhamos que mostrar nosso poder de mobilização e reivindicação e nos fazermos visíveis a esse poder político da cidade de Curitiba. Foi um sucesso, alcançamos um número muito maior que em 2005", comemora Martini.

Os temas das paradas sempre tiveram um caráter reivindicatório e baseados na **Interpride** - **Associação Internacional de Coordenadores de Eventos do Orgulho LGBT**, uma parceira muito importante para a organização da **Parada**, pois proporciona uma troca de experiências muito grande das ferramentas de organização, divulgação e *advocacy* com os organizadores das paradas em todo o mundo. De acordo com os integrantes do ***Dignidade*** e **APPAD**, isso auxilia para tirar o caráter de festa, carnaval fora de época. Além disso, cria unidade nas reivindicações, demonstra organização, representa e fortalece a articulação do movimento em todo o mundo e o caráter de solicitação de políticas públicas.

- 2005 - Direitos iguais: nem mais, nem menos
- 2006 – Respeito sim, Discriminação não
- 2007 – Unidos pela igualdade: pela criminalização da homofobia
- 2008 - Viva, ame, seja

*"Em 2004, quando oficializamos a **APPAD - Associação Paranaense da Parada da Diversidade**, preparamos um seminário e convidamos os organizadores das principais paradas do Brasil para troca de experiências. Neste seminário aprovamos a mudança da **Parada** de sábado para domingo. Em 2005, organizamos pela primeira vez a **Parada**. Era dia dos namorados (12 de junho), um dia belíssimo, e foi um sucesso. Registramos 50.000 a 60.000 pessoas. O Lema da parada **Direitos Iguais - Nem Mais Nem Menos** deu o tom político da parada, isso fez com que a mídia registrasse positivamente o evento."*

Igo Martini, iniciou no Grupo Dignidade para atuar com mobilizações em Advocacy e já foi diretor-executivo. Atualmente é Presidente do CEPAC (Centro Paranaense de Cidadania)

*"A primeira **Parada** que ajudei a organizar foi em 2005. Foi muito positivo, pois demonstrou muita qualidade na organização e coesão da equipe. A gente queria provar que estávamos mais organizados e preparados. Esses momentos são marcantes, porque a gente para pra pensar onde estamos e qual mundo queremos construir."*

Enéias Pereira, presidente do Grupo Dignidade.

*"Acho que as **Paradas LGBT**, e gostaria de registrar isso, representam o maior movimento de massa da atualidade do nosso país. Mas o potencial ainda não se traduziu em uma ação de pressão mais contundente aos poderes constituídos. Teve um crescimento, antes era de aglutinação e hoje eles já começam a se colocar como um movimento político. Soma a alegria do movimento (diferente dos outros movimentos muito sisudos e ofensivos) e agora vão acrescentando esse conteúdo político que é fundamental para fazer avançar a luta, sensibilizar as autoridades e representantes dos poderes instituídos para que garantam os direitos dessa comunidade."*

Cida Diogo, deputada federal e presidente da Frente Parlamentar pela Cidadania LGBT.

1989 - janeiro
O Rio de Janeiro sedia o III EBHO: Encontro Brasileiro de Homossexuais, com a participação de seis grupos: Atobá, Grupo de Resistência Asa Branca/CE, GRAB, Dialogay, GGB, Comunidade Pacifista, Movimento Antônio Peixoto (PE).

1990
Salvador é a primeira cidade da América Latina a proibir discriminação por orientação sexual na Lei Orgânica Municipal, seguida de mais 72 Municípios e nas Constituições de Sergipe e Mato Grosso.

Atualmente...

... Existe uma coordenação com seis pessoas, os carros são todos organizados a partir das temáticas, como direitos e prevenção, com distribuição de preservativos e material informativo. Nick Oliveira, um dos coordenadores das **Paradas** ao longo dos anos, explica que "na hora é uma loucura, mas é incrível ver tudo acontecendo. A gente trabalha com os órgãos responsáveis para que as coisas saiam perfeitas. Para que ninguém reclame, para que a ambulância não precise ser utilizada, para que vejam como uma causa legal".

Ainda sobre a **Parada**, Nick diz que "o objetivo é mostrar aos governantes que o **Movimento LGBT** é grande, forte e organizado. É importante enfocar que hoje a **Parada** agrega outros movimentos que lutam pela conquista de direitos, como das mulheres e negros".

"Mas é um dia de comemorar também. Como se as pessoas pensassem: hoje é o meu dia. Fico o ano inteiro no armário, hoje é o dia de liberar a minha sexualidade. Um dia de liberdade."

Nick Oliveira, foi coordenador de projetos do Grupo Dignidade.

*"A trajetória do **Grupo Dignidade** é de fazer inveja a qualquer outra organização da sociedade civil brasileira. É um grupo organizado e criativo. Vai à frente, derrubando preconceitos e indiferenças. Sou mulher, profissional da saúde, militante feminista e acima de tudo amiga do **Dignidade**. Espero muitas lutas, muitas conquistas em defesa da cidadania. Parabéns e muitos anos de vida".*

Maria Goretti David Lopes, enfermeira. Presidente Nacional da Associação Brasileira de Enfermagem. Coordenadora Regional da Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Reprodutivos - Paraná.

1990 - janeiro
Aracaju: IV EBHO: Encontro Brasileiro de Homossexuais, com seis grupos: Dialogay, GGB, Atobá, GRAB, Free(PI), NIES (RJ).

1991
A Anistia Internacional considera violação aos Direitos Humanos a proibição da Homossexualidade.

3.7

OUTRAS FORMAS DE INTERAÇÃO COM A COMUNIDADE

Márcio Marins atua com a parte cultural do ***Grupo Dignidade*** e destaca que a "interação com a comunidade é muito importante. Quer dizer, se não houver isso, nós perdemos o sentido de existir". Mas, contextualizando um pouco da história, ele explica "que há uma evasão muito grande atualmente. Nos anos 80 e 90 era mais intensa a participação". Para ele, as conquistas que o movimento obteve na virada dos anos 90 reduziram a necessidade de integrar os grupos organizados. "Hoje existem mais boates, bares que recebem pessoas LGBT, e os grupos organizados deixam de ser o programa de final de semana, o momento de convívio, ou deixa de ser tão necessário na vida do indivíduo".

Contudo, lidar com as dinâmicas sociais é algo comum nos movimentos. E ao longo dos anos, o ***Grupo Dignidade*** fortaleceu seu potencial de articulação e mobilização social, implementando outras formas ferramentas de sensibilização.

1991 - janeiro
Recife: V EBHO: Encontro Brasileiro de Homossexuais, com seis grupos: Movimento Antônio Peixoto, Atobá, Dialogay, GGB, GRAB, Um Outro Olhar, Nuances, e Toni Reis e David Harrad (futuros fundadores do Grupo Dignidade, em Curitiba, Paraná).

1992
Fundação do *Grupo Dignidade*, em Curitiba.

• **Arte e Cultura - Dignidade Cultural Celso Filho:** Em homenagem ao padrinho artístico e cultural do ***Grupo Dignidade***, a área de arte e cultura surgiu com objetivo de proporcionar à comunidade LGBT acesso às diversas manifestações culturais. Essa área também implementa e apóia produções artísticas de promoção à cidadania LGBT e a não-discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. Já foram realizadas diversas exposições de fotografias, artes plásticas, assessoria a atores e diretores de teatro, documentários de áudio-visual e criação e montagem de produções artísticas. Em 2006, produziu o curta metragem de ficção *Variações Sobre um Tema de Mozart*, do diretor Genésio Marcondes baseado em texto homônimo de João Silvério Trevisan. As atividades culturais também representam uma nova metodologia de atuação, debate e construção da cidadania LGBT.

•**Laços de Comunidade:** O principal vínculo do ***Grupo*** com a comunidade LGBT, sobretudo com homens *gays*, é por meio da realização de reuniões de discussão aos sábados à noite, disponibilização de informações e preservativos em estabelecimentos comerciais LGBT, bem como atividades periódicas de confraternização. Esta é a mais antiga atividade do ***Dignidade***, que ocorre desde sua fundação em 1992.

•**Dig Lés:** Nesse projeto são realizadas atividades de interação, eventos de visibilidade e reuniões sobre a temática dos direitos humanos e cidadania de mulheres lésbicas e bissexuais. Em parceria com a **Associação Paranaense de Lésbicas**, o ***Grupo*** participou da realização do **I Seminário Paranaense de Lésbicas (Sepale)**, em Curitiba, em 2006.

• **Área de Travestis e Transexuais:** em parceria com o **Transgrupo Marcela Prado**, são realizadas reuniões semanais, oficinas e abordagem de campo, eventos sociais de interação com a comunidade e campanhas, além de servir de **Centro de Referência** para estudos e desmistificação do estereótipo referente a este segmento.

• **Prêmio Aliadas de Direitos Humanos:** É um reconhecimento a pessoas e instituições que apóiam os direitos humanos da comunidade LGBT no Paraná.

"Procuramos fazer a integração das pessoas e também das lésbicas, gays, bissexuais e transexuais por meio do lazer e da cultura. Piqueniques, aula de teatro, pequenos cursos. O objetivo é trazer um diferencial, oferecer algo que é mais atrativo do que apenas vir escutar sobre prevenção e direitos humanos. Esses temas estão sempre inseridos, mas com cultura e diversão, pra dar um toque diferente."

***Márcio Marins, presidente do** Grupo Dom da Terra.*

*"Uma atividade bacana que a gente fazia era o **Festival Mix Brasil**, com exibição de filmes com a temática homossexual, com palestrantes e debates durante as exibições. Em um desses eventos nos fizemos uma exposição de fotografia no Cine Ritz. E vinha um monte de gente participar, estudantes, pai e mãe de gays. Enchia o cinema. E a duração era de três dias."*

Vânia Galliciano, comentando algumas atividades culturais.

1992 - maio

Rio de Janeiro: VI EBHO: Encontro Brasileiro de Homossexuais, com 11 grupos: Atobá, GRAB, Dialogay, GGB, Movimento Homossexual de Belém, Grupo Gay do Amazonas, UOO, Deusa Terra, Turma OK/R, Associação Gay de Nova Iguaçu, Triângulo Rosa (RJ). Primeira participação oficial do Grupo Dignidade.

Centro de Documentação Professor Doutor Luiz Mott ...

... foi uma idéia surgida do **Gay Games**, em Amsterdã, em 1998. Consiste na aproximação da comunidade LGBT com a "academia", isto é, com os estudos, pesquisas, produção de conhecimento do movimento ao longo dos anos. Foi colocado em prática em 2006. O nome é uma homenagem ao mais antigo militante homossexual em atividade, do movimento LGBT brasileiro.

O projeto caracteriza uma profissionalização do ***Dignidade*** e seu objetivo é facilitar o acesso às informações para profissionais de educação, saúde, estudantes universitários. "Existe um clima propício, tem muita procura por informações sobre a homossexualidade e o movimento. Não é mais tabu e as pessoas querem se informar mesmo", explica Toni.

O acervo reúne materiais produzidos, recebidos e colecionados pelo ***Grupo Dignidade*** desde sua fundação, com relação aos temas LGBT, Aids, Educação Sexual e outros temas correlatos. Possui DVDs, filmes, fotos, teses, dissertações, monografias, livros, cartazes, folderes, manuais, matérias e jornais destinados ao público. Um exemplo é o jornal ***Lampião da Esquina***, primeiro veículo de grande circulação, que coincidiu com o início do movimento no Brasil, e foi produzido de 1978 a 1981. O **CEDOC** é uma ação em parceria com o *Ministério da Cultura*.

1993
A Organização Mundial da Saúde (OMS) retira a homossexualidade do Código Internacional de Doenças (CID).

1993 - março
Belo Horizonte acontece o I Encontro Mineiro de Homossexuais, com 45 pessoas e dois grupos: Dialogay e Núcleo de Orientação e Saúde Sexual/RJ.

3.8

UM POR TODOS E TODOS POR UM: A FORMAÇÃO DAS ALIANÇAS

*“A contribuição do **Dignidade**? Além do seu papel no início, o de ajudar a fundar outros movimentos, também a sua capacidade de fazer* advocacy *e fazer lideranças. O **Dignidade** ‘deu cria’ para atender as necessidades especificas de cada movimento. Ele ‘fez escola’!”*

Mariângela Simão, diretora do Programa Nacional de DST/Aids

Não perder o foco foi uma grande preocupação do ***Grupo Dignidade*** ao longo de sua história. Mas, como foi dito anteriormente, eram muitas bandeiras a serem defendidas, muitos segmentos a serem alcançados, diferentes públicos a serem atingidos.

Já no início, começaram a despontar grandes e potenciais lideranças de cada área: travestis, lésbicas, *gays* e prostitutas. E para atender às demandas de cada um dos segmentos, o ***Dignidade*** passou a potencializar e fortalecer outros grupos locais capazes de atender de forma mais próxima as diferentes demandas de cada uma das letras LGBT.

1993
O Grupo Dignidade é o primeiro a conquistar no país o título de Utilidade Pública Estadual.

1993 - junho
Florianópolis: I Encontro Regional Sul Brasileiro de Homossexuais, com quatro grupos: Associação de Defesa e Emancipação Homossexual, Grupo Dignidade, Nuances, Cidadania Plena / Paranaguá.

Tal ação constituía uma luta pela sobrevivência política e financeira. "Começamos a fomentar os movimentos em Curitiba. O Toni sempre incentivou a liderança. A Marcela (Prado) fundou o **Grupo Esperança**. A Carmem (Costa) fundou o **Grupo Liberdade**. Foi fundado o **Inpar (Instituto Parananense) 28 de Julho** e o **CEPAC (Centro Paranaense de Cidadania)**", explica David Harrad. Era o ***Dignidade*** que dava todo o apoio e auxiliava na documentação. A proposta era que todos pudessem atuar integrados. Mas, a dinâmica real mostrou que alguns seguem com as suas próprias pernas. Vânia Galliciano esclarece que essa ação só foi possível porque tinham lideranças com responsabilidade e vontade. E esses eram os ingredientes principais.

Com isso, ao longo dos anos o ***Dignidade*** participou da formação do **Grupo Esperança**, **Grupo Liberdade**, **Centro de Convivência Menina Mulher**, **Centro Paranaense da Cidadania**, **Centro de Ação Voluntária de Curitiba**, **Ártemis**, **Transgrupo Marcela Prado**, **Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/Aids – núcleo de Curitiba e Região Metropolitana**, **Associação Paranaense da Parada da Diversidade**, entre vários outros. Em âmbito nacional, é uma das instituições fundadoras da **Associação Brasileira de *Gays*, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT)**.

É importante lembrar que os Grupos **Liberdade** e **Esperança** surgiram das ações do **Projeto Arrastão da Vida**. "As prostitutas passaram a tomar outras atitudes, a não se esconder e se calar diante da violência e discriminação. Foram para as ruas, na Assembléia Legislativa e também apresentar suas reivindicações para o Secretário de Segurança Pública. Elas passaram a acreditar que podem lutar", lembra Carmem Costa, uma das fundadoras do **Liberdade**.

"Em 1994, sempre tínhamos dificuldade da participação de lésbicas. Tinham as travestis, os gays e também as prostitutas. Alguns não gostavam dessa confusão. Hoje eu analiso essa reação como homofobia internalizada."

Toni Reis, ao falar dos conflitos no próprio movimento.

*"O **Dignidade** é um grupo misto, isto é, formado e voltado para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Sendo assim se insere também no movimento de mulheres lésbicas e bissexuais. O **DigLés**, área de mulheres lésbicas e bissexuais do **Dignidade**, debate estas questões específicas. O **Dignidade** além de lutar também pelos Direitos Humanos de mulheres lésbicas e bissexuais, é um centro formador de lideranças, veja-se o exemplo na realização do **1º SEPALE (Seminário Paranaense de Lésbicas)** realizado em 2006 pelo **DigLés** com apoio das Secretarias Estadual e Municipal de Saúde por meio das Coordenações DST/Aids respectivas, além do **Fórum Paranaense de ONG/Aids** e que reuniu cerca de 60 mulheres lésbicas debatendo saúde e demais direitos humanos, assim como militância. Deste evento, resultou a criação da **Artêmis - Associação Paranaense de Lésbicas**, entidade voltada especificamente para a temática de mulheres lésbicas e bissexuais."*

Simone Valêncio, ex-presidente do Grupo Dignidade.

1993 - setembro
Cajamar/SP sedia o VII Encontro de Lésbicas e Homossexuais, com 21 grupos.

1993
Renildo José dos Santos, Vereador de Coqueiro Seco, Alagoas, é assassinado após bárbara tortura. Seu nome foi conferido ao Prêmio da Associação Bissexual da Austrália.

Atualmente...

... ***Aliança Paranaense da Cidadania*** é formada por seis diferentes organizações e tem o objetivo de fortalecer uma atuação conjunta e diversificada, capaz de atingir com maior propriedade as necessidades de cada um dos segmentos que fazem parte do Movimento LGBT, além de trocarem apoio técnico, político e financeiro entre si. Compõem a **Aliança**, além do próprio ***Grupo Dignidade***:

CEPAC – Centro Paranaense de Cidadania tem o objetivo de garantir a promoção dos direitos humanos e o acesso à educação e à saúde.

Dom da Terra atua com questões de direitos humanos, cidadania e prevenção integrando as comunidades LGBT e afrodescendentes.

APPAD - Associação Paranaense da Parada da Diversidade foi criada para fortalecer a organização das Paradas da Diversidade. É coordenada por diversas instituições do estado.

Artêmis - Associação Paranaense de Lésbicas tem como meta desenvolver ações, integrar e fortalecer a comunidade lésbica no estado.

Transgrupo Marcela Prado atua especificamente com o segmento das travestis transexuais, desenvolvendo ações de cidadania, convivência e prevenção.

*"Fica muito difícil falar do **Grupo Dignidade** sem falar em Toni Reis... ABGLT... porque tudo tem a ver com o todo deste **Grupo**, da luta de seus perseverantes participantes e de tantos fatos. Falando em Toni Reis estou falando em David, Igo, Márcio Marins e Marcela Prado. Na verdade foi Marcela que me mostrou tudo que este **Grupo** fez e conseguiu numa cidade tão 'heterovivente' como Curitiba. Não sou boa de palavras, porque estas não conseguem expor o meu respeito e carinho pelo trabalho do **Dignidade**... e faz honra ao nome. Hoje temos respeito a outros grupos em Curitiba, mas este grupo fez a história de nosso movimento LGBT nesta cidade e muitas próximas. Somos parceiros, minha base e eu, deste **Grupo**... e não há muito a falar... contar que acompanhei a luta deste? A alegria a cada modificação na sede e cada espaço? Na preocupação de contemplar todos os segmentos de nossa, nem sempre digerível, sopa de letrinhas? Do suor, mesmo, de gente subindo e descendo com móveis nas costas para as mudanças físicas? Da luta sem horários de todos que conheci por lá? De grupos fortalecidos e enraizados? De parcerias honestas e dignas? Da preocupação com a transversalidade de nossas necessidades mais prementes? Mas, um 'causo': Assembléia da **ABGLT** ... idos anos 90, frio e pouca verba... sede do **DIG**... e tivemos a reunião e eleição mais dignas e sérias da história da **ABGLT**... precisamos de mais grupos assim no mundo inteiro... precisamos do amor que todos os integrantes têm pelo **Grupo** e pela causa... precisamos do **Dignidade**,sempre como exemplo!!!*

Yone Lindgren, Movimento D'ELLAS/ FENDH/ABGLT/FOPEDH/CNCD/ ABL

1993
Primeiro Encontro Nacional de Travestis e Liberados, no Rio de Janeiro.

1995 - janeiro
Em Curitiba, acontece o VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas, com a participação de 40 grupos e 120 participantes. Fundação da ABGLT: Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis, a maior entidade da área na América Latina.

3.9

MARCELA, UM NOME COM DIGNIDADE

Nordestina, negra, travesti e soropositiva. Esse acumulado rol de características estigmatizadas é de uma das maiores lideranças do movimento homossexual em Curitiba, no país e na história do ***Grupo Dignidade***.

Marcela Prado era uma militante atuante, presente e altamente respeitada nos mais diversos segmentos sociais. Foi a primeira travesti a integrar o **Conselho Estadual dos Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR)** e chamada pela **Organização das Nações Unidas (ONU)** para representar o movimento de travestis do Brasil, integrando a mesa sobre Direitos Humanos em **Lyon**, França. Participava ativamente dos **Conselhos Municipal** e **Estadual de Saúde e da Mulher** e fez parte de momentos importantes do movimento LGBT no Paraná, como o **Grupo Esperança** e **Articulação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)**.

Sua experiência de vida, somada ao seu perfil de líder, garantiam-lhe autoridade no movimento. Escorraçada de sua cidade natal pelo pai jagunço que nunca aceitou sua identidade de gênero, veio do Rio Grande do Norte para Curitiba ainda nos anos 80 e começou no movimento lutando contra os constantes assassinatos de travestis. Mas assumiu um papel de extrema importância no combate à Aids entre os homossexuais.

1995
aprovada Lei Municipal contra a discriminação por orientação sexual em Porto Alegre, iniciativa do Grupo Nuances.

1996
O Juiz Federal Roger Raupp Rios, da 10ª Vara do Tribunal Regional Federal, garante a um comerciário o direito de ser incluído como beneficiário no Plano de Saúde de seu companheiro.

A leonina nascida em 1º de agosto tinha o respeito e admiração não apenas das pessoas do movimento, mas de autoridades políticas, do poder público, da sociedade civil e de segmentos até então conservadores, como a **Ordem dos Advogados do Brasil**. Ao descreverem as características principais da Marcela, sobram adjetivos como: organizada, cuidadosa, pontual, sistemática, líder, comunicativa, honesta, franca, transparente, forte, comunicativa, carismática, discreta, um exemplo de vida.

Sua facilidade de comunicação auxiliou na implementação de muitas atividades. Foram lideradas por ela ações como a primeira **Campanha de Prevenção à Aids** direcionada às travestis durante o Carnaval e auxiliou na concepção dos **Projetos Apolo** e **Casa Vida**, que tornaram-se referência no trabalho de prevenção em âmbito nacional.

Ela começou adoecer. Não tomava o medicamento e esse é um direito do portador. Quando começou o tratamento, o corpo não reagiu à medicação devido à imunidade muito baixa.

Aos 44 anos, no ano de 2004, vítima do vírus HIV, Marcela faleceu.

*"Era uma pessoa que brigava por aquilo que achava certo. E sempre estava disposta a ajudar a todos. A principal contribuição dela no **Grupo** foi como militante e a articuladora. Ela liderava e era uma força positiva. Isso fez crescer tanto o **Grupo Dignidade**, assim como as outras lideranças do movimento. Não tinha quem não gostasse da Marcela."*

Georgete Bigfield Fonseca de Moraes, integrante do Grupo Dignidade

"Foi uma perda muito grande, ficou um vazio. Ela foi uma grande colaboradora. Pessoa inteligentíssima."

Gerson dos Santos, integrante do Grupo Dignidade

*"Quando você trabalha com uma luta específica e se torna uma liderança você pode ser taxado como um chato. Não era o caso da Marcela. Ela chegava e era ouvida, sugeria, participava efetivamente dos processos, e dentro do **Grupo Dignidade**, ela parecia uma mãe de muita gente. Adotava muitos filhos, muitas amigas, muita gente. Sempre muito discreta. Dizem que todo mundo é substituível, é passível de substituição. Não acho que seja o caso da Marcela; ela era imprescindível. Porque ela era ativa, afetiva, e fazia tudo com muito amor. É digno o que se está construindo com o nome dela, o **Transgrupo Marcela Prado**. Ela deixou exemplo e lições que devem ser aprendidas por qualquer pessoa que deseja trabalhar com o ser humano e defender os direitos humanos."*

Doutor Rosinha, deputado federal (PT-PR)

"Lembro também de uma vez que estava no Ministério e a Marcela [Prado] deu um depoimento. Ela estava chiquérrima. Foi mais ou menos um ano antes dela ficar doente. Ela falou que a Aids tinha mudado a sua vida, e que agora ela era uma lady, era uma cidadã. Porque tinha saído às ruas para representar e dar voz para o mundo. Vi alguém que era excluída dos excluídos se tornar cidadã. Eu lembro que me emocionei."

Mariângela Simão é Diretora do Programa Nacional de DST/Aids

1996
Foi realizado no Rio de Janeiro o SENALE – I Seminário Nacional de Lésbicas.

1996
Pela primeira vez os homossexuais são citados num documento oficial do Governo, no Plano Nacional de Direitos Humanos.

Hoje, o movimento conta com várias Marcelas chamadas de Janainas, Carlas, Rafaellys, que, com o apoio do ***Grupo Dignidade***, fortalecem o movimento LGBT no Brasil, por meio do **Transgrupo Marcela Prado**.

De acordo com Carla do Amaral, uma das fundadoras, o **Transgrupo** já tinha o nome da Marcela, em homenagem e reconhecimento ao seu papel. "Mas não era só isso, o trabalho também era feito com base no que a Marcela desenvolvia", recorda.

Em 21 de setembro de 2006, o **Transgrupo Marcela Prado** tornou-se uma instituição, com CNPJ próprio e, atualmente, divide com o ***Dignidade*** o espaço físico, as lutas, as atividades e mobilizações. Desenvolve diversas ações como: reuniões, abordagens, eventos, oficinas, abordagens, etc, para contribuir com a qualidade de vida, saúde, cidadania das travestis e transexuais.

Entre as principais atividades está o **Miss Curitiba Trans** e o **Solidariedade Trans**, com arrecadação e distribuição de brinquedos no Dia das Crianças (12 de Outubro).

"Como Presidente da Comissão Estadual de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil tive a oportunidade escolher membros para integrarem a comissão. Pedi uma indicação ao Toni Reis do Movimento LGBT. Ele indicou a Marcela Prado. Na nomeação eu tinha que indicar o nome do Registro Civil.
A posse foi no Teatro João Pessoa. Chamada pelo nome original, apareceu uma mulher, bem vestida, e, ainda mais, negra. Eles ficaram assustados. Na manhã seguinte, o Presidente da OAB-PR me chamou dizendo que iria anular a nomeação porque era um absurdo uma travesti fazer parte daquela comissão. Eu disse que se ele fizesse alguma coisa eu ia denunciar aos jornais nacionais e internacionais. Aquilo era preconceito e uma Comissão de Direitos Humanos não podia ter uma atitude homofóbica, de desrespeito à cidadania e aos direitos fundamentais.
Ela não faltou a uma reunião durante os dois anos na Comissão de Direitos Humanos. Era atuante, participava em todas as atividades e o principal, não era formada na área e a grande parte das questões levadas à Comissão eram relacionadas ao Direito. Ela se esforçava, ia buscar subsídio em outros lugares para dar seus pareceres e sempre se portou da melhor forma possível. Ela era uma militante de direitos humanos na melhor acepção da palavra. Ela não só falava, ela brigava por direitos humanos. Foi extremamente gratificante ter trazido a Marcela para trabalhar comigo e ter brigado para que ela continuasse até o fim na Comissão."

Dálio Zappin, advogado e na época Presidente da Comissão Estadual de Direitos Humanos da OAB-PR.

*"Marcela Prado era diretora executiva do **Grupo Dignidade** e eu era voluntária. Ela trabalhava com todos os segmentos. Fazíamos abordagem para a prevenção com os gays. Meu vínculo com o **Grupo Dignidade** era a Marcela. Ela orientava sobre tudo. Dúvidas sobre o corpo, hormônio. Ficava no grupo batendo papo com as pessoas que precisavam de orientação. Na época da Marcela vivia cheio de meninas no **Dignidade**.*
*Estou há um ano trabalhando voluntariamente no **Transgrupo Marcela Prado**. O trabalho é sério e eu me apeguei muito. É continuação do trabalho da Marcela. É para o segmento específico de travestis e transexuais. Parece que a gente está trabalhando com as mesmas meninas que a Marcela tanto gostava."*

Rafaelly Wiest, coordenadora do Transgrupo Marcela Prado

1996
Renato Russo, cantor e compositor, grava disco de apoio ao Movimento Homossexual Brasileiro.

1996
Presidente do Grupo Gay da Bahia é convidado pela Presidência da República ao lançamento do Programa Nacional de Direitos Humanos no Palácio da Alvorada.

PARTE IV

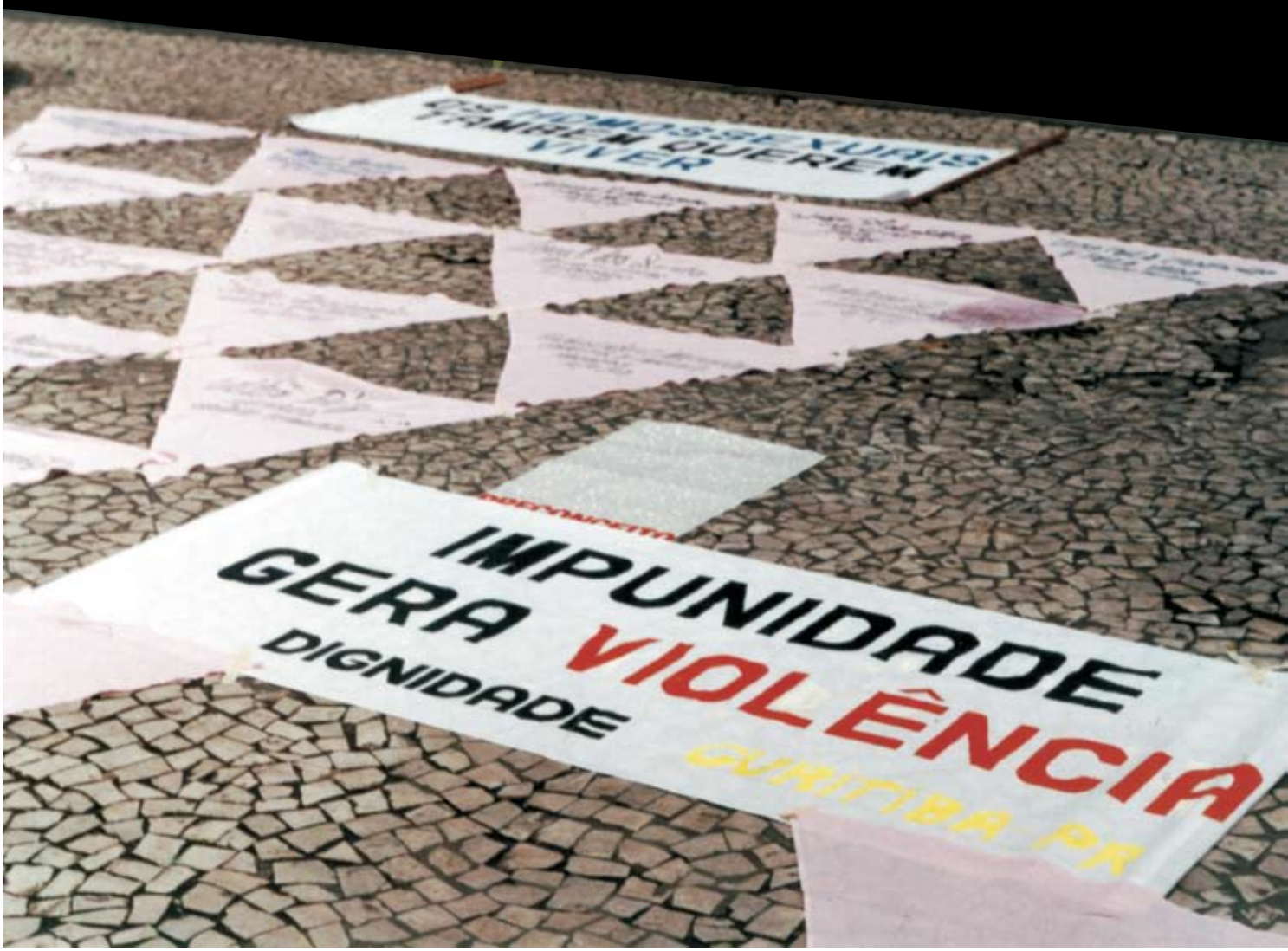
HOMOFOBIA

A homofobia é ...

... um problema social e político dos mais graves, mas que varia de intensidade e freqüência, de sociedade para sociedade, e no interior de cada uma delas. É interessante observar como essa noção ganhou o domínio público, no ativismo, na academia e também na mídia, ainda que seja pouco precisa para descrever o largo espectro de fenômenos aos quais se refere. Afinal, fobias são distúrbios psiquiátricos que se expressam na forma de aversão e medo mórbido, irracional, desproporcional, persistente e repugnante, que pode e deve ser tratado. Em casos mais graves, deve-se utilizar recursos terapêuticos e farmacológicos, com resultados bem promissores.

Mas homofobia tem sido um conceito guarda-chuva, utilizado para descrever um variado leque de fenômenos sociais relacionados ao preconceito, à discriminação e à violência contra homossexuais. Não restam dúvidas de que existe homofobia, inclusive internalizada em muitos gays e lésbicas, o que os leva a negar obsessivamente os desejos sexuais que sentem por meio do ataque e da agressão direcionada à homossexualidade alheia, mas na maior parte das vezes os fenômenos da intolerância, do preconceito e da discriminação em relação a gays, lésbicas (lesbofobia) e transgêneros (transfobia) devem ser tratados não com terapia e antidepressivos, como no caso das demais fobias, mas sim com a punição legal e a educação. Neste sentido, é fundamental que o Senado Federal aprove, com a maior brevidade possível, o PLC 122/2006, que prevê a punição para a discriminação e o preconceito relacionados à orientação sexual e à identidade de gênero, nos mesmos termos do que já se faz em relação ao racismo. Isso significa dizer que tipificar a homofobia como crime similar ao racismo é um passo decisivo para diminuir a violência homofóbica.

Luiz Mello, autor do livro Novas famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo (in: www.clam.org.br)



4.1

É MAIS FÁCIL QUEBRAR UM ÁTOMO DO QUE O PRECONCEITO

O primeiro registro oficial da luta contra a homofobia pelo ***Grupo Dignidade*** foi em 06 de fevereiro de 1993. Na data foi divulgada, pelo jornal ***Folha de Londrina***, uma reportagem sobre o primeiro dossiê relatando a morte de homossexuais. O documento foi montado com o objetivo de relatar todos os crimes cometidos nos últimos doze anos em Curitiba e seria enviado para a **Anistia Internacional** e à **Comissão dos Direitos Humanos** do Ministério da Justiça.

De acordo com a reportagem, a idéia do dossiê surgiu devido ao elevado número de assassinatos de homossexuais ocorridos em 1992 em Curitiba. A meta era cobrar providências, como a investigação e punição dos assassinos. Foram sete mortes de homossexuais com as mesmas características: as vítimas eram todas encontradas em seus apartamentos, com pés e mãos amarradas para trás.

Um desses assassinatos foi o de Francisco Paulo Sguarizi, de 42 anos. Foi essa morte que trouxe ao ***Grupo Dignidade*** um dos seus maiores expoentes ao longo dos anos, o também Francisco, mas esse era Carlos dos Santos.

1997
Publicação do primeiro boletim sobre assassinato de homossexuais no Brasil, pelo Grupo Gay da Bahia.

1997
O Grupo Dignidade é o primeiro do país da ser declarado de Utilidade Pública Federal.

Em 1993, 22 homossexuais foram assassinados em Curitiba. De 1983 a 1993, cerca de 1.200 em todo o país. Toni Reis caracterizou como extermínio o que estava acontecendo. Estimava-se que havia ao menos 12 grupos de extermínio no país. Em 12 de maio de 1993, a ***Revista VEJA*** publica uma pesquisa com as seguintes estatísticas: dos entrevistados sobre homossexualidade e ...

... **Trabalho**: 36% deixariam de contratar um homossexual para um cargo em sua empresa, mesmo que ele fosse o mais qualificado;
45% trocariam de médico se descobrissem que ele *é gay*;
50% trocariam o dentista.

... **Família**: 79% ficariam tristes se tivessem um filho homossexual;
8% seriam capazes de castigá-lo;
62% dos entrevistados achavam que o pai devia tentar convencer o filho a mudar de condição quando descobre que é homossexual;
79% dos entrevistados não aceitariam que seu filho saísse com um amigo *gay*. No Nordeste, a taxa de não-aceitação salta para 87%;
77% dos pais que responderam à pesquisa do Ibope nunca imaginariam a possibilidade de que um dia o filho ou uma filha venha a "se tornar" homossexual;

... **Homofobia**: 56% mudariam sua conduta com o colega se soubessem que ele é homossexual; um em cada cinco se afastariam;
47% dos entrevistados mudariam seu voto caso fosse revelado que o seu candidato a uma eleição é homossexual;
56% não concordariam com um candidato homossexual à Presidência da República;
58% acham que um casal de homossexuais, mesmo quando vivem juntos há muito tempo, não deve adotar uma criança;
44% acreditam que os homossexuais provocaram o aparecimento da Aids. Dois terços dos entrevistados com nível universitário discordam;
61% acreditam que os homossexuais são os responsáveis pela disseminação da Aids pelo mundo. Esse pensamento é mais forte nas pequenas cidades.

"Foi em 92. Tinha um amigo que morava junto comigo. Quando ele foi assassinado, eu comecei a procurar o ***Grupo Dignidade****. Era uma sexta-feira e eu faria plantão noturno no trabalho. Ele ia receber duas pessoas em casa. Até 21h30 consegui contato com ele. Trabalhei no hospital mais algumas horas. Era um pouco mais de meia-noite quando cheguei em casa e ele tinha sido assassinado.*
Eu e a família dele ficamos um ano indo à delegacia quase todos os dias para acompanhar as investigações. Até hoje o caso não está resolvido, assim como outros 12 assassinatos ocorridos na época.
O Paulo foi um grande amigo durante dezoito anos. Era professor em duas faculdades, uma pessoa querida, que sofreu todo tipo de preconceito, mas era muito resolvido com sua orientação sexual e me ensinou muitas coisas como a auto-aceitação e que ser gay não era ser diferente."

Francisco Carlos dos Santos (Chico), contando sobre o assassinato que o fez procurar auxílio no Grupo Dignidade.

1997
Realizada a I Parada Gay do Paraná.

1997
Conselho Federal de Medicina autoriza operação de transexuais.

1997 - fevereiro
São Paulo sedia o IX EBGLT: Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis, com 30 grupos.

4.2

E MAIS UMA BANDEIRA GANHA DESTAQUE

Esta realidade era a representação fiel da bandeira que o ***Dignidade*** assumiu com prioridade. Infelizmente, o grupo não tem o registro de quantos homossexuais procuraram o grupo devido a situações como a do Chico, relacionadas diretamente à violência física e brutal. Mas os números não diminuíram e as ações passaram a ser intensificadas. Em 1994, o ***Grupo*** realizou uma manifestação contra a violência, que teve a cobertura da imprensa. E ainda no mesmo ano, mais especificamente em 18 de abril, o então Deputado Estadual Dr. Rosinha se pronuncia na *Assembléia Legislativa* sobre o assassinato de 39 homossexuais no Paraná nos últimos dez anos. Foi um fato inédito.

"Em 1994, Curitiba começou a ter uma onda de assassinatos que chamou a atenção da imprensa. E eu fui procurado por algumas pessoas pedindo a defesa dos direitos humanos, a defesa dos homossexuais. Dispus-me a trabalhar por eles, porque achava que era um grupo totalmente invisível na sociedade. E quando um parlamentar começa a dar visibilidade também das defesas desse direito, a perspectiva da punição, ou a perspectiva da identificação dos assassinos, era maior. Eu acho que ganhou mais visibilidade. Mas a punição, até agora, está difícil. Acho que a sociedade paranaense está devendo isso ainda, para a própria sociedade paranaense."

Dr. Rosinha e deputado federal e grande aliado do movimento LGBT ao longo da história.

1998

o Superior Tribunal de Justiça (STJ) aceita a partilha de bens em caso de morte de uma dos companheiros homossexual com histórico de vidas compartilhadas. Este mesmo Tribunal revoga ato que impedia uma testemunha homossexual de depor na justiça.

Ainda em junho de 1994, o novo secretário de *Segurança Pública*, Rolf Koerner Junior, nomeia um delegado para investigar assassinatos não-resolvidos. Envia também um ofício de resposta para o ***Grupo Dignidade***, que cobrava providências e soluções.

Mas no início de 1995, um assassinato abalaria toda a comunidade LGBT de Curitiba e do Brasil. Durante o **VIII Encontro Brasileiro de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transsexuais**, na noite de 31 de janeiro, seria assassinada, após sair da sede do ***Grupo Dignidade***, a vice-presidente do **Grupo Esperança**, Gisele Gagá. De acordo com os organizadores do evento, integrantes do ***Dignidade***, foi um dos acontecimentos mais tristes da história do movimento.

Gisele Gagá foi assassinada por um soldado da Polícia Militar, que queria fazer um programa sem pagar. O advogado Dálio Zappin, que atuou como assistente de acusação do caso, conta que "Gisele não quis fazer de graça. Ele imediatamente sacou de uma arma e desferiu uma coronhada na cabeça da Gisele, que caiu de joelhos. Ele encostou a arma na boca dela e a matou ali mesmo, na Travessa Bufrem, esquina com a Riachuelo. Saiu correndo e foi preso umas quadras depois".

O acusado foi condenado a nove anos de prisão. E isso foi uma grande conquista. Além de conseguirem que um militar fosse julgado pela justiça comum, foi o primeiro caso a ter uma solução, fruto também da ação do ***Grupo Dignidade***. Houve muita resistência e preconceito da própria justiça. Dr. Dálio conta que o juiz era favorável aos militares e tinha um perfil completamente homofóbico. "Tiveram vários outros crimes. As autoridades policiais têm muito preconceito. E acham que é direito matar os homossexuais. Na época da Gisele Gagá, os jornais fizeram divulgações preconceituosas e começou a acontecer muita violência. Tinha um ponto de prostituição na Praça do Atlético, e os travestis eram agredidos não apenas pelos clientes, mas também pela polícia", esclarece o advogado.

Todo o movimento em Curitiba se uniu. Eram feitas manifestações em frente ao Tribunal do Júri e o pai da Gisele acompanhou todo o julgamento. Vânia Galliciano lembra que um dia ele declarou que não importava o que era seu filho, mas sim que se fizesse justiça: "demonstrou muita maturidade para conviver com aquela situação, sem preconceito. A gente vive em um país no qual lei só funciona no papel. Mas pro **Movimento**, ter a lei no papel já era um avanço. Pelo menos a gente poderia ter ao que recorrer", indigna-se.

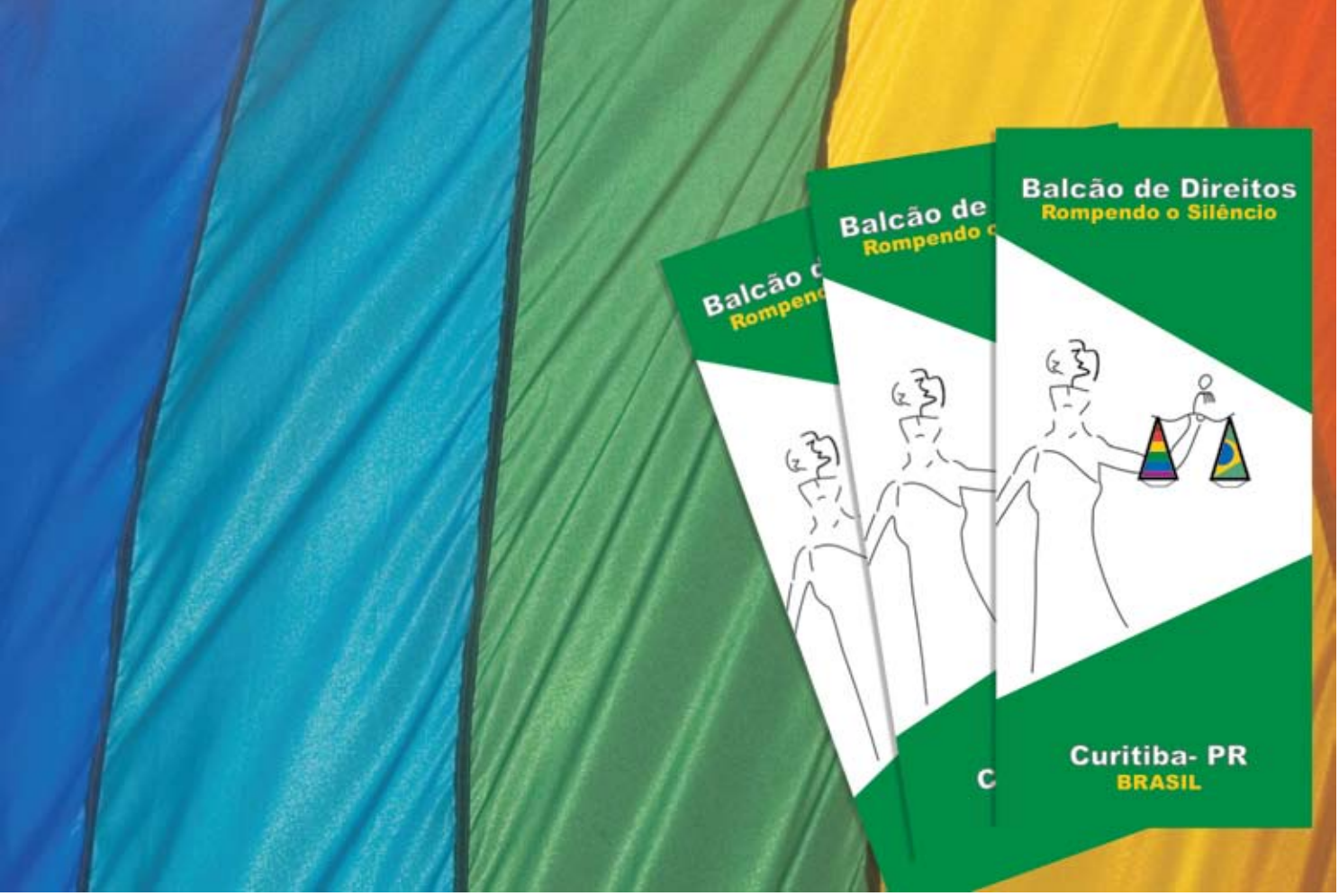
Em relação à *Polícia*, às *Forças Armadas* e ao próprio *Judiciário* há dificuldade para investigar a violência que atinge lésbicas, *gays*, travestis, transexuais e bissexuais e punir os criminosos. Pesquisas apontam para a persistência nessas instituições de concepções preconceituosas e equivocadas que determinam um alto grau de impunidade, principalmente quando tratam de violência cometida contra travestis. Muitos policiais juízes ou promotores continuam a tratar a homossexualidade / bissexualidade como "doença", "perversão sexual" ou "degenerescência moral".

*"Na verdade, eu lembro até do vestidinho que ela estava no dia. A Gisele Gagá participou efetivamente da organização do **Encontro**. Esteve presente o dia inteiro no evento, que terminaria no dia seguinte. Estava todo mundo com aquele espírito de mudança e transformação. Eu me lembro de ter ido em casa e quando voltei o Toni me contou. Eu lembro que ele disse: 'Não Vânia! Isso não vai ficar assim! Vai ter que ter uma solução!'. E a gente chorou junto aquele dia por causa disso."*

Vânia Galliciano lamenta ao descrever a morte da Gisele.

1998
Morre João Antônio Mascarenhas, fundador do Movimento Homossexual Brasileiro.

1999
Conselho Federal de Psicologia aprova Resolução proibindo que psicólogos participem de clínicas ou terapias para "curar" homossexuais.



4.3

FRENTES DE ATENDIMENTO, FORMAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO

A realidade não era fácil para a população LGBT. Era realmente uma luta pela sobrevivência. E o ***Dignidade*** lança estratégias para organizar e fortalecer as ações de combate à homofobia. Além da formação para a cidadania para a comunidade LGBT e a constante reivindicação, o ***Grupo*** começa a oferecer formulários de denúncia.

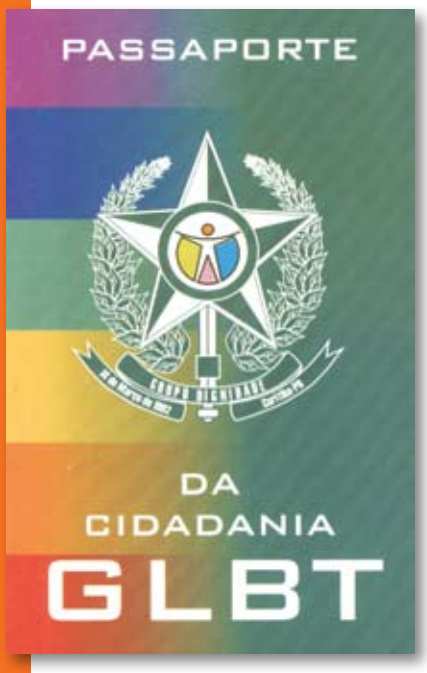
A justificativa era simples, quanto mais organizado o **Movimento**, mais pressão ele conseguiria gerar na mudança das atitudes moralistas, preconceituosas e criminosas da sociedade ante a comunidade dos homossexuais. O documento contendo as ***Resoluções do I Congresso da ABGLT*** esclarece: "se de um lado temos essa avaliação da violação dos direitos LGBT de forma tão orquestrada, por outro, esse grupo, um dos mais vulneráveis, mais rapidamente vem se organizando internacional e nacionalmente em prol de seus legítimos interesses, ressignificando a dimensão de democracia como respeito incondicional às diferenças".

O ***Grupo***, no início, registrava e acompanhava informalmente os casos. Cobrava ações do poder público e da justiça, mas sempre teve que lidar com a homofobia e o preconceito também existentes nesses setores da sociedade. A disponibilização de formulários de denúncia aconteceu em 1994. E esse foi o início real, na prática, da sistematização, registro e organização, pelo próprio ***Grupo***, dos casos.

1999
Em Santa Catarina, o Tribunal Regional Federal estende ao companheiro de um servidor público o direito à aposentadoria.

1999
Acontece o primeiro Gay Games no Paraná.

Ainda era muito difícil conseguir uma estrutura e atendimento para casos de violência contra a comunidade LGBT. No ano de 1996 é criada a **Secretaria de Direitos Humanos do *Grupo Dignidade***, para prestar assessoria jurídica qualificada para os casos denunciados. Esse foi um grande passo, pois pela primeira vez no Estado é oferecido um serviço especializado e direcionado aos crimes homofóbicos.



Em 1998, é elaborado o **Passaporte da Cidadania**, uma espécie de manual contendo informações sobre violência e homofobia e contendo orientações sobre como proceder.

Em 2001, apoiado pela *Secretaria de Estado de Direitos Humanos do Ministério de Justiça*, essa ação passou a ser chamada de **Balcão de Direitos: Rompendo o Silêncio.**

O propósito era a defesa ou o esclarecimento do cidadão quanto aos seus direitos e deveres, os canais existentes para recorrer e também o caminho a ser percorrido para que os casos não permanecessem impunes. O **Balcão de Direitos** prestou Assessoria Jurídica ampla à população, desenvolvendo as seguintes atividades:

• Identidade legal ao cidadão sobre direitos e deveres;
• Conciliação e mediação de conflitos, na busca de soluções;
• Ajuizamento de ações, nos casos não resolvidos pela mediação ou conciliação;
• Obtenção de documentação civil.

O **Projeto** foi a primeira ação específica e direcionada para essa realidade desenvolvido pelo ***Grupo Dignidade***. Suas ações incluíam uma equipe jurídica formada por uma advogada, e por dois estagiários, sendo um de direito e outro de serviço social.

Foi no ano de 2003 que a equipe do **Balcão de Direitos** atendeu um dos mais absurdos casos de toda a sua história. O polêmico prefeito de Bocaiúva do Sul, na época, Élcio Berti (PFL) já era conhecido pela a proibição do uso de camisinha, a distribuição de Viagra e de amendoim aos moradores para tentar aumentar a população da cidade, além da tão polêmica construção de um "ovniporto".

No dia 2 de dezembro daquele ano, ele baixou um decreto proibindo a permanência ou residência de homossexuais na cidade. A Divisão da Polícia Metropolitana abriu inquérito contra o prefeito por preconceito e abuso de autoridade e a equipe do **Projeto Balcão de Direitos** entrou com mandato de segurança, acionou o Ministério Público e o **Conselho Nacional de Combate à Discriminação** e mobilizou lideranças e ativistas de todo o Brasil.

Na manhã do dia 04 de dezembro, por volta das 11 horas, desembarcam na praça central da cidade integrantes do ***Grupo Dignidade***, do **Grupo Saphos**, **Grupo Liberdade**, **Prisma**, simpatizantes e artistas da noite. Com uma bandeira do arco-íris de 50 metros e muita indignação, os manifestantes pediram o apoio aos moradores locais. Ao final do trajeto, a passeata já reunia cerca de 300 manifestantes e teve o apoio vice-prefeito, da delegada da cidade, de vereadores e civis.

O decreto feria a *Lei de Responsabilidade* (decreto lei nº201 de 1967), que diz que os prefeitos devem dar cumprimento às leis, a ***Constituição Estadual*** no seu artigo 1º, inciso 3º, que determina que no Paraná deve ser combatida qualquer forma de discriminação; o Artigo 3º, Inciso IV, da ***Constituição Federal***, que proíbe qualquer forma de discriminação no Brasil, e o artigo 5º, que diz que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.

No ano seguinte, além de liderar o *ranking* de mortes por homofobia no ***V Relatório Anual sobre as Minorias Sexuais da América Latina e Caribe***, elaborado pela **Comissão internacional de Direitos Humanos da Comunidade Gay e Lésbica (IGLHRC)**, com 22 das 47 registradas, o Brasil foi citado nos casos que representavam extremo abuso pelo fato ocorrido em Bocaiúva do Sul.

2000
Edson Néris é barbaramente assassinado na Praça da República em São Paulo, por um bando de neonazistas: é o crime homofóbico de maior repercussão nacional.

O teor do decreto 413/2003 assinado em 2/12/2003:

"Art. 1º - Fica vedada a concessão de moradia e a permanência fixa de qualquer elemento ligado a esta classe (homossexuais), que não trará qualquer natureza de benefícios para este município.

Isto para a preservação do respeito a um ambiente familiar e edificante.
Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, em 02 de Dezembro de 2003.

Elcio Berti - Prefeito Municipal"

Representando mais uma vitória do ***Grupo***, do **Movimento LGBT** e sem dúvida, do povo brasileiro, o decreto do prefeito foi revogado.

As ações de combate à homofobia, atualmente, são oferecidas por meio do **Centro de Referência LGBT João Antônio Mascarenhas**, uma ação do ***Grupo Dignidade*** em parceria com a *Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.*

Suas atividades, iniciadas em 2006, estão integradas ao **Programa Brasil sem Homofobia**. Atualmente, todos os estados brasileiros têm pelo menos um **Centro de Referência** que oferece assessoria especializada a lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis e transexuais em situação de violência e discriminação.

Em Curitiba, além do atendimento às pessoas vítimas de violência ou discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero, o **Centro de Referência** também atua na sensibilização e mobilização do poder público, instituições e profissionais da área de saúde e educação, desenvolve ações de formação para a área de segurança, psicologia, serviço social e jurídica. De acordo com a coordenadora do **Centro de Referência** em Curitiba, Ana Carolina Ribeiro "o **Centro** não entra com ações, por limitações do projeto, que tem um tempo limitado. Aqui é mais triagem e o acompanhamento em delegacias, Ministério Público como, por exemplo, em casos de mudança de nome", explica.

Os encaminhamentos dos casos são feitos em parceria com escritórios particulares, a **Fundação de Ação Social** e os **Conselhos (municipais e estadual) de Assistência Social**.

"Os homossexuais sofrem desde o preconceito familiar até o preconceito social. Hoje, graças a essa luta muito forte elas e eles têm saído dos armários e foi possível atingir o patamar de reconhecimento como cidadãos e pessoas humanas. E é esse o papel dos militantes de direitos humanos. Não importa a opção sexual da pessoa. O que importa é o que ela é, seu papel na sociedade. Temos que reconhecê-la como ser humano e não interessa se for mulher, negro, homossexual ou pobre."

Dálio Zappin, advogado aliado do Movimento LGBT em Curitiba.

2000

O cônsul português Miguel José Fawor é assassinado com golpes na cabeça, em Curitiba. O caso ganha repercussão internacional. Ainda em 2000, Bia Simon, vencedora do concurso Gala Gay, é assassinada a facadas em sua casa, no Boqueirão, bairro de Curitiba. Após ser espancada por policiais em serviço, a travesti Kerica falece. Os crimes foram denunciados por execução sumária na Organização das Nações Unidas (ONU).

4.4

MOSTRE A LÍNGUA PARA A HOMOFOBIA

Seis homossexuais foram brutalmente assassinados em um período de três meses em Curitiba no início de 2004. Em abril, o ***Grupo Dignidade*** organizou um protesto, com distribuição de cartilhas informativas com orientações para evitar a violência e sobre como proceder. Sobre a bandeira com as cores do arco-íris estavam recortes de jornal, ao lado um triângulo rosa com o nome dos homossexuais assassinados e uma pessoa que representava a morte. A manifestação contou com o apoio de aproximadamente 50 militantes.

Foram recolhidas também assinaturas para o apoio aos projetos de lei antidiscriminatórios que tramitam na *Câmara Municipal* e *Assembléia Legislativa*. Aproximadamente 70 instituições assinaram a carta aberta à população escrita pelo ***Grupo Dignidade***, que entregou centenas de cópias durante o protesto.

A manifestação pouco adiantou. Em 2005, no mês de setembro, um grupo denominado *Frente Anti-Caos* colou vários adesivos pela cidade com teor preconceituoso e homofóbico. As frases diziam "Homossexuais afrontam a natureza" e "Homossexuais molestam crianças". Havia também um desenho que mostrava um bonequinho jogando a sigla GLS (*gays*, lésbicas e simpatizantes) em uma lata de lixo. O episódio ficou conhecido como o *Caso dos Skinheads*.

2000

O INSS concede o direito previdenciário de pensão aos parceiros gays por falecimento ou detenção, iniciativa do grupo Nuances de Porto Alegre. A decisão que passa a ser definitiva a partir de 2002.

Uma situação parecida já tinha acontecido anteriormente, em 2000. Cartazes com a frase: "Faça seu dia feliz, acabe com o Homossexualismo", mostrando um revólver e assinados pelo grupo **Resistência 88**, foram afixados em diversos postes na zona central de Curitiba. Na época, os grupos homossexuais do Paraná protestaram, exigindo apuração por parte da Secretaria de Segurança Pública.

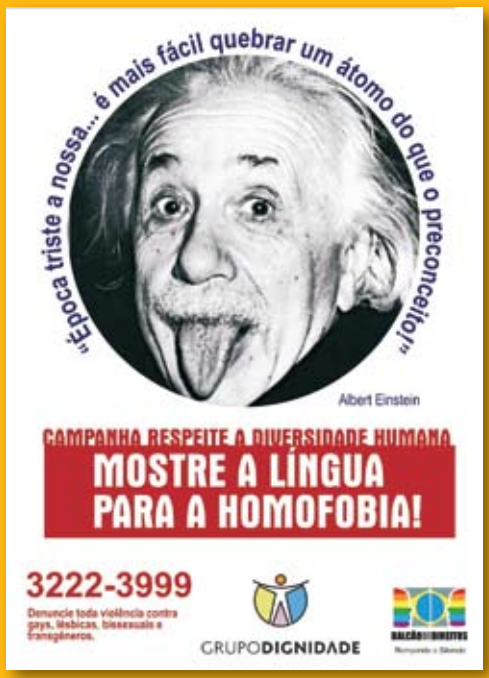
A mobilização social foi muito intensa, pois juridicamente ainda não era possível reagir a essa ação. Depoimento da então advogada do ***Grupo Dignidade*** para o jornal **Gazeta do Povo** de 21/09/2005, Silene Hirata, argumentava que "infelizmente, não temos uma legislação que proteja a comunidade LGBT. Os negros podem denunciar racismo, mas nós somos carentes de proteção do estado", disse. Nesse momento, a integração com outros movimentos foi fundamental. Ainda de acordo com a reportagem, o **Instituto Brasil e África (IBAF)** formalizou a denúncia junto ao Ministério Público sobre as manifestações racistas espalhadas. Sensibilizado pela falta de meios legais que protejam os homossexuais, o presidente do IBAF convidou publicamente os representantes dos grupos LGBT para integrarem as ações de forma conjunta.

O ***Grupo Dignidade*** iniciou uma **campanha** ostensiva de divulgação dos direitos LGBT em Curitiba. O principal objetivo foi informar aos homossexuais, assumidos ou não, sobre seus direitos, telefones úteis para denúncias e informações sobre amparo legal e psicológico, e como reagir ou minimizar situações de ataques homofóbicos. A **campanha** incluiu ações nas ruas, casas noturnas e nos meios de comunicação, contou com o apoio de entidades governamentais competentes.

Outra meta da **campanha** era conseguir o apoio da sociedade curitibana para o caso, e junto ao segmento LGBT, incentivar a denúncia, o registro dos casos de violência. Muitos casos foram registrados nesse período, mas poucas pessoas assumiam terem sido vítimas de crime de homofobia e registravam o Boletim de Ocorrência. Allan Johan, jornalista e integrante do ***Grupo*** durante esse episódio, acha que o movimento ainda tem muito a conquistar junto aos seus pares. "A própria comunidade, em geral, se interessa mais por festas do que por atos políticos", lastima.

Dessa vez, a mobilização e articulação do movimento valeu a pena. No dia 26 de outubro de 2005, o *Centro de Operações Policiais Especiais (Cope)* do Estado do Paraná prendeu onze integrantes da quadrilha de *skinheads*, intitulada *Frente Anti-Caos* e acostumada a agredir judeus, negros e homossexuais. No local da prisão, a polícia encontrou uma bandeira preta, com o símbolo 88, que remete à saudação nazista *Heil Hitler* (a letra "h" é a oitava do alfabeto), cópias de um CD de músicas com mensagens nazistas, assim como diversas fitas de vídeo e fotos do grupo neonazista.

> *"Há uma campanha pelo preconceito na cidade, então vamos fazer uma campanha pelo respeito à diversidade humana, pelo respeito à opção sexual, aos negros, judeus..."*
>
> ***Toni Reis, do Grupo Dignidade***



MOSTRE A LÍNGUA PARA A HOMOFOBIA

O adesivo produzido pelo ***Dignidade*** mostra a clássica foto do cientista Albert Einstein e sua afirmação de que "é mais fácil quebrar um átomo do que o preconceito".

2000

Durante a Conferência da América Latina e Caribe, da Associação Internacional de Gays e Lésbicas, o Ministério da Justiça apóia a criação de uma Rede Nacional de proteção aos homossexuais. Uma das principais ações do projeto prevê a implementação de cursos especializados para policiais civis e militares, com o objetivo de estimular uma conduta mais respeitosa no tratamento dirigido aos homossexuais.

4.5

A IMPORTÂNCIA DA DENÚNCIA

Um dos principais empecilhos da luta contra a homofobia é o número reduzido de lésbicas, *gays*, bissexuais e travestis que, ainda hoje, tomam a postura da denúncia. É o que declaram Márcio Marins e Igo Martini, militantes do Movimento LGBT. No dia 11 de março de 2006, o casal foi violentamente agredido quando procuravam um táxi para voltar para casa. Essa ação homofóbica era apenas o início da violência, que de física, atingiu vários outros patamares: psicológica, social, policial, política, etc. "É muito difícil seguir com uma denúncia. No nosso caso, no próprio local, os policiais que eram da Guarda Municipal não quiseram nem ouvir nossa versão. Estávamos machucados, e não tivemos o direito de ser atendido antes de encaminhados para a delegacia. Passamos quatro horas em pé, sofrendo chacotas, ameaças e humilhações. O Igo sangrava, e os policiais diziam que se tivesse sangue no chão, a gente ia se arrepender".

Márcio e Igo seguiram em frente. Mas os resultados foram: no próprio *Boletim de Ocorrência* ficaram como culpados da agressão que sofreram, pelas costas, e sem nenhum motivo aparente. Abriram Sindicância Administrativa contra os guardas municipais e a Procuradoria Geral do Município entendeu como desrespeito aos direitos humanos. A pena foi mudarem os policiais de departamento. "Apesar das seqüelas físicas, com as quais teremos que conviver, o mais difícil foi presenciar o chefe da operação sendo homenageado na Câmara Municipal e ocupando cargos de direção junto ao poder público. Infelizmente, é com essa realidade, estrutura e pensamento que a gente lida diariamente", desabafam.

E esse caso serve para ilustrar a realidade diária de milhões de homossexuais em todo o mundo, que não chega ao conhecimento de ninguém. Frente a isso, a postura do ***Grupo Dignidade*** é incentivar que as pessoas não tenham medo de enfrentar essas situações e oferecer um local seguro para que possa ser feita a denúncia. "Nossa meta é conseguir que casos como esse não venham à tona apenas quando ocorrem com ativistas. Mas que todo cidadão LGBT tenha espaço e postura para lutar contra a homofobia", finalizam.

2001
Cláudio Nascimento, do Grupo Arco-Íris e ABGLT participa da comitiva oficial do Governo Brasileiro na Conferência contra o racismo e xenofobia na África do Sul.

2001
Assembléias Legislativas de São Paulo e Minas Gerais aprovam Leis contra a homofobia.

4.6

17 DE MAIO

O caso mais recente de ações de combate ao preconceito e discriminação aos LGBT enfrentado pelo ***Grupo Dignidade*** foi contra uma decisão do prefeito de Curitiba. A data foi instituída em comemoração à retirada, pela **Organização Mundial de Saúde**, da homossexualidade do **Código Internacional de Doenças**, em 17 de maio de 1990. Em 2007, no mês de março, a *Câmara Municipal de Curitiba* aprovou o **Dia Municipal Contra a Homofobia**, projeto de autoria da vereadora Julieta Reis (DEM). Apenas um vereador, José Roberto Sandoval (PSC), votou contra a iniciativa.

A grande conquista dava espaço para que, no mês de maio, mais uma data de mobilização passasse, oficialmente, a fazer parte do Calendário Oficial do Município de Curitiba. Em 28 de Março, o prefeito de Curitiba vetou a Proposição nº 05.00122.2006, por considerar a ação inconstitucional. Além disso, por desrespeitar as recomendações da *Lei Orçamentária Municipal (LOM)*.

Novamente, o ***Grupo Dignidade***, por meio do **Projeto Aliadas**, tomou a frente da mobilização em busca de apoio político contra a decisão do prefeito. E, naquele mesmo ano, a ação de comemoração ao **Dia Internacional de Luta Contra a Homofobia** foi a derrubada do veto pela *Câmara Municipal de Curitiba*.

De acordo com a nota divulgada pelo próprio ***Dignidade***, os vereadores que derrubaram o veto consideraram que houve um equívoco de entendimento do Departamento Jurídico da Prefeitura sobre a proposta que não gera custos ao erário público. Ao contrário, representa apenas um agregado às diversas manifestações nacionais e mundiais, inclusive as que fazem parte do **Programa Nacional de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e de Promoção da Cidadania Homossexual**.

2001
Fundação da Associação Nacional de Travestis (Antra). Também é realizado o primeiro casamento homossexual pela Igreja Presbiteriana Unida Bethesda.

2001
Parada do Orgulho GLBT de São Paulo reúne mais de 250 mil participantes.

PARTE V
ADVOCACY

ADVOCACY: "Argumentar em defesa de uma causa ou alguém". (The Advanced Learner's Dictionary of Current English: London, Oxford University Press, 1970).

Em 2004, entre os dias 13 e 15 de maio, Curitiba sediou o **I Seminário de Advocacy**. Organizado pela **ABGLT** (Associação Brasileira de *Gays*, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais) e pelo **Projeto Somos**, teve como anfitrião o ***Grupo Dignidade***. Mais um marco na história do ***Grupo***, a reportagem de André Fischer, publicada no site **Mix Brasil**, destacava, em seu primeiro parágrafo, que o evento "representou um marco no caminho da profissionalização que o **Movimento Homossexual Brasileiro (MHB)** vem trilhando nos últimos anos".

Mais de 100 militantes de 25 estados brasileiros, além de representantes da mídia LGBT e parceiros do **Movimento** (como **PN DST/Aids**, **Pathfinder** e **USAID**) participaram do encontro que introduziu o conceito de *Advocacy* e propôs o estabelecimento de linhas de atuação em cinco áreas consideradas prioritárias: Estado Laico, Aprovação de Leis no Congresso Nacional, Financiamento e Implantação de projetos DST/Aids no SUS, o Projeto Brasil Sem Homofobia e aprovação da Resolução proposta pelo Brasil na Comissão dos Direitos Humanos na ONU, em 2005.

As dimensões do evento representam a importância que o termo *advocacy* possui hoje no **Movimento LGBT**. Lideranças políticas de todo o Brasil não poupam elogios em declarar que o **Movimento LGBT** é extremamente organizado e o que mais tem conseguido avanços ao longo dos anos. Na estrutura do ***Grupo Dignidade***, a palavra, que não possui tradução certa para o português, tornou-se uma Área de Atuação.

Esse discurso otimista não significa que tudo está perfeito, mas sim que avança em largos passos. Ao longo de sua trajetória, o ***Dignidade*** interferiu na política municipal, estadual e nacional de prevenção à Aids, na luta contra a homofobia, em propostas de educação sexual, na qualificação de profissionais das áreas de saúde e educação, na conquista de direitos humanos e civis como mudança de nome das travestis e transexuais, o reconhecimento da união estável, a adoção de crianças por casais homoafetivos.

5.1

A GÊNESE DA CONSCIÊNCIA POLÍTICA

Em 1999, o **Projeto Somos** nasceu com o intuito de fortalecer 24 organizações recém-criadas ou em formação na atuação e prevenção de HIV. O ***Dignidade*** foi a organização responsável pela formação de seis grupos no Paraná e Santa Catarina. Já no ano de 2006, o projeto tinha a participação de 275 grupos em todo o Brasil, apoiados por 11 Centros de Capacitação e Assessoria e 11 Pólos Regionais. O **Projeto Somos** foi tido como um sucesso pelo *Ministério da Saúde*.

Em 2006, ***Grupo Dignidade*** organizou nacionalmente o **Projeto Somos Lés**, com o objetivo de fortalecimento de entidades/organizações lésbicas por meio da instrumentalização em desenvolvimento organizacional, *advocacy* e interação com a comunidade lésbica. Representou uma parceria entre a **ABGLT**, a **Articulação Brasileira de Lésbicas (ABL)** e a *Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República*.

> *"O **Projeto Somos** e o **Movimento LGBT** ajudaram, inclusive, a modelar a atuação de outros movimentos. A capacidade de advocacy e formação de lideranças delinearam um caminho nunca antes visto – eles foram os precursores para que cada movimento atendesse às suas necessidades específicas. E o **Grupo Dignidade** é protagonista nessa situação, porque obteve seu espaço com ética, formou lideranças, trabalhou com respeito – e é um respeito mútuo. É uma das mais atuantes ONGs do Brasil. Por isso tenho um enorme respeito."*
>
> ***Mariângela Simão, Diretora Nacional do Programa Nacional DST/Aids do Ministério da Saúde***

2001 - outubro
em Maceió: X Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis.

2002
O Grupo Gay da Bahia lança o Livro de União Estável Homossexual, reconhecido pelo INSS como documento legal para comprovação de relações estáveis e recebimento de benefícios.

5.2

RELEMBRANDO OS PASSOS

A disseminação do HIV entre populações que, inicialmente, não eram tidas como "grupos de risco", tornou-se uma realidade ao longo das décadas de 1980 e 1990. O trabalho por políticas públicas - materializado, por exemplo, nos **Encontros Nacionais de ONG-Aids (ENONG)** – contribuiu para a quebra da patente do medicamento anti-retroviral *Efavienz* pelo Governo Federal.

A linha de raciocínio é lógica: é mais fácil ensinar a pescar do que dar o peixe. Nesse caso, esse ditado popular significa: é mais fácil interferir em uma política pública que privilegiará a prevenção e o tratamento indiscriminadamente, do que pedir mais dinheiro, para comprar mais remédios, porque mais pessoas estão infectadas. Seria muito peixe para uma única pessoa pescar.

A analogia brincalhona foi colocada para exemplificar, na prática, a lógica seguida pelo *advocacy* e a importância desse conceito na história do **Movimento LGBT**. Mas as conquistas e mudanças não são tão rápidas como quando são escritas. "O surto da Aids foi, de certa forma, a porta de entrada para o trabalho de *advocacy* LGBT. Foi o primeiro passo para mostrar ao governo que essas populações existiam. As primeiras verbas, direcionadas pelo *Ministério da Saúde*, auxiliaram a visibilidade quanto às demais temáticas", explica a diretora do **Programa Nacional de DST/Aids**, Mariângela Simão. "O ***Grupo Dignidade***", prossegue, "sempre foi muito atuante enquanto ONG. A organização conseguiu entrar, pela área de saúde, na agenda da mulher e na dos direitos humanos, por exemplo".

Embora a verba para a subsistência proviesse do *Ministério da Saúde* e das *Secretarias Municipal e Estadual de Saúde*, o ***Grupo Dignidade*** sempre teve o objetivo de atuar pelos projetos de lei, como o da união civil entre pessoas do mesmo sexo. Documentado na primeira edição do ***Folha de Parreira*** e também no primeiro estatuto

2002
A 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul reconhece a identidade de efeitos entre a união homossexual e a união estável, legitimando a união de pessoas do mesmo sexo como verdadeira família.

2002
Durante o Fórum Social Mundial é criada a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL).

do ***Grupo***, o objetivo viria a se concretizar em 1995, no projeto de lei 1.151/95, de autoria da ex-deputada Marta Suplicy (PT), e que tramita na *Câmara* até hoje.

Antes disso, porém, a Reforma Constitucional de 1993 tem outra marca impressa pelo ***Dignidade***. Em discussão desde o começo daquele ano, a Reforma teve seu início em 13 de outubro, com a finalidade de rediscutir e compor melhorias na **Carta Magna** brasileira. Como ocorreu na época de sua gênese, em 1988, uma das intenções era que o termo "orientação sexual" fosse incluído no Artigo 3º, Inciso IV, ficando a redação da seguinte forma: "Ninguém será discriminado, prejudicado ou privilegiado em razão de cor, raça, credo, (...), orientação sexual, (...)".

Para que o termo "orientação sexual" ficasse o mais claro possível aos parlamentares, o ***Grupo Dignidade*** elaborou um boletim especial do ***Folha de Parreira***, endereçado a todos os parlamentares, fossem deputados federais ou senadores da República. É o primeiro trabalho de *advocacy*, em nível federal, executado pela ONG de Curitiba.

Logo em seguida à distribuição dos boletins, o parlamentar Fábio Feldmann, então deputado federal pelo PSDB de São Paulo, sensibilizou-se e apresentou a proposta de **Emenda Constitucional** no Plenário da Constituinte. Em março de 1994, quando finalmente a Reforma Constitucional é colocada em votação, a **Emenda** que coibia discriminações por orientação sexual é rejeitada. Os números da votação foram 53 votos a favor, 250 contra, 06 abstenções e 275 ausências. O então relator Nelson Jobim rejeita a proposta.

Orientação Sexual
Boletim informativo para os parlamentares
Nº 1, Junho, 1993

Duas Palavras contra a Discriminação

Este é o primeiro informativo destinado aos parlamentares do Brasil neste ano de reforma constitucional. O nosso objetivo é o de informar e esclarecer sobre a proposta do Movimento Homossexual Brasileiro para a inclusão da expressa proibição de discriminar por razões de Orientação Sexual no Artigo 3º, inciso IV, da Constituição Federal.

Neste boletim, e nos próximos, daremos definições da expressão orientação sexual, a nível nacional e internacional. Mostraremos que este é um termo universalmente empregado por juristas, psicólogos, pedagogos e pessoas esclarecidas.

Queremos tirar as dúvidas evidenciadas em 1987, na constituinte, sobre o uso e as implicações da inclusão desta proibição.

Esperamos que ao terminar de ler este boletim, o leitor chegue a entender que o objetivo da nossa proposta é justa e bem intencionada, tendo como meta soberana a proteção dos direitos humanos do povo brasileiro.

*"A primeira vez que ouvi falar do **Grupo** talvez não tenha sido propriamente do **Dignidade**, mas da história e da luta de Toni e David, e dos embates pela aprovação da união civil na segunda metade dos anos 1990. Após começar a militar organicamente no **Movimento LGBT Brasileiro** - a partir de 2003 - foi que tive contato sistemático com o trabalho do **Dignidade**, que, além de pioneiro, é paradigma de profissionalismo e organização para todo o **Movimento LGBT** no Brasil. Depois de várias parcerias, projetos, eventos e trabalho em comum, o que fica é sempre a disposição, a capacidade de inovar (acompanhando seu tempo), o trabalho em equipe, a capacidade de gestão e o profissionalismo do **Dignidade**. O pioneirismo no trabalho de enfrentamento à epidemia de Aids, os projetos como o **SOMOS**, que tantos frutos rendem em todo o Brasil, a coordenação do **projeto Aliadas**, o apoio à organização da juventude, das travestis e transexuais, enfim, é grande a lista de ações efetivas do **Grupo Dignidade** em prol da cidadania da população de lésbicas, gays, travestis, transexuais e bissexuais. Sem nenhuma sombra de dúvida, há poucos grupos no país com o acúmulo político e a capacidade operativa do **Dignidade**, um verdadeiro patrimônio da luta LGBT contemporânea no Brasil, exemplo a ser divulgado e conhecido".*

Julian Rodrigues, Instituto Edson Néris (SP)

2002
A Juíza Federal Caroline Medeiros e Silva, de São João de Meriti, Rio de Janeiro, reconhece uma relação homossexual para fins de pensão do INSS.

2003
Parada Gay de São Paulo reúne mais de um milhão de participantes, é a maior do mundo, junto com NY e Madri.

5.3

ARTICULAÇÃO DO MOVIMENTO

No final de julho de 1994 acontece a grande articulação: o ***Grupo Dignidade*** e mais 13 grupos LGBT do país se reúnem em Curitiba, a fim de iniciar uma organização nacional, especificamente voltada às demandas de direitos dessa população. Na reunião, decidiu-se que o ***Grupo Dignidade*** elaboraria o *Estatuto*, enquanto o grupo carioca **Arco-Íris** ficaria encarregado de fazer a *Carta de Princípios*, ambos os documentos a serem aprovados no primeiro encontro da nova entidade.

2003
Formação da Frente Parlamentar Pela Livre Expressão (sic) Sexual, em nível nacional.

2003
O prefeito de Bocaiúva do Sul (PR) assina decreto impedindo a residência de homossexuais, "ou qualquer elemento ligado a esta classe". Frente a manifestações, ele anula o decreto 413/2003.

"Em 31 de janeiro de 1995, nascia a então denominada **Associação Brasileira de *Gays*, Lésbicas e Travestis, a ABGLT**, fruto do desejo e da ousadia de diversos ativistas de 31 Grupos LGBT que participavam do memorável **8º Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas**, em Curitiba, no Paraná. A **Associação** surgia como uma alternativa de resposta comunitária e coletiva para a atuação em caráter nacional na defesa, na garantia e na promoção dos direitos de lésbicas, *gays*, travestis e transexuais. Surgia também como um espaço de cooperação e intercâmbio político para a construção de uma agenda comum de grupos LGBT brasileiros.

Atualmente, a **ABGLT** é uma rede nacional de 203 organizações, sendo 141 grupos de *gays*, lésbicas, travestis e transexuais, e mais 62 organizações colaboradoras voltadas para os direitos humanos e Aids. Foi a primeira entidade LGBT de caráter nacional que se tem notícias e é a maior Rede LGBT na América Latina e Caribe.

As linhas prioritárias de atuação:
- O monitoramento do **Programa Brasil sem Homofobia**;
- O combate à Aids e outras doenças sexualmente transmissíveis;
- A defesa da livre orientação sexual e identidade de gênero no âmbito do Mercosul;
- *Advocacy* para a aprovação de leis e garantia de orçamento para políticas afirmativas voltadas para LGBT;
- Capacitação de lideranças lésbicas em direitos humanos e *advocacy*;
- Capacitação de profissionais do Direito em questões de cidadania LGBT;
- Promoção do Estado laico e o combate ao fundamentalismo religioso.

Em 2005 foram comemorados os 10 anos da **ABGLT** novamente em Curitiba, com a realização do **I Congresso da ABGLT** com a temática 'Avanços e Perspectivas'. Teve como proposta lançar um olhar crítico para a realidade do movimento e elaborar a tese de deliberações que nortearia a instituição nos anos a seguir.

*"O Brasil inteiro estava aqui, e esse momento foi um marco. Foi como se fosse a primeira **Parada**. De 1995 para cá, houve um crescimento intenso tanto nos encontros, quanto nas **Paradas**. Hoje a gente vê quantas mil pessoas que vão às **Paradas** em Curitiba, mostrando o que são, sem medo, sem máscaras, sem fantasias, sem nada. Na história da humanidade, tiveram algumas pessoas que começaram duro, deram a cara à tapa, para que as outras pessoas não fossem tão massacradas. Acho que esse foi o nosso caso naquele momento."*

Francisco Carlos dos Santos, o Chico, liderança presente em muitos momentos da história do Grupo.

*"Para mim, foi o melhor **Encontro Nacional** que houve."*

Vânia Galliciano que, na época, trabalhava no Grupo Dignidade.

2004
Cartórios do Rio Grande do Sul, Paraná e outros estados registram união homossexual.

2004
Lançamento do Programa Nacional Brasil sem Homofobia.

Grupo protesta contra impunidade que estimula assassinatos de homossexuais

OS HOMOSSEXUAIS TAMBÉM QUEREM VIVER

EXIGIMOS JUSTIÇA NOS ASSASSINATOS DE HOMOSSEXUAIS

Na Boca Maldita, protesto do Grupo Dignidade contra a indiferença à série de mortes de homossexuais

Ainda em 1995...

• O trabalho feito pelo ***Grupo Dignidade*** em relação à violência foi tema de uma matéria publicada na revista ***Gay Times*** em fevereiro de 1995. A reportagem iniciava com o **VIII EBGL**, e comentava a atuação do ***Grupo Dignidade*** junto a parlamentares da Assembléia Legislativa e ao governo do Estado no que se refere à apuração de crimes contra os LGBT.

• No mês seguinte, a ONG paranaense é a única latino-americana citada em um boletim, editado em comemoração ao **Dia Mundial de Combate à Aids**, da **Organização das Nações Unidas (ONU)**. O destaque para a distribuição de preservativos e a orientação quanto à sua colocação correta, feitas na Rua XV de Novembro, em Curitiba, são documentados com foto dessas atividades.

• Também em março de 1995, o Grupo participa da **Caravana Nacional Reforma Urbana e Cidadania**, em Brasília, promovida pela **Central dos Movimentos Populares**, e por meio da qual é entregue um documento ao *Governo Federal* e ao *Congresso Nacional*, com plataformas políticas em diversas esferas – inclusive a LGBT.

2004
Adolescente homossexual é espancado por policiais militares na Boca Maldita, em Curitiba.

PF nega visto e o inglês David Harrad sai do país

Heidi Motomura
Repórter

O inglês David Ian Harrad, 38; seu parceiro, o ex-presidente do Grupo Dignidade, Toni Reis, 32; e a mãe de Toni, Conceição dos Reis, 65, embarcaram ontem às 12h30 no Aeroporto Afonso Pena, no vôo 165 da Varig, com destino a São Paulo. Lá os três participariam do Programa Livre, transmitido diariamente em rede nacional pelo Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), e à noite embarcariam para fora do Brasil.

O chefe da Polícia Federal de Curitiba, Ênio de Lucca Hübe, negou a renovação do visto de turista a Harrad, e ele teve que deixar o país. O prazo do visto expirou ontem. Harrad ainda estava em dúvida se embarcaria para Buenos Aires, para renovar o visto, como fez em março, e retornar em seguida, ou voltar definitivamente para a Inglaterra. As passagens aéreas de David estavam reservadas para os horários das 21h e 22h05, respectivamente, com saída do Aeroporto Internacional de Cumbica, em Guarulhos.

Ahirton Sampaio

David Harrad, Conceição Reis e Tony, aguardam vôo no Afonso Pena: esforços sem retorno

Última cartada - A deputada federal Marta Suplicy (PT/SP) agendou ontem à tarde uma audiência com o ministro das Relações Exteriores, Luís Felipe Lampréia, numa tentativa de prorrogar a permanência do inglês no Brasil. Ela foi acompanhada pelo deputado federal Fernando Gabeira (PV-RJ).

Na semana passada, Gabeira propôs contratar Harrad como assessor parlamentar para regularizar sua situação. Só que a contratação ficou inviabilizada porque o inglês não é naturalizado. A viagem do companheiro de Toni Reis foi custeada por um grupo de amigos.

5.4

PROJETO DE LEI: UNIÃO CIVIL OU CASAMENTO

Em 1995, o assunto LGBT começa a ganhar bastante espaço na mídia. É um ano especial porque a então deputada federal Marta Suplicy elabora e apresenta em Plenário, no mês de outubro, o projeto de lei 1.151, que legaliza a união civil entre pessoas do mesmo sexo. Em síntese, o PL oficializa o relacionamento, as disposições patrimoniais, deveres, impedimentos e obrigações mútuas, benefícios da Previdência Social, Seguridade Social do Servidor, sucessão de bens no caso de falecimento de um dos membros do casal e naturalização de estrangeiros com união estável. O projeto não contempla adoção de crianças por casais homossexuais, apenas os benefícios de uma união estável.

A discussão brasileira não era extemporânea. O Parlamento europeu já aprovara a União Civil de Homossexuais em 1994. Os maiores antagônicos a essa proposta eram os parlamentares religiosos fundamentalistas.

2004

Na IX Conferência Nacional de Direitos Humanos, realizada em Brasília, em julho, as propostas LGBT foram destaques. As principais reivindicações foram: aprovação da Lei de Parceria Civil, aprovação de Leis Anti-discriminatórias e a garantia do Estado Laico; a liberação de recursos para o Programa Brasil Sem Homofobia; a não discriminação nos bancos de sangue; a Moção de Repúdio ao Vaticano por suas práticas homofóbicas e outras 33 propostas advindas de vários estados do Brasil.

Outras batalhas a serem lembradas: de fundador a clandestino

Em 1996, uma denúncia anônima causou a prisão de David Ian Harrad pela Polícia Federal, como clandestino e ameaçado de extradição. Acusado de permanecer irregularmente no país, o inglês, um dos fundadores do ***Grupo Dignidade***, tinha uma relação estável com uma pessoa de nacionalidade brasileira. Isso lhe garantiria a possibilidade de permanecer no Brasil, se a Justiça Brasileira oferecesse o mesmo tratamento para pessoas heterossexuais e homossexuais. "Quando eu vim já sabia que vinha definitivamente. Tentei várias vezes o visto permanente, mas só era concedido como turista. Se fosse um homem e uma mulher isso não aconteceria", explica David.

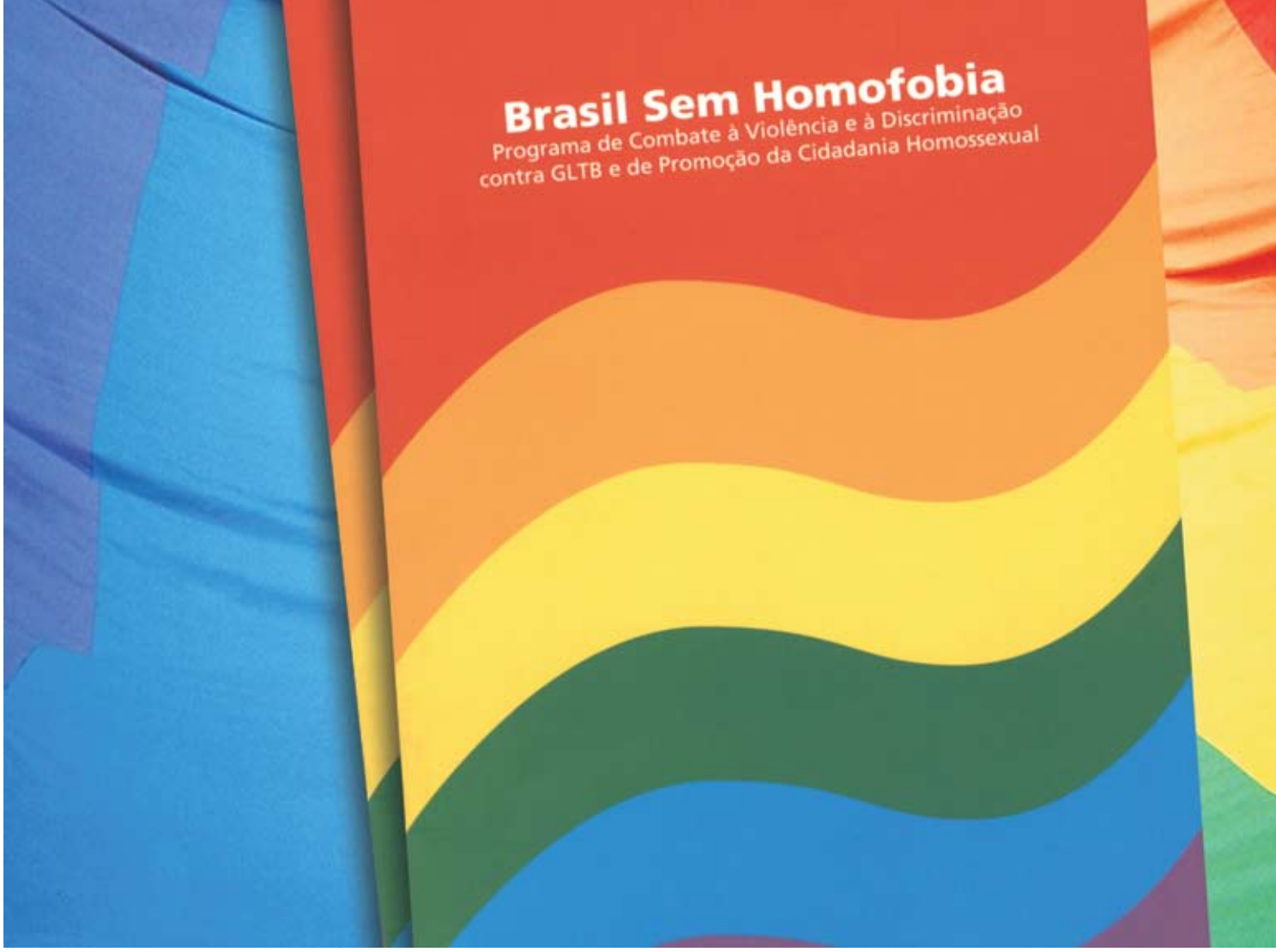
O casal conta que tiveram muito apoio, inclusive da imprensa. "Somando com a minha mãe, 40 mulheres ofereceram-se para se casar com o David. Marta Suplicy, Fernando Gabeira, Luciano Pizzato foram os apoios que em Brasília se pronunciaram diante de vários ministros, inclusive com o Ministério da Justiça", conta Toni.

David permaneceu no país devido a uma resolução momentânea de contratação de consultoria para o PN-DST/Aids. Mas aí começou todo um trabalho para regularizar definitivamente a situação. "Além da exposição, foi muito dramático conviver com isso durante sete anos. Hoje nós temos uma resolução que permite a permanência de pessoas do mesmo sexo no Brasil. Isso foi uma grande conquista. Um caso particular que se tornou uma causa pública", explicam Toni e David, que mesmo antes desse fato, já tinham no currículo grandes conquistas para o **Movimento LGBT** brasileiro.

Mas, em 1996, essa resolução ainda não estava em prática – só foi determinada em 2003, cabe lembrar. Nesse momento, o projeto de lei 1.151/05 está em discussão na **Comissão Especial da Câmara dos Deputados**. O primeiro casal *gay* a depor foi Toni e David, atendendo à convocação da presidente da **Comissão**, deputada Maria Elvira, em 06 de agosto de 1996. A fala de Toni e David enveredou pela cidadania e direitos iguais e lembram que o Brasil é um Estado democrático, e não teocrático. Argumentos refratários a isso, segundo eles, eram calcados no moralismo e nos dogmas religiosos. Depois desses depoimentos, o projeto passa pela **Comissão Especial**, e a votação em plenário é marcada para o dia 10 de dezembro e, em seguida, adiada. Em 1997, os parlamentares evangélicos reúnem 1.200 assinaturas contrárias ao projeto, e conseguem adiar a votação na Câmara dos Deputados. Ainda é nesta casa do Parlamento em que o PL 1.151/05 está parado, sem qualquer definição, até hoje.

> *"Não queremos destruir a família de ninguém, queremos construir a nossa."*
>
> ***Toni Reis, na abertura da I Conferência Nacional LGBT***

2005
projeto contra discriminação por orientação sexual é rejeitado no Paraná, sem defesa e sem a presença dos autores do projeto, em manobra realizada por parlamentares contrários.



5.5

BRASIL SEM HOMOFOBIA

O surgimento do **Programa Brasil sem Homofobia** é tido como um marco no trabalho pelos direitos humanos, em um dos países onde a violência, a desigualdade social e de direitos atingem níveis apavorantes. Alçada ao status de *Ministério* em 2003, a *Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República* tem, a partir desse ano, mais autonomia para gerir programas.

Lançado em maio de 2004, o **Brasil sem Homofobia** contempla 53 ações nas áreas de Direitos Humanos, Legislação e Justiça, Cooperação Internacional, Segurança, Educação, Saúde, Trabalho, Cultura, Juventude, Mulheres e Racismo. Envolve dez Ministérios e Secretarias Especiais, os Governos Estaduais e Municipais, e a própria sociedade civil.

"Na **Conferência de Durban**, o Brasil ficou responsável por discutir todos os tipos de discriminações. O assustador foi que, em países como a Jamaica e a Nicarágua, a homossexualidade era crime. E que países tidos como desenvolvidos, como o Canadá e os EUA, criavam empecilhos para combater o racismo e a homofobia. Mas, na **Conferência Regional das Américas** em Santiago, no Chile, houve a inclusão de um artigo que incorporava a luta contra a discriminação homossexual", observa o Assessor Especial da SEDH e secretário executivo do **Conselho Nacional de Combate à Discriminação**, Ivair Augusto Alves dos Santos.

Antes mesmo dos eventos internacionais, por volta de 1994 o *Ministério da Justiça* já procurava o *Ministério da Saúde*, a fim de saber de que forma atingir, com políticas de inclusão e combate à violência, a população LGBT.

"Quando foi feito, em 1996", relembra Ivair, "o **Programa Nacional de Direitos Humanos** tinha apenas um item contemplando os homossexuais. Já em 2002, conseguimos introduzir um capítulo inteiro sobre políticas de direitos humanos para a população LGBT. De 1999 a

2002, pode-se dizer que houve muitos avanços e debates. Em seguida, participamos de um encontro nacional do movimento LGBT, em Manaus. Apenas dois órgãos governamentais estavam presentes: nós e o *Ministério da Saúde*".

Dessa percepção nasce um diferencial na construção do **Programa Brasil sem Homofobia**: a transversalidade de suas temáticas em inúmeras áreas de atuação pública. E vale ressaltar que praticamente até aquele momento, políticas relacionadas às(os) cidadãs(os) lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis e transexuais ainda estavam imensamente concentradas na área de saúde. Essa era a primeira barreira a ser quebrada.

Passado um mês do seu lançamento em 25 de maio de 2004, não havia recursos do *Orçamento Geral da União* para que o **Programa** fosse colocado em prática. "Foi uma chuva de críticas", conta Ivair, "e o **Movimento** percebeu que poderia fazer algo. Os LGBT foram ao Congresso e conseguiram emendas orçamentárias para a execução do **Brasil Sem Homofobia**. O **Movimento** LGBT deu um *show* de articulação. Um salto de qualidade em todo o processo".

O ***Grupo Dignidade*** é fundamental em alguns pontos desse acontecimento, segundo Ivair. O primeiro, era o conhecimento do assunto, o que foi fundamental na formulação do documento. O segundo, era o potencial de diálogo com o governo.

*"Comecei a conversar com cada um dos Ministérios e consegui o apoio de 14. Cada um colocou no papel o que podia e pretendia realizar e o **Programa** foi a soma das propostas de cada Ministério. Algumas propostas estavam muito aquém daquilo que era necessário – mas isso não era importante no momento. Era importante estabelecer uma proposta política e governamental com relação ao tema, e que se ampliasse para além da saúde e dos direitos humanos, envolvendo as outras áreas. Esse trabalho conjunto provocou o primeiro documento do governo com relação a esse tema."*

*"Na formulação eram necessárias instituições com experiência de trato com o governo, que soubessem traduzir suas demandas em propostas concretas. O **Dignidade** tem essa experiência. Outro ponto foi: o governo não conhece a temática LGBT. E nesse sentido o **Dignidade** foi fundamental: conciliou a competência na abordagem e no saber conversar com o governo de forma que pudesse realizar o que interessasse às duas partes, com tremenda objetividade.*
*Eu não vi nenhum movimento com a ação de advocacy como eles fizeram desse movimento. Eles conseguiram recursos para um programa de governo. Essas emendas conseguiram implementar mudanças substantivas para a política acontecer. E o **Dignidade** esteve à frente. Eu fiquei surpreso, e com a rapidez. O que eles fizeram, ninguém mais fez. Com a qualidade que foi feita foi impressionante."*

Ivair Augusto Alves dos Santos, Assessor Especial da SEDH e secretário-executivo do Conselho Nacional de Combate à Discriminação

Brasil Sem Homofobia – Próximos passos

"Quando se começa a desenvolver uma política, começam a se descobrir os furos. É importante reduzir o problema junto à comunidade envolvida. Enquanto não atinge, você está patinando. Enquanto morrerem pessoas por ódio homofóbico, sua política está fracassando. Você precisa chegar próximo, dar respostas ao movimento. Eu quero não deixar o crime acontecer, e não apenas solucionar o crime. Enquanto o Brasil Sem Homofobia não cumprir com o seu objetivo – a erradicação dos crimes homofóbicos – não será eficiente. Há, dentro dessa linha de raciocínio, desafios mais complexos para o futuro. Foram quatro anos de implementação do programa. É necessário refazer, analisar o que deu certo e não, a partir da percepção de que o programa atingiu uma parcela muito diminuta da população. E é necessário aumentar em escala a intervenção. É necessário mais informação. Já não basta saber que a cada três dias morre um homossexual. É necessário aprofundar, detalhar mais para ter ação pontual com relação a isso. Outro ponto reside nos cursos de formação de policiais, que tocam as ações de direitos humanos, pois eles não dão conta do problema. O que fazer para substituir essa formação é um dos grandes desafios."

Ivair Augusto Alves dos Santos, Assessor Especial da SEDH e secretário-executivo do Conselho Nacional de Combate à Discriminação

5.6

DIREITOS HUMANOS E ADVOCACY

O ***Grupo Dignidade***, assim como as outras organizações integrantes da ABGLT, além da participação ativa na elaboração do **Programa Brasil Sem Homofobia**, do Governo Federal, também tem o desafio conjunto de colocá-lo em prática, acompanhar, auxiliar, criando metodologias e práticas capazes de serem multiplicadas e implementadas em diferentes locais.

Mais do que executar o controle social das políticas públicas, o movimento assume um papel ativo e protagoniza inúmeras experiências que dão base, posteriormente, a ações governamentais em âmbito nacional. Vale ressaltar que *Advocacy* é uma área de atuação do ***Grupo Dignidade***. Atualmente, além de concentrar atividades permanentes de acompanhamento e implementação de políticas públicas, realiza duas importantes ações importantes nessa área.

Dignidade e o Projeto Aliadas

O **Brasil Sem Homofobia** contemplava, em seu segundo capítulo, o item 12, que trazia como ação "estabelecer e implantar estratégias de sensibilização dos operadores de direito, assessorias legislativas e gestores de políticas públicas sobre os direitos dos homossexuais".

Essa ação é um dos princípios fundamentais do **Projeto Aliadas**. Em 2004, no **Seminário de Advocacy do Projeto Somos**, citado no início da capítulo, foram construídos planos para cinco áreas estratégicas. Entre eles, o ***Grupo Dignidade*** ficou responsável pelo projeto de aprovação de leis e ações de *advocacy* no *Congresso Nacional*.

"Essas atividades foram intensificadas em 2005, quando o ***Dignidade*** assumiu a execução. A **ABGLT** foi a idealizadora e promotora. O **Aliadas** consiste em ações de *advocacy*, incidência política. Em 2007 o **Projeto** teve financiamento da *Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República* e isso auxiliou para aumentar as ações na *Câmara dos Deputados* e no *Senado Federal*", detalha o coordenador executivo do **projeto Aliadas**, Igo Martini .

Uma das ações do projeto foi o relançamento da **Frente Parlamentar pela Cidadania LGBT**. Igo explica que "a Frente foi lançada em 2003, com o nome de **Frente Parlamentar pela Livre Expressão Sexual** no *Congresso Nacional*. Ela atuava de forma mais tímida, até porque o próprio movimento não conseguia se articular, atuar em parceria, por falta de um projeto que coordenasse as ações da sociedade civil".

Com o **Projeto Aliadas**, em 2007 a participação dos parlamentares passou de 54 para 227 deputados e deputadas, senadores e senadoras. Mas a meta é chegar a 287 parlamentares.

A coordenadora da **Frente** e deputada federal Cida Diogo (PT-RJ) comenta que "temos procurado fazer uma discussão no sentido de sensibilizar para ter mais adesão e temos contado com o apoio efetivo do **Aliadas**. Hoje, há todo um trabalho desenvolvido pela **Frente**, desde a estratégia de intervenção, acompanhamento do orçamento, acompanhamento de projetos de lei que estão tramitando na casa. O **Aliadas**, por sua vez, tem sido o guardião da atuação e intervenção da **Frente** junto aos parlamentares".

A partir das adesões iniciais, foi possível mapear tanto os aliados quanto os adversários no *Congresso Nacional*. E também aqueles sem posicionamento. Esse número de aliados e aliadas no Parlamento facilita o trabalho de *advocacy*. Eles compõem comissões para apresentar os projetos, e indicam possíveis relatores. A **Frente** influencia

"Sem dúvida nenhuma, a Câmara dos Deputados *hoje é muito conservadora e moralista, no que se refere à sexualidade. Fiz um discurso certa vez e comparei o pensamento da Câmara a um fundamentalismo de Idade Média. A Idade Média, vale lembrar, era uma época em que alguns tinham o fundamentalismo, mas a prática era totalmente diferente", esclarece o deputado. "Então ali na* Câmara *há um fundamentalismo religioso muito grande, e quando sugerimos criar ali a* Frente Parlamentar *até imaginava que não seria possível criar, nesta Legislatura. Felizmente deu, e um número maior, três vezes mais, do que na anterior. E acho que isso se deve, felizmente, ao trabalho de militância do* ***Grupo Dignidade*** *e de outras ONGs a nível nacional, porque eles se fizeram presentes, ficaram lá dentro, conversando com deputado por deputado, até obter as assinaturas. É importante, porque mesmo com aquele setor conservador-fundamentalista na* Câmara, *demonstra que ainda há parlamentares sensíveis para a causa."*

Dr. Rosinha, deputado federal (PT-PR), importante aliado do *Movimento LGBT* ***desde o início de sua trajetória política.***

nesse processo: contribui na construção de políticas públicas, acessa presidentes de comissões e líderes de partidos e dá encaminhamentos a projetos de lei que estão parados. A proposta é aumentar e abrir mais portas para políticas públicas.

A maior bandeira do **Projeto Aliadas** no *Congresso Nacional* é o **Projeto de Lei da Câmara 122/06**, que criminaliza atos discriminatórios em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Há, contudo, grandes entraves para a aprovação do projeto, grande parte deles encampada por parlamentares religiosos fundamentalistas.

*"Desde a década de 90 quando atuava no movimento sindical já tinha conhecimento do trabalho do **Grupo Dignidade**. Quando assumi o mandato de vereadora em 2005 tive a oportunidade de conhecer mais de perto as ações do grupo.*

*Em uma cidade conservadora como Curitiba defender a livre orientação sexual e os direitos da comunidade LGBT é um grande desafio e o **Grupo** tem realizado esta tarefa com determinação e seriedade. Hoje o **Grupo** é reconhecido não só em Curitiba, assim como em todo o Brasil.*

*Certamente temos muitos desafios a superar na garantia dos direitos humanos LGBT. Espero continuar contribuindo com o **Grupo Dignidade** nesta luta na defesa dos direitos fundamentais e à liberdade de cada cidadã e cidadão".*

Professora Josete, vereadora de Curitiba (PT-PR)

*"No Congresso Nacional em 2007, nós tivemos muito trabalho, a **Frente Parlamentar** e o **Aliadas**, a fim de impedir que o PLC 122/06 fosse derrotado. Da forma como esses setores fundamentalistas e mais atrasados se movimentaram no ano passado, ele teria sido derrotado. O projeto continua em pauta, tramitando nas comissões do Senado. Procuramos abrir um diálogo, negociação com representantes, principalmente do setor evangélico do Congresso Nacional, para tentar viabilizar a aprovação do projeto."*

Cida Diogo, deputada federal e coordenadora da Frente Parlamentar pela Cidadania LGBT

*"Em primeiro lugar, creio que a maior conquista do **Dignidade** foi se consolidar como uma entidade referência na defesa dos direitos humanos da comunidade LGBT não só em Curitiba, como no Paraná, no Brasil, além de ser reconhecida também na América Latina. Não se pode esquecer da atuação na prevenção à Aids e assistência a pessoas vivendo e convivendo com Aids.*

*Considero outra conquista, a realização e participação em eventos históricos como as **Paradas LGBT, Encontros Brasileiros de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, 1º Congresso da ABGLT, 13º ENONG, Conferências de Saúde, Direitos Humanos, de Mulheres e LGBT**, entre tantos outros.*

*No campo dos Direitos Civis, o Advocacy realizado pelo **Dignidade** e outras entidades frutificou em projetos de lei, que se ainda não foram aprovados promoveram e promovem o debate sobre a cidadania LGBT. Dentre os aprovados podemos comemorar a apresentação do projeto de lei do **Dia Estadual da Visibilidade Lésbica** (no Paraná), 29 de agosto e a aprovação da lei que instituiu o **Dia Municipal contra a Homofobia** (em Curitiba) 17 de maio.*

Ainda, nesses mais de 15 anos, uma das conquistas mais marcantes foram as diversas parcerias com outras entidades da sociedade civil, assim como entes governamentais, entre outros."

Simone Valêncio, ex-presidente do Grupo Dignidade

PARTE VI

O RECONHECIMENTO

6.1

TRABALHOS E CONQUISTAS

Ao longo dessa história, é notório o papel do ***Grupo Dignidade*** em várias frentes relacionadas às temáticas sociais:

- o ***Grupo Dignidade*** pode ser considerado um pioneiro no que se refere à exposição dos temas homossexualidade, orientação sexual e identidade de gênero em Curitiba e Paraná. Sem medo de ir às ruas, deu coragem e exemplo para que outras pessoas LGBT também agissem com mais naturalidade com suas dúvidas, relacionamentos e também com o preconceito em várias instâncias;

- na dinâmica de construção de um projeto social, existe uma lógica absolutamente distinta em construir "com" e construir "para". A equipe do ***Grupo Dignidade*** conseguiu dialogar com seus pares e identificar os pontos fundamentais de sua atuação a partir da fala da comunidade LGBT;

- criou e fortaleceu tecnologias sociais: o ***Grupo*** possui uma dinâmica avançada e métodos diferenciados de intervenção com os mais variados segmentos, além de ampla capacidade em formar e incentivar a ação de lideranças no movimento LGBT;

- seu grande potencial de articulação favorece o diálogo ético e parcerias com segmentos sociais nacionais e internacionais, governamentais e não-governamentais, e o acompanhamento constante e interferência na criação de políticas públicas.

Somadas, todas essas características conferiram ao ***Grupo Dignidade*** uma grande credibilidade diante do movimento social e LGBT.

As análises são muitas, mas como um dos fundadores, Toni Reis avalia os anos passados com uma visão crítica e positiva: "buscamos alianças em prol da so-

brevivência técnica, política e financeira. Aprendemos muito, e aprendemos com erros também. Atualmente trabalhamos mais com foco. David, seu parceiro, complementa: "Quando se faz o resgate dos 15 anos, a gente vê o quanto foi feito, em esforço pessoal, individual e coletivo – e o quanto as coisas mudaram. De um início em que as pessoas tinham medo de ir na nossa casa. Hoje o ***Grupo Dignidade*** tem toda uma estrutura, integração e papel na sociedade curitibana, paranaense e brasileira. Não é mais uma coisa à margem. É gratificante ver que de alguma forma a gente contribuiu para isso".

O presidente atual do ***Grupo Dignidade***, Enéas Pereira, destaca que uma característica marcante é o olhar visionário da equipe. Isso representou um grande diferencial não na atuação do ***Grupo*** em si, mas na conquista para o movimento. "As pessoas invertem esse significado, e vêem o ***Dignidade*** como uma super potência. Mas não é isso. O ***Grupo*** tem um processo forte em pensar novas ações e agir estrategicamente. Parece à frente. Querer ser, tornar-se e se manter", diz. O presidente usou como exemplo a conquista da nova sede, em 2004, como um momento de extrema importância, que garantiu independência e um novo olhar. Aprofundando sua análise, destaca que isso foi importante não apenas ao ***Grupo*** como estrutura, mas aos beneficiários, às pessoas que acessam os serviços. "É um espaço de cooperação e a conquista da sede também tem o significado da profissionalização, que é um meio importante de reduzir o preconceito com o movimento. Ainda tem muita gente que não quer se envolver. E o ***Grupo*** tem esse desafio de achar outras formas de agregar e congregar o movimento", avalia.

A interpretação da nova sede

Houve muito receio de que, no início, a nova sede fosse afastar as pessoas que freqüentavam o ***Dignidade***. Mas foi tudo muito tranqüilo. Para Igo Martini, integrante que acompanhou toda a mudança, o que é mais importante é o significado dessa conquista. "Foi uma mudança cultural. Conseguimos ultrapassar a idéia de que a ação social é desorganizada. Entre os LGBT, quebramos a noção da importância do gueto. Hoje, muitas pessoas vêem o espaço como uma casa, como um local de convivência, cumplicidade, ação positiva para o movimento", argumenta. E explica que o maior desafio é conseguir a participação de mais públicos LGBT.

*"Eu defino o **Dignidade** com os três erres: resistência, rebeldia e responsabilidade. O diferencial é a paixão, envolvimento, sentimento de que pode mudar o mundo. E no futuro, eu vejo o **Dignidade** como um espaço de celebração, encontro, convivência e não para as pessoas tratarem dos seus grandes medos."*

Enéias Pereira, presidente do Grupo Dignidade

*"Atingimos muito as pessoas que mais precisam. Mas ainda tem muita gente que ainda tem medo, não denuncia o preconceito, é pouco mobilizado. Não acessam os serviços ou integram as ações porque desconhecem o significado do grupo ou do **Movimento**. Mas nós devemos ficar atentos a isso. O **Grupo** precisa atender a transformação do **Movimento** e fortalecer ferramentas de comunicação, informação, arte, cultura. Expandir suas áreas de ação com uma linguagem interessante."*

Igo Martini, Presidente do CEPAC e membro do Grupo Dignidade.

6.2

O OLHAR DO PODER PÚBLICO

O poder público é unânime em reconhecer a importância da atuação do ***Grupo Dignidade*** na formulação e efetivação de políticas públicas voltadas a garantia e defesa dos direitos humanos de lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis e transexuais. Os principais representantes do executivo e legislativo atuantes nesta temática na última década no estado do Paraná afirmam que sem o ativismo do ***Grupo***, pouco teria avançado.

Contudo, esta atuação não se restringe somente ao estado e extrapola fronteiras quando o tema é defesa de direitos. De norte a sul do país há cidadãos comuns e representantes do poder público que reconhecem o trabalho do ***Dignidade*** e se unem a eles nesta luta para que pessoas não tenham mais seus direitos fundamentais negados em função de sua orientação sexual e identidade de gênero. Estas pessoas lutam para que um dia não se discuta mais a opção de ser ou não heterossexual e sim que a discussão seja sobre o direito à vida.

O ***Grupo Dignidade*** procurou legitimar a questão da cidadania LGBT na sociedade. Mais do que criar um grupo, eles literalmente "saíram do armário" e ocuparam o espaço público curitibano e nacional. Trataram da temática dos direitos humanos com o poder público, com a mídia, com as escolas, enfim com toda a sociedade.

Hoje, 15 anos mais tarde, depois de lutas conquistadas e desafios por vir, o ***Dignidade*** recebe o devido reconhecimento da importância de sua história. Eles partiram para a ação. Sem falatórios. O negócio sempre foi discutir e agir. Eles foram à luta, como diz o dito popular, deram a cara à tapa. Hoje, são encarados como militantes da cidadania e deixam sem argumentos aqueles que ainda têm preconceito. Não há o que contestar. É uma questão de direito.

O Deputado Estadual Tadeu Veneri faz parte do grupo dos políticos que atuam na defesa e promoção da cidadania do

grupo LGBT. Ele participa da **Comissão de Direitos Humanos** da *Assembléia Legislativa do Paraná*. Veneri afirma que há uma grande dificuldade no estado em se aprovar leis que criminalizam não só a homofobia, mas leis que tratam sobre as minorias. No estado do Paraná já houve seguidas tentativas de se aprovar esta matéria e nenhuma deu certo. Em nível federal, o projeto já foi aprovado na *Câmara* há um ano e meio, mas está parado no *Senado Federal*, sem perspectivas de quando haverá o retorno da discussão. Contudo, em 13 estados a homofobia já é considerada um crime.

Veneri afirma que é necessário um maior empenho do legislativo na garantia dos direitos dos homossexuais. "Estamos há alguns anos tentando aprovar uma lei que criminaliza a homofobia e não conseguimos". Veneri acredita que o estado não pode fazer uma distinção entre os cidadãos em função da opção sexual, já que esta é uma decisão soberana de cada indivíduo. "Não compete à sociedade estipular preconceitos que atrapalhem a vida pessoal de ninguém. Direitos são para todos. E o estado não pode decidir quem pode adotar ou para quem vai a pensão em função da opção sexual".

De acordo com ele, a sociedade brasileira é extremamente liberal em alguns casos e conservadora em outros, o que cria estereótipos em alguns grupos. "Aqui no Paraná somos ainda mais conservadores que em outros locais do país, nos últimos quinze anos houve pouca evolução no legislativo. Não temos uma frente na *Assembléia Legislativa* que defenda os direitos dos homossexuais, por exemplo".

E é neste contexto que se tornam importantes ações que combatam o preconceito. Veneri afirma que o ***Grupo Dignidade*** foi preponderante para colocar a temática dos direitos humanos na agenda paranaense. "Se hoje temos uma **Parada Gay** na cidade e a maior parte da população vê esta mobilização com naturalidade, isto se deve ao ***Dignidade***", explica. "Eles não restringiram o debate a um círculo fechado, levaram as discussões para toda a sociedade, inclusive para o Poder Público".

Ele acredita que a organização do ***Grupo*** contribui para melhorias na saúde pública, leva o debate para os meios de comunicação e resulta na luta por políticas públicas. Todas essas ações criam um vínculo com a cidadania de maneira geral na visão do deputado, e isto qualifica o trabalho, pois amplia o debate e a necessidade da efetivação dos direitos humanos. "Temos que aprender a respeitar o diferente, saber que cada um tem sua necessidade e sua especificidade. Acredito que o próximo passo será romper as barreiras jurídicas, permitindo a união civil e a adoção. Isto é viver em uma sociedade democrática".

A vereadora Julieta Reis é autora do projeto que institui em Curitiba o dia 17 de maio como o **Dia Municipal de Combate à Homofobia**. Apesar da criação desta data, ela acredita que a luta contra o preconceito deve ser universal, assim quaisquer tipos de discriminações devem ser combatidas de forma única. O **projeto** foi aprovado em março de 2007. Julieta acredita que a data é importante para se discutir a questão da homofobia e para pautar a temática na agenda política da sociedade. "É importante aprendermos a conviver com o diferente", salienta a vereadora. Na época da aprovação, a matéria recebeu somente um voto contrário, do vereador José Roberto Sandoval, representante da bancada evangélica.

Após o veto, o projeto voltou para aprovação na *Câmara*. O ***Grupo Dignidade*** fez uma forte mobilização com o legislativo e com a sociedade civil para que a matéria fosse aprovada. Dois pronunciamentos polêmicos dos vereadores Valdemir Soares e Custódio da Silva atacaram a "opção sexual" (sic) dos homossexuais. Este posicionamento levou os integrantes a favor dos direitos humanos na *Câmara* a irem para a tribuna discutir o preconceito. Eles alegavam que o que estava em pauta não era a orientação sexual – e que o mérito do legislativo não é este – mas sim a luta contra a homofobia e a violência. Na época, Valdemir Soares e Custódio da Silva chegaram a afirmar que votavam com a Bíblia, por isso eram contrários. Por fim, após a defesa de Julieta Reis, Custódio mudou seu voto. O resultado final foi de 20 votos favoráveis ao fim do veto e sete para mantê-lo.

A aprovação da lei que institui o 17 de Maio como o **Dia Contra a Homofobia** na cidade de Curitiba foi mais um fruto da articulação e da mobilização do ***Grupo Dignidade***. Julieta afirma que este tipo de ação por parte do *Legislativo* é necessária para outras ações sejam encorajadas. Ela aponta também que práticas semelhantes deveriam ser adotadas pelo poder público de todo o país, já que o Estado deve lutar contra toda forma de preconceito. A vereadora acredita que com mudanças na legislação, o Brasil pode se aproximar dos países mais cidadãos do mundo.

Julieta Reis acredita que o ***Grupo Dignidade*** adquiriu

uma grande credibilidade perante a sociedade em função do trabalho desenvolvido nestes mais de 15 anos. "Toni Reis e David Harrad são pessoas muito dignas e muito competentes. Conseguiram tornar a temática dos direitos humanos e cidadania dos homossexuais algo respeitado na cidade".

A vereadora aponta as ações desenvolvidas pelo ***Grupo*** como pioneiras e afirma que eles romperam barreiras e se tornaram uma instituição social. "O ***Dignidade*** é muito respeitado na administração pública por ter uma grande participação na elaboração de políticas públicas". Ela exemplifica dizendo que os programas do município que trabalharam com prevenção de HIV e os demais destinados à saúde dos homossexuais foram quase todos impulsionados pelo ***Dignidade***.

Outro fator determinante apontado pela vereadora é o estímulo para o fim do preconceito no *Legislativo*. Ela acredita que no meio político, a temática da homossexualidade é vista com muitas ressalvas pelos políticos. "Eles também ajudaram a quebrar este paradigma ao ir até o poder público e exigir políticas. Eles pautaram o tema".

A trajetória e a luta do ***Grupo Dignidade*** para assegurar a promoção da cidadania de lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis e transexuais atravessou as fronteiras do país e se tornou nacional. Além de toda a mobilização e articulação para universalizar o movimento na sociedade civil, o ***Grupo*** também teve atuação política de várias formas. A senadora Fátima Cleide, de Rondônia, é uma das integrantes do *Senado Federal* com maior atuação na defesa dos direitos humanos dos homossexuais e também legitima o trabalho do ***Dignidade***.

Fátima Cleide foi nomeada em 2007 a relatora do **projeto** de lei que criminaliza a homofobia. O **projeto** transita no *Congresso* há mais de sete anos e enfrenta grande resistência de grupos evangélicos fundamentalistas. Eles argumentam que a lei poderia dar aos homossexuais imunidade contra qualquer tipo de crítica. Alguns senadores chegaram a afirmar que a aprovação da matéria incentivaria a pedofilia. É contra estes argumentos que a senadora luta no *Congresso Nacional*. Em relação ao *Legislativo*, o desafio está em criar mecanismos que combatam todas as formas de discriminação.

A senadora destaca que o **projeto** é alvo de críticas infundadas, que são resultado de preconceito. A intenção do projeto não é fazer com que as pessoas optem por um determinado comportamento sexual, ou tampouco façam apologia à homossexualidade. Ele propõe, contrariamente ao que dizem os políticos da bancada religiosa, meios legais para combater e penalizar cidadãos que fazem da sua opinião privada uma violação dos direitos do outro. Contudo, não criminaliza quem tem opiniões contrárias à homossexualidade, desde que, como foi afirmado acima, esta opinião não resulte na violação do direito do próximo.

De acordo com a senadora, o que falta para o *Legislativo* atuar com mais eficácia na promoção e defesa dos direitos humanos do grupo LGBT é a participação popular na escolha dos parlamentares. "Faltam pessoas comprometidas com as causas sociais no *Legislativo*. E quem pode modificar esta situação é o povo, pela escolha de melhores políticos". Ela aponta que no Brasil o voto ainda está muito atrelado à questão econômica e a cidadania fica para trás.

Fátima acredita que não existe receita para o fim da homofobia. Contudo, ela afirma que nos próximos anos o que deverá fazer a diferença no *Legislativo* será a participação da sociedade civil. "Creio que somente a sociedade civil poderá trazer esperança para as questões sociais no país". A senadora observa que é importante que as pessoas saiam às ruas para lutar e reivindicar seus direitos. "Somente desta forma teremos avanços".

E é exatamente neste sentido que Fátima Cleide reconhece o mérito do ***Grupo Dignidade*** e sua atuação na criação de políticas públicas. "Eles nos fazem acreditar na importância da mobilização social". A senadora aponta que as ações do ***Dignidade*** serviram como base para a quebra de preconceitos no *Congresso* e a naturalização da opção sexual. "Queremos que muitos ***Dignidades*** atuem no Brasil inteiro. Eles promovem espaços onde realmente ocorrem mudanças".

Outro parlamentar paranaense atuante na promoção da cidadania LGBT é o deputado federal Ângelo Vanhoni. Ele acredita, tomando como critério os princípios que regem os direitos humanos internacionais, que "a **Declaração Universal dos Direitos Humanos** proclama que todas as pessoas merecem nascer, crescer, se desenvolver e envelhecer livres e iguais em dignidade e direitos".

O deputado considera o ***Grupo Dignidade*** como refe-

rência nacional e internacional na defesa dos direitos naturais de lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis e transexuais. Outro aspecto observado por Vanhoni é a constante busca por condições eqüitativas destes direitos em relação às prerrogativas concedidas, em tese, a todos os seres humanos. O trabalho não se resume à conquista de direitos, pois a ONG também traz à tona os processos de identificação e denúncia, além das conseqüências provocadas por atitudes homofóbicas. Por esse motivo, Vanhoni acredita que "o ***Grupo Dignidade*** e seus representantes cumprem o seu papel enquanto promotores da alteridade, pois seu trabalho está fundamentado pelo respeito, confiança e compaixão com o próximo".

Com base nestes valores, a ONG conquistou espaço e credibilidade no cenário político paranaense. Projetos de lei passaram a ser discutidos com maior propriedade e muitos dos colegas que representam o *Legislativo* foram "convidados" a expor publicamente suas concepções e propostas vinculadas ao tema. Contudo, bancadas inteiras ainda se mobilizam em torno da segregação, falta de informação, medo e preconceito. Esse panorama denuncia a necessidade cada vez maior de defensores vinculados ao tema nas três esferas de governo. Não menos importante é a militância que possibilita uma efetiva coesão ao "corpo" do ***Grupo Dignidade*** em torno do restabelecimento dos direitos violados. Neste contexto, os assuntos até então considerados tabus pela maior parte da população, gradativamente passam a ocupar o centro de conversas cotidianas configuradas por um novo conjunto de paradigmas. Porém, para Vanhoni, os desafios se multiplicam à medida que o tema ganha espaço e traz consigo opositores de toda a espécie. A sociedade local também passou a pautar o assunto com mais seriedade

Diante deste panorama, Vanhoni conclui que é inegável a necessidade de uma rede de colaboradores, incluindo nela o *Legislativo* municipal, estadual e federal. Por este motivo, "admiro o trabalho que o ***Grupo Dignidade*** realiza".

Além de articulações com o *Legislativo*, o ***Dignidade*** também realizou um trabalho intenso com o poder executivo. Em Curitiba, foi desenvolvida uma parceria com a *Secretaria Municipal de Saúde*. O ex-secretário Michele Caputo Neto foi um dos principais parceiros em ações de prevenção ao HIV. "Conheci inicialmente o trabalho do ***Grupo Dignidade*** pela imprensa, de forma especial pela atuação do Toni Reis, incansável na luta contra a homofobia e no enfrentamento da Aids". Logo, Caputo percebeu que junto ao Toni havia uma legião de homens e mulheres corajosos e imbuídos de ideais não apenas de igualdade, mas principalmente de alteridade.

Michele Caputo declara que posteriormente, como secretário de saúde do Município de Curitiba por duas vezes, conviveu diretamente com o ***Grupo Dignidade***. "Sou testemunha da imensa contribuição que o mesmo trouxe para a luta contra a Aids na nossa cidade". A parceria entre o ***Grupo*** e a *Secretaria Municipal da Saúde* rendeu bons frutos. Houve uma grande mobilização de recursos humanos e materiais, que possibilitou uma busca para a aplicação efetiva dos direitos LGBT por meio da implantação de políticas públicas.

O ex-secretário lembra de sua parceria com o ***Grupo***. "Fomos pioneiros no Brasil em muitas iniciativas, tais como, a disponibilização de preservativos masculinos em escolas públicas e a oferta em toda a rede do teste anti-Aids", explica. Caputo afirma que sua parceria com o ***Dignidade*** resultou em várias políticas públicas. "Também tivemos a descentralização dos medicamentos, a redução da transmissão vertical da mãe para o filho, a elaboração de material educativo e tantas outras ações exitosas que salvam vidas e dignificam o ser humano".

Contudo, Caputo afirma que sua admiração pelas ações do ***Grupo Dignidade*** não partem de sua visão como integrante do *Poder Executivo*. "Meu respeito maior pelo ***Grupo Dignidade*** e tudo que ele construiu e constrói não se deve a minha condição de dirigente do setor saúde, mas sim, como cidadão", explica. "É muito bom saber que há pessoas que de forma digna trabalham em prol de uma sociedade mais justa e fraterna. ***Dignidade*** já e sempre".

ENTREVISTA:

COMO SE ACENDEM os VAGA-LUMES

Eu tive notícia do ***Grupo Dignidade*** por meio da militância política dos Direitos Humanos do ativista Toni Reis. O ***Grupo*** foi muito recomendado pelo então secretário de Saúde do Município de Curitiba, Armando Raggio, na época da minha prefeitura empenhado nas Campanhas de Prevenção contra a AIDS.

Naquele tempo, a *Secretaria de Saúde* iniciava o **Programa Nascer em Curitiba Vale a Vida**, de valorização de gestantes, que deu origem ao programa que hoje se chama **Mãe Curitibana** . O lançamento foi no dia 29 de março de 1993, 300 Anos de Curitiba. Nós fomos implantá-lo na Maternidade onde eu nasci e a primeira criança era um menino, filho de uma prostituta portadora de HIV. Isso nos motivou a intensificar o acompanhamento de todas as gestantes e crianças nascidas em Curitiba e uma ação preventiva da AIDS.

O ***Grupo Dignidade*** passou a trabalhar com travestis, com prostitutas... e nós chegamos a ir em pontos noturnos, tipo boates, o prefeito e a mulher, com os membros do ***Grupo Dignidade***. Eu sempre tratei todas as entidades leigas ou da sociedade civil, fosse a **Federação Espírita**, a **Associação das Abelhinhas de Santa Rita de Cássia**, o ***Grupo Dignidade***, a **Associação da Assembléia de Deus**, como parceiras da Prefeitura na melhoria da cidadania e na construção da cidadania. Não nos é dado o direito de emitir juízo de valores sobre se isso é correto, é certo ou errado...

Na política sempre existiu o desprezo pelo que chamam de "coisa de veado", um desprezo velado. Eu tenho o direito de ter o meu credo, enquanto Rafael Greca de Macedo. Eu não tenho o direito de discriminar ninguém enquanto prefeito de Curitiba. Na política não tem nada a ver, todos são iguais perante a Lei e deve haver igualdade de oportunidades para todos.

Uma vez a *Revista Veja* me perguntou se eu era *gay*... Eu disse que preferia ser chamado de *gay* a ladrão. Ficou famosa aquela entrevista nas páginas amarelas. Fez um sucesso no eleitorado *gay*. Mas me chamavam de *bicha* sempre. No caso do panfleto difamatório durante a candidatura de 1992, o ***Grupo Dignidade*** afirmou que não foi o autor, que me apreciavam como pessoa e como profissional de urbanismo. Eles tiveram muita coragem e foram muito solícitos.

E eu já sabia o que deveria fazer nessa situação. Em nenhum momento iria ofender os homossexuais. Iria sempre evitar ferir pessoas de sensibilidade e inteligência histórica como Sócrates, Platão, Michelangelo, Leonardo da Vinci. Só com esses nomes eu dei dois terços do pensamento humano. Eu gosto de um verso de Heitor Buarque que diz assim: "No dia do juízo, os querubins tocarão as trombetas, os justos serão levados num carro de vitória, até os céus, tendo à frente as prostitutas, pelo muito que amaram."

Hoje, eu acho que o mundo melhorou e está menos pesado para eles (homossexuais). Temos um Presidente da República que convoca uma **Conferência Nacional** e um governador que aceita e convoca uma **Conferência Estadual**, mas acho que é preciso insistir nas campanhas de educação, sobretudo com a mocidade. E acho que até a televisão tem ajudado com enfoques menos caricatos dos homossexuais, tanto masculinos como femininos.

Provocar o debate acende consciências. Como se acendem os vaga-lumes.

E o que é o vaga-lume? No dizer de Fagundes Varella, "é aquele inseto de brilho mesquinho, que traz depressa o brilho da estrela em asas de passarinho".

Rafael Greca de Macedo, ***secretário da Habitação do Estado do Paraná. Em 1992, o então candidato à prefeitura foi vítima de chacotas preconceituosas, com a distribuição de um panfleto ofensivo envolvendo o recém formado Grupo Dignidade. Elegeu-se prefeito no mesmo ano e tornou-se um importante aliado do Grupo na prevenção à Aids.***

6.3

PRIMEIRA CONFERÊNCIA NACIONAL LGBT

Pela primeira vez acontece no Brasil um debate nacional sobre políticas públicas para a população LGBT. A **I Conferência Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais** reuniu em Brasília mais de 1000 pessoas, com 600 delegados eleitos nas etapas estaduais, num processo de mobilização, discussão e avaliação das iniciativas que já estão em andamento.

O compromisso com a erradicação do preconceito contra as pessoas LGBT tornou-se documento oficial resultado concreto com a elaboração do **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT**, a partir das 559 propostas aprovadas na **I Conferência**.

A ***Carta de Brasília***, aprovada pelos delegados e participantes, incentiva o governo brasileiro a buscar apoio internacional para avançar na aprovação de uma nova resolução que reconheça a Orientação Sexual e Identidade de Gênero como direitos humanos.

A etapa estadual paranaense teve presença de 16 organizações da sociedade civil e representantes do poder público, com mais de 300 participantes. Os esforços do encontro no Paraná esteve centrado na formulação de propostas de políticas públicas de combate ao preconceito e a violência contra lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis e transexuais. O trabalho de enfrentamento ao preconceito começou na própria **Conferência**, pela integração da comunidade LGBT, da sociedade civil organizada e do poder público no debate democrático e propositivo para a garantia de direitos humanos iguais.

Classificada como uma "ousadia" do presidente Lula, a **Conferência Nacional** foi precedida por 27 **Conferências Estaduais**, a fim de se elegerem delegados da sociedade civil e do governo, que pudessem representar as demandas dos seus respectivos estados.

Logicamente, a **Conferência Estadual** no Paraná teve grande influência e participação do ***Grupo Dignidade***.

*"Minha primeira inserção no **Movimento LGBT** nacional foi numa reunião organizada pelo **Grupo Dignidade**, em Curitiba, no Paraná para discutir encaminhamentos da recém criada **ABGLT**. Eu ainda era presidente da **Federação Nacional dos Trabalhadores em Rádio e Televisão do Brasil (FITERT)**. O **Dignidade** foi um dos responsáveis pela mudança do curso da minha história, deixando a luta sindical e incorporando integralmente a luta contra o preconceito aos LGBT do Brasil. Percebi, por meio da fala, da ação de pessoas como Toni Reis, David Harrad, entre outras e outros que era preciso lutar coletivamente por algo que dizia respeito diretamente a minha vida e a de milhões de brasileir@s: A minha dignidade enquanto cidadão* Gay. *A partir dai vim para Goiás, fundei a **Associação Goiana de Gays, Lésbicas e Travestis - AGLT,** entrei para a diretoria da **ABGLT** e fui ajudar a criar varias ongs nas regiões centro-oeste (**Astral, Atms, Vida Ativa, AJDH, AGLT RAQ, AGTLA, Iguais, Libles, Livremente, Acos**) e norte (**Diverrsidade, Giama, Tucuxi, GGR, Ahac, Garotos da Noite, AAGLT, Atraam, Orquideas**) do país, por meio do **Projeto Somos**. Foi em Curitiba, com Toni e Davi que aprendi o que é ter DIGNIDADE."*

Léo Mendes, 44 anos, Jornalista, Bacharel em Direito. Representante dos Homossexuais na Cams/PN, Ex-Secretário da Ilga-Lac, integrante da Comissão Organizadora da Conferência Nacional LGBT e um dos criadores do Programa Brasil Sem Homofobia, Secretário de Comunicação Licenciado da ABGLT.

"Quando se trata de preconceitos, eu os conheço nas minhas entranhas."

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da 1ª Conferência Nacional LGBT

"Ninguém pergunta a orientação sexual de vocês quando vão pagar Imposto de Renda, ninguém pergunta quando vai pagar qualquer tributo neste País. Por que discriminar na hora em que vocês, livremente, escolhem o que querem fazer com o seu corpo?"

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da 1ª Conferência Nacional LGBT

*"Desde o início eu conheço e tenho contato com o **Grupo Dignidade**. E eles tiveram um papel fundamental tanto na agenda da Aids, como do **Movimento LGBT**. Eles levantaram essa bandeira. E não foi só isso, o Toni tem um papel muito forte. Ele ajudou a formar muitas lideranças e muitas Ongs. Mas isso hoje não é mais só dele. É de todo o **Grupo**. E hoje eles todos são muito respeitados. E eu quero que eles cresçam, progridam, conquistem outros espaços e direitos, como por exemplo, a adoção. E quando eles conquistarem, eu vou ser madrinha da primeira criança adotada pelo Toni e pelo David. Mas nós já somos compadres e comadres".*

Valderes Hallu, aliada do Grupo ao longo dos anos. Atualmente é assessora do vice-prefeito Luciano Dutti.

6.4

PLANOS PARA O FUTURO

"Eu penso nos próximos anos como a solidificação e fortalecimento do nome do ***Grupo Dignidade***. Além disso, penso na conquista de mais direitos tão importantes e necessários para toda a comunidade LGBT."

Enéas Pereira, presidente do Grupo Dignidade

"Minhas expectativas para os próximos anos do ***Dignidade*** são as de que ele consiga trilhar novos caminhos por melhor que já tenha sido. Houve muita conquista, muitas batalhas boas e muitas vitórias, só que eu acho que não podemos parar. Que a gente consiga conquistar sempre mais espaço, mais dignidade, mais respeito. Que a *Lei contra a Homofobia* seja efetivada, e executada, porque também não adianta ter uma lei se ela não é implementada e executada efetivamente. E, no que se refere à comunidade LGBT eu realmente espero é que daqui a algum tempo, tomara que antes do que os próximos 15 anos, a gente consiga exercer a nossa cidadania plena, sem preconceitos, sem lutas, sem brigas. Que seja uma coisa natural."

Rafaelly Wiest, coordenadora do Grupo Marcela Prado.

"Eu espero que o grupo cresça, prospere bastante com a aprovação de leis para a população LGBT. Que esta lei que está sendo votada lá em Brasília (PLC 122/06) seja votada em nosso favor e que a gente consiga esta grande vitória. Não só esta, como a união civil e outras leis, na questão da adoção, e grandes avanços. Na questão das transexuais também, que elas pedem a mudança de nome e a cirurgia. Conseguir isso já é uma grande vitória."

Georgete Bigfield, integrante do Grupo Dignidade

"Para os próximos 15 anos eu espero prosperidade, o aumento da nossa população para acessar a instituição, porque foi para isso que ela foi criada, para a gente ter o acesso a nossa população. Espero que exista uma melhor qualidade de vida e maior acesso aos direitos da saúde, do trabalho, da educação, e que sejamos como qualquer outro cidadão, possuidores de direitos – e que possamos usufruir deles, enquanto cidadãs legítimas. Na questão da homofobia, não sei se daqui a 15 anos não vai mais existir, porque isso é uma questão de cultura, e uma cultura leva muito tempo para ser mudada, apesar de que 15 anos é um tempo bem razoável. Mas se não acabar dentro desse tempo, que as pessoas repensem os seus conceitos de seres humanos e que respeitem a identidade e os desejos das pessoas LGBT."

Carla do Amaral, presidente do Transgrupo Marcela Prado

"Eu espero que o ***Grupo Dignidade*** consiga cada vez mais espaço e sustentabilidade para as suas ações. Espaço para efetivar as suas ações na luta contra a homofobia e no apoio à comunidade LGBT. Que ele consiga apoio não só público e estatal, mas também privado para as suas ações, que a causa LGBT consiga também uma visibilidade no setor privado, como uma causa válida na defesa dos direitos humanos. E espero no combate a homofobia, que a lei da criminalização contra homofobia, o PLC 122/06, seja aprovada e uma vez essa lei sendo aprovada, que a homofobia consiga realmente ser tratada como o crime hediondo que é. E que seja realmente feito essa mudança de paradigma cultural que existe ainda e que acaba perpetuando a homofobia."

Christiane Spode, diretora executiva do CEPAC.

“Eu espero que, para os próximos 15 anos do ***Grupo Dignidade***, sejam ampliados os projetos, as ações, as produções acadêmicas principalmente na área de ciências humanas, em antropologia, sociologia, psicologia, ciências políticas. Porque eu acho muito importante a união entre políticas públicas e academia – sendo que a última endossa muito essa noção de políticas públicas. E, para a homofobia, eu desejo que seja muito bem trabalhada essa questão, porque é um problema muito sério, só que eu acho que vai além de uma penalização, de uma lei. É uma questão de educação, uma questão social, cultural.”

Caroline Zatorre Fileno, estagiária de Ciências Políticas, trabalha no CEDOC do Dignidade.

“Eu espero que, dentro de 15 anos, o ***Grupo Dignidade*** amplie suas áreas de atuação, não só na questão dos direitos humanos e *advocacy*, mas que comece a atuar mais também na prevenção, na área da saúde, com um financiamento não só estatal (que hoje é o principal fomento do grupo), mas também com financiamento de fontes privadas. É o que as ONGs no Brasil precisam, mas que o **Movimento LGBT** ainda não tem por ser um movimento não tão simpático assim à iniciativa privada. E, para a homofobia como um todo, eu espero que existam mais políticas públicas voltadas ao seu combate, que é o caso do projeto onde eu trabalho, o **Centro de Referência**. Desejo que esse **Centro** vire uma política pública nos próximos 15 anos. Que as prefeituras, governos estaduais e mesmo o governo federal abracem esta causa para criminalizar e combater a homofobia.”

Ana Carolina Ribeiro, psicóloga do centro de referência do Dignidade.

“Que os LGBT tenham mais aceitação por parte da sociedade, que as pessoas valorizem mais o nosso trabalho aqui, porque a gente sofre bastante preconceito das pessoas lá fora e falta de apoio. Eu espero também que o ***Grupo Dignidade*** consiga alcançar as mudanças em políticas públicas, no *Judiciário*, no *Legislativo* - que são os segmentos nos quais a gente mais trabalha. E eu espero que a homofobia seja uma coisa que diminua cada dia mais, que ocorra a aprovação do projeto de lei de criminalização da homofobia, que seja o primeiro passo para que as pessoas aceitem realmente os *gays*, as lésbicas, as travestis, as transexuais, porque realmente a sociedade precisa aceitar a diversidade.”

Caprice Jacewicz, advogada, trabalha no Centro de Referência.

"O **Dom da Terra** trabalha em aliança com o ***Grupo Dignidade*** há alguns anos, e na realidade, eu ajudei na formação do ***Grupo***, porque eu pertencia a um grupo no Rio de Janeiro no qual os fundadores Toni Reis e David Harrad foram buscar informações. O ***Grupo Dignidade*** teve um papel fundamental no cenário nacional e no que diz respeito a políticas públicas para *gays*, lésbicas, travestis e transexuais. E creio que para o futuro nós esperamos que o ***Dignidade*** continue com a mesma força, que continue trabalhando em parceria com as outras organizações, independente de elas serem organizações exclusivamente de lésbicas ou exclusivamente de travestis e transexuais, porque eu acho que o que fez a diferença nos 15 anos do ***Grupo Dignidade*** foi realmente respeitar todos os segmentos, e trabalhar em parceria com todos."

Márcio Marins, diretor-presidente do Dom da Terra

"Em relação a perspectivas, dentro de 15 anos, eu tenho uma visualização sobre uma ampliação da visão social do homossexual, da lésbica, da travesti e da transexual como sujeitos de direitos. Quanto ao combate à homofobia, na verdade, a gente tem uma perspectiva de que a lei PLC 122/06 consiga ser aprovada o mais rápido possível, e que os crimes sejam inibidos de uma vez."

Juliana Moraes, estagiária de Serviço Social do Grupo Dignidade.

"Quanto ao ***Grupo***, eu espero que as idéias e todas essas coisas que são feitas aqui sejam mais divulgadas, que todo mundo conheça o que é feito no ***Dignidade***, e que outras cidades adotem este trabalho, passem a organizar **Paradas** e **Conferências** e tudo que está acontecendo por aqui. E sobre a homofobia, eu acho que é uma coisa que tem que ser diminuída sim. Todo mundo é igual e isso tem que ser entendido."

Karlesy Stamm, estagiária de Psicologia do Dignidade.

“ Eu espero que o ***Grupo Dignidade*** ainda possa estar atuante, e cada vez maior com esta questão contra a violência e a homofobia, porque a gente espera que ainda este ano ou no máximo até o ano que vem aprovem a lei contra a homofobia, tanto no Paraná quanto no Brasil. E que ele continue sendo um meio de sensibilizar outras pessoas sobre diversidade sexual. Que o ***Dignidade*** continue sendo este instrumento de divulgação e esclarecimento. Sobre a homofobia, eu espero que essa geração nova, que está crescendo e se formando tenha mais compreensão e sensibilidade e que esteja mais preparada para enfrentar todas essas pessoas que a gente enfrenta hoje de uma maneira mais amenizada. ”

Gerson Pinheiro dos Santos, integrante do Grupo Dignidade.

“ Eu espero cada vez mais o amadurecimento e a profissionalização. O ***Grupo*** tem feito muito mais articulações com o movimento acadêmico, social, negro e estudantil. E eu acredito que toda esta articulação com os demais movimentos da sociedade civil organizada deva se ampliar ainda mais. E a questão da produção de conhecimento científico. O ***Dignidade*** deu um passo fundamental quando inaugurou o **Centro de Documentação**, e isso deve com certeza influenciar nas ações do ***Grupo*** para os próximos 15 anos, na questão principalmente de produção de conhecimento científico referente à orientação sexual e identidade de gênero. E eu acho que este trabalho que a gente já vem fazendo, ampliando as nossas ações nacionalmente, hoje a gente atua fortemente em Brasília, na *Câmara dos Deputados* e no *Senado Federal*, e já em algumas instâncias internacionais, acredito que nesses próximos 15 anos a gente vai conseguir, a partir aqui do ***Grupo Dignidade***, a partir de Curitiba, a aprovação e a aplicação de muitas políticas públicas em prol da comunidade LGBT. ”

Igo Martini, coordenador do Projeto Aliadas e presidente do CEPAC.

“ O ***Dignidade*** é uma instituição muito importante para mim e para a comunidade LGBT, por ser referência na defesa dos direitos dessa população. Ampliou meu modo de perceber o mundo. Se antes de atuar no ***Grupo***, me percebia como cidadã e detentora de direitos, ao me envolver nas atividades pude perceber outras situações em que a comunidade LGBT se insere e tive a oportunidade de auxiliar outros(as) cidadãos e cidadãs LGBT a conhecerem e buscarem seus direitos.
Posso dizer que se muito foi feito, ainda há muito a se conquistar para que haja cidadania plena para LGBT. O ***Dignidade*** daqui a 15 anos estará atuando tanto quanto atua hoje, as situações a serem enfrentadas serão outras, novas ou desdobramentos das atuais. Mas vejo tanto sucesso quanto o atual devido ao empenho de seus/suas lideranças e do objetivo claro e focado de suas ações. ”

Simone Valêncio, ex-presidente do Grupo Dignidade

Grupo Dignidade

*Escrever sobre o **Grupo Dignidade** é fazer um prazeroso exercício de metacognição sobre meu próprio processo de maturidade profissional e pessoal, que teve seu início em meados de 1995, em decorrência das discussões em torno do vírus HIV e da AIDS. Foi nessa época que conheci Toni Reis, fundador do **Grupo Dignidade**. Nossa aproximação por motivos técnicos nos proporcionou ao longo do tempo uma sólida amizade e, mais do que isso, um profundo respeito aos/às profissionais que com ele fazem do **Grupo Dignidade**, e demais organizações que lutam pelos direitos LGBT, um grande exemplo de competência e mobilização social.*

*Com o **Grupo Dignidade** descobri o quanto a sociedade desconhece sobre o humano e com ele (re) aprendi a olhar as pessoas como elas são em lugar de vê-las em função de como se comportam. O **Grupo Dignidade** me apresentou Marcela Prado, a quem reverencio in memoria, como o baluarte da resistência à discriminação e intolerância à diversidade sexual. Afirmo que com o **Grupo Dignidade** aprendi a ser melhor como pessoa e a perceber a beleza da diversidade humana em seus diversos matizes de gênero e de formas de amar.*

*Para quem carrega no nome um dos direitos humanos fundamentais, só me resta agradecer e ressaltar sua importância para o movimento dos direitos humanos no Brasil. Ao **Grupo Dignidade** a minha homenagem:*

***D**ignidade, como garantia,*

***I**nformação como ponto de partida.*

***G**enerosidade como processo,*

***N**ovidade a ser anunciada,*

***I**nclusão social a ser efetivada.*

***D**inamismo enquanto metodologia,*

***A**morosidade para ser defendida*

***D**edicação é a marca,*

***E**sperança é o caminho.*

Araci Asinelli da Luz,
Doutora em Educação,
Professora do Setor de Educação
da Universidade Federal do Paraná e
Aliada da causa LGBT